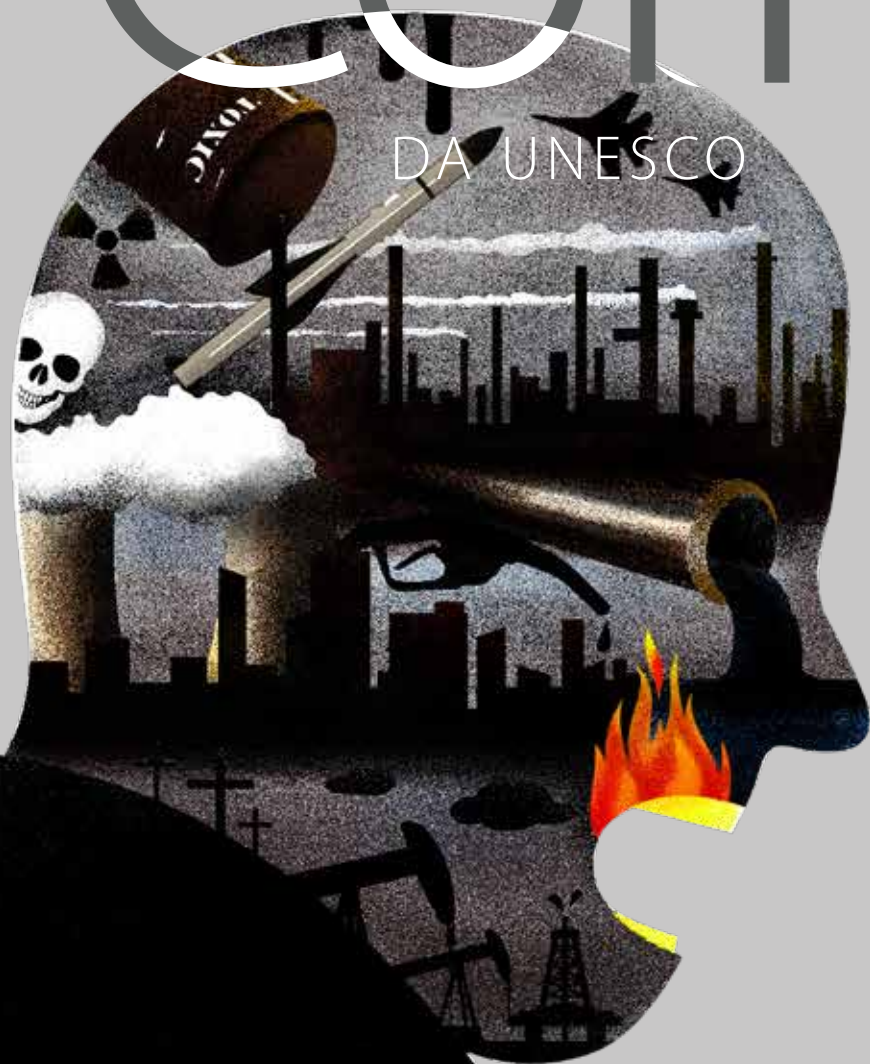
O Correio da UNESCO

abril-junho 2018 • nº 2

Bem-vindo ao Antropoceno!

FALCO

ISSN 2179-8818

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Assine a versão digital

É 100% GRATUITO!

https://en.unesco.org/courier/subscribe

Publicado em nove línguas:

árabe, chinês, inglês, esperanto, francês, português, russo, sardenho e espanhol.

Torne-se um parceiro editorial ativo, propondo edições em outras línguas de *O Correio da UNESCO*.

Contato: i.denison@unesco.org

Seja um ator importante!

Compartilhe *O Correio da UNESCO* em sua rede, promovendo-o de forma alinhada com a políticas de acesso aberto da Organização:

https://en.unesco.org/open-access

Assine a versão impressa nas seis línguas oficiais das Nações Unidas

- 1 ano (4 edições): €27
- 2 anos (8 edições): €54

Este preço cobre os custos de impressão e distribuição. Não há propósito lucrativo.

Pacote promocional especial: 10% de desconto para pedidos de cinco ou mais assinaturas.

A edição em português existe apenas na versão *online*.

Para mais informações, acesse:
http://publishing.unesco.org

ou contate:

DL Services, C/O Michot Warehouses,
Chaussée de Mons 77,
B 1600 Sint Pieters Leeuw, Belgium
Tel: (+ 32) 477 455 329 E-mail: jean.de.lannoy@dl-servi.com

2018 • n° 2 • Publicado desde 1948

O Correio da UNESCO é publicado trimestralmente pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. A publicação promove os ideais da UNESCO por meio do compartilhamento de ideias sobre questões de interesse internacional importantes para o seu mandato.

O Correio da UNESCO é publicado graças ao generoso apoio da República Popular da China.

Diretor: Vincent Defourny
Diretora editorial: Jasmina Šopova
Diretor de produção e promoção: Ian Denison
Editora associada: Katerina Markelova
Editor de seção: Chen Xiaorong
Editora digital: Malahat Ibrahimova
Editora de fotografia: Danica Bijeljac
Produção digital: Denis Pitzalis
Relações com a mídia: Laetitia Kaci
Assistente administrativa e editorial: Carolina Rollán Ortega

Editores das línguas:
Árabe: Anissa Barrak
Chinês: Sun Min and China Translation e Publishing House
Inglês: Shiraz Sidhva
Francês: Régis Meyran
Russo: Marina Yaloyan e Marina Yartseva
Espanhol: Beatriz Juez

Tradução para o português: Kelly Morais
Projeto gráfico: Laetitia Sauvaget
Imagem da capa: © Falco
Impressão: UNESCO

Edições coeditadas:
Português: Ana Lúcia Guimarães
Esperanto: Trezoro Huang Yinbao
Sardenho: Diegu Corràine

Informação e direitos de reprodução:
courier@unesco.org
7, Place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, France

ISSN 2220-2285 • e-ISSN 2220-2293

Aguardando a chegada dos heróis

Assim que você começa a ler este número de abril-junho de 2018 do *Correio da UNESCO*, você está vivendo no éon Fanerozoico, na era Cenozoica, no período Quaternário e na época do Holoceno. Todas estas são subdivisões da escala de tempo geológico do nosso planeta, à qual uma nova delimitação provavelmente será adicionada em breve – o Antropoceno.

A Terra entrou no Holoceno (do grego "inteiramente" e "recente") há mais de 10 mil anos. Contudo, as atividades humanas tiveram um impacto tão significativo e generalizado no sistema planetário que, ao longo das últimas décadas, os cientistas têm se perguntado se deveríamos estar falando de uma nova época. Para descrever essa nova época, o biólogo norte-americano Eugene F. Stoermer inicialmente criou o termo Antropoceno (do grego "ser humano" e "recente"), popularizado no início dos anos 2000 pelo cientista atmosférico holandês e ganhador do Prêmio Nobel de Química, Paul Crutzen. Desde então, o termo tem estimulado debates intermináveis na comunidade científica e causado grande angústia entre aqueles que ouviram falar a respeito.

Bola de detritos marinhos, parte da série Penalty, *da artista britânica Mandy Barker.*

Cabe agora à comunidade internacional de paleontólogos, geólogos e estratígrafos – particularmente a Comissão Internacional sobre Estratigrafia e a União Internacional de Ciências Geológicas (UICG) – determinar se realmente se trata de uma nova época geológica ou se o Antropoceno, no futuro, será descrito em enciclopédias como um conceito filosófico destinado a alertar os seres humanos que viveram nos séculos XX e XXI sobre as ameaças que suas atividades representam para o planeta. Enquanto aguardam esse veredito, os cientistas continuam a argumentar, defender e discutir. Como devemos datar o início dessa hipotética nova época? Em outras palavras, há quanto tempo nós somos, supostamente, responsáveis por um processo que pode ser fatal para o nosso planeta? Para alguns, o Antropoceno é apenas outro nome para a época que chamamos de Holoceno. Afinal, os seres humanos começaram a exercer pressão sobre o meio ambiente há mais de 10 mil anos – desde a sua sedentarização e da invenção da agricultura. Para outros, o Antropoceno teve início com a Revolução Industrial, no século XVIII. Ainda assim, outros consideram que o início do Antropoceno coincide com o lançamento da primeira bomba atômica, em 1945.

Apesar desses desentendimentos, a maioria reconhece que no último meio século a situação do planeta se deteriorou mais rápida, e mais dramaticamente, do que nunca. Existem quantidades gigantescas de plástico nas praias e nos mares, um desenvolvimento sem precedentes de novas substâncias que estão cobrindo a superfície da Terra e que são raramente recicladas, solos transbordando com fertilizantes, crescente acidez dos oceanos, níveis de poluição sem precedentes, a erosão das florestas tropicais, a ruptura dos ecossistemas, a extinção em massa de espécies e a drástica perda de biodiversidade, o aquecimento global em uma velocidade alarmante... – e a lista continua.

Quem deve ser culpado por tudo isso? "Os seres humanos!", é a resposta categórica da maioria dos cientistas. Resta determinar se nós – os ricos e os pobres do mundo – devemos todos arcar com o mesmo peso de responsabilidade. Há os que culpam, acima de tudo, o sistema capitalista criado pelo Ocidente, e estes falam de Capitaloceno ou Ocidentaloceno. Estamos todos indo em direção a uma catástrofe? As vozes da desgraça estão profetizando o fim do mundo! Conceitos como os de Chthuluceno e Tanatoceno estão sendo apresentados para nos alertar que há um monstro à solta, que a morte está nos perseguindo. Alguns especialistas mais moderados estão igualmente preocupados com a indecisão e, portanto, a falta de ação, de nossos tomadores de decisão. "Parece que a humanidade está sendo letárgica – aguardando o final do filme, quando os heróis chegam e resolvem tudo, e então poderemos todos viver felizes para sempre", como conclui um dos artigos deste número.

Enquanto isso, o debate continua e as soluções demoram a chegar. *O Correio* faz um balanço da situação.

Sumário

GRANDE ANGULAR

6-29

30-37

ZOOM

IDEIAS

ASSUNTOS ATUAIS

NOSSA CONVIDADA

O CORREIO DA UNESCO COMPLETA 70 ANOS!

Bem-vindo ao Antropoceno!

O homem vitruviano *em cobre. A tripulação do quebra-gelo* Arctic Sunrise, *do Greenpeace, ajudou o artista John Quigley a recriar o emblemático esboço do corpo humano de Da Vinci sobre o gelo do Oceano Ártico, a 800 km do Polo Norte. Feito com rolos de cobre, esta imagem gigante é do tamanho de quatro piscinas olímpicas.* O homem vitruviano *derretendo é um apelo aos líderes mundiais para que tomem medidas urgentes em relação à mudança climática.*

Antropoceno:

os desafios essenciais do debate científico

Liz-Rejane Issberner e Philippe Léna

O termo *Antropoceno* foi criado para levar em consideração o impacto da acelerada acumulação de gases de efeito estufa sobre o clima e a biodiversidade e, da mesma forma, dos danos irreversíveis causados pelo consumo excessivo de recursos naturais. Contudo, é preciso transformá-lo em uma nova época geológica? Enquanto o debate continua entre cientistas, ainda precisam ser encontradas soluções. Nós estamos, de fato, testemunhando uma forma coletiva de negação, que é o resultado de uma fé ingênua no progresso, de uma ideologia consumista e de poderosos *lobbies* econômicos.

Fotografia aérea documentando o desmatamento no norte do estado do Pará, Brasil (2013). De acordo com o jornal francês Le Monde*, o Brasil reduziu o desmatamento em 84% entre os anos de 2004 e 2012, após o que começou a aumentar novamente.*

A palavra Antropoceno aparece hoje no título de centenas de livros e artigos científicos, em milhares de citações, e seu uso continua a crescer nos meios de comunicação. Referindo-se à época em que as ações humanas começaram a provocar alterações biofísicas em escala planetária, ela foi criada nos anos 1980 pelo biólogo norte-americano Eugene Stoermer e popularizado na década de 2000 por Paul Crutzen, o cientista atmosférico holandês e vencedor do Prêmio Nobel de Química de 1995. Os especialistas constataram que essas alterações afastavam o Sistema Terra do relativo equilíbrio observado desde o início do Holoceno, há 11.700 anos. Para marcar o início dessa nova era, eles propuseram simbolicamente o ano de 1784, o ano em que o inventor escocês James Watt aperfeiçoou a máquina a vapor com novas invenções, que também corresponde ao início da revolução industrial e da utilização dos combustíveis fósseis.

Entre 1987 e 2015, um programa científico internacional amplo e multidisciplinar, o *International Geosphere--Biosphere Programme* (IGPB) acumulou numerosos dados sobre as modificações antropogênicas dos parâmetros do Sistema Terra. Por outro lado, as pesquisas realizadas desde os anos 1950, tanto em amostras de gelo antigo da Antártica quanto na composição da atmosfera atual – no observatório de Mauna Loa, no Havaí, EUA – mostravam uma acumulação acelerada de gases de efeito estufa (GEE), principalmente de dióxido de carbono (CO_2). Em 1987, foi criado o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (*International Panel on Climate Change* – IPCC) para avaliar os impactos desses fenômenos sobre o clima.

A grande aceleração

A partir de todos esses dados, em 2009 e 2015, os cientistas ambientais, o sueco Johan Rockström, o norte-americano Will Steffen e seus colegas do Centro de Resiliência de Estocolmo estabeleceram uma lista de nove "limites" planetários que seriam perigosos de se atravessar. Quatro desses limites já foram ultrapassados: mudança climática, cobertura vegetal, perda de biodiversidade e extinções (a chamada "sexta extinção") e fluxos biogeoquímicos (com os ciclos do fósforo e do nitrogênio desempenhando um papel crucial). Eles também mostraram que todos os indicadores disponíveis sobre consumo de recursos primários, uso de energia, aumento populacional, atividade econômica e degradação

da biosfera aumentaram de forma considerável após a Segunda Guerra Mundial. Esse período foi chamado de *grande aceleração*. Outros observadores chegaram mesmo a dizer que, a partir dos anos 1970, é possível observar um período de hiperaceleração. Essas tendências foram caracterizadas como insustentáveis.

O Antropoceno: metáfora ou era geológica real?

Parece haver um consenso de que vários parâmetros do Sistema Terra apresentam uma evolução recente além do espectro da variabilidade natural característica do Holoceno – agora, é mais ou menos aceito o uso do termo Antropoceno para caracterizar as mudanças que têm origem humana. Porém, um grupo de cientistas resolveu ir além de usar o termo como uma simples metáfora ou uma ferramenta prática e interdisciplinar, e propuseram que o Antropoceno seja considerado formalmente como uma nova época geológica, como o Holoceno e o Pleistoceno.

Um Grupo de Trabalho sobre o Antropoceno (*Working Group on Anthropocene* – AWG) se encarregou de apresentar essa proposta à União Internacional de Ciências Geológicas (*International Union of Geological Sciences* – IUGS). Contudo, para uma nova época ser aceita pelos estratigrafistas, é necessário existir uma ruptura observável e universal entre as camadas sedimentares de duas épocas. Embora o carbono antropogênico esteja presente em sedimentos desde os anos 1850, isso não foi considerado suficiente. Com isso, o AWG propõe mudança de época em 1950, ano a partir do qual vários componentes químicos e partículas de plástico de origem antrópica começaram a aparecer nos sedimentos.

Bad dreams (Pesadelos), *parte de uma série realizada pelos fotógrafos Guillaume Bression e Carlos Ayesta, na área interditada em torno da usina nuclear de Fukushima, no Japão, em 2013. Os artistas, da França e da Venezuela, escolheram usar plástico transparente para representar a radiação, que é invisível e inodora.*

Nota-se que o ano de 1950 é também o início da *grande aceleração*. De qualquer forma, um eventual não reconhecimento do Antropoceno como época geológica não invalidaria em nada o uso científico do termo, como é o caso atualmente.

Apesar do seu curto período de existência, o conceito de Antropoceno gerou várias controvérsias – a própria denominação foi questionada. Historiadores e antropólogos colocaram em dúvida a referência a *antropos*, esse ser humano genérico. Afinal de contas, quem é o responsável pela transgressão dos limites biogeofísicos, senão o humano ocidental e um sistema socioeconômico específico? Daí a multiplicação de propostas alternativas como "Ocidentaloceno", "Capitaloceno" etc. Outros, em particular especialistas da história mundial ou ambiental, pensam que não há uma descontinuidade ontológica, e que o caráter excepcional do crescimento ocidental (a "grande divergência"), deveria ser reposicionado no longo prazo.

De acordo com eles, pelo menos durante os últimos 40 mil anos, o ser humano sempre causou um impacto crescente em seu ambiente. Ele contribuiu, por exemplo, para o desaparecimento da megafauna americana e australiana. Assim, alguns cientistas defendem um longo Antropoceno, dividido em subperíodos tais como a industrialização capitalista (1850-1950) e a grande aceleração. No entanto, a maioria concorda com a necessidade de se abandonar uma visão linear e determinista do tempo histórico. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, vários cientistas têm alertado sobre o caráter não generalizável e insustentável

do sistema econômico ocidental. Na época, nenhum limite já havia sido ultrapassado, e a humanidade ainda consumia menos de um planeta. Porém, o processo já estava em curso. No início dos anos 1970, a situação se agravou bastante, os alertas se multiplicaram e os dados científicos se acumularam. Nas duas ocasiões, teria sido possível a ocorrência de uma mudança histórica. Atualmente, ela se tornou mais difícil.

Uma negação coletiva

Por que nós nos recusamos a ver isso? Podemos listar alguns fatores: a fé cega no progresso e no desenvolvimento – em outras palavras, em um sistema que aumenta indefinidamente a quantidade de riqueza disponível; poderosos interesses que se beneficiam dessa dinâmica e realizam um *lobbying* intenso; a crença na capacidade da ciência e da tecnologia para resolver todos os problemas e as externalidades negativas (como, por exemplo, a poluição); o controle do imaginário dos consumidores pela mídia, que cria uma ânsia pelo consumo individual, visando tanto ao conforto, quanto para se distinguir e ser reconhecido.

É surpreendente que as ciências humanas e sociais tenham permanecido durante muito tempo alheias a essa problemática, considerando que ela determinará o futuro da humanidade. Além de serem antropocêntricas por definição, essas disciplinas consideravam que esse campo de estudos pertencia, por excelência, às ciências da natureza. A emergência do conceito de Antropoceno confere a essas áreas a responsabilidade de investigar e explicar como as sociedades humanas foram capazes de provocar tal magnitude de transformações no *modus operandi* do planeta, bem como os diferentes impactos dessas transformações sobre o mapa terrestre. As ciências sociais e humanas terão de desenvolver e encampar novos objetos e conhecimentos para responder as questões típicas dessa nova época: desastres naturais, energias renováveis, esgotamento de recursos naturais, desertificação, ecocídio, poluição generalizada, migrações, injustiça social e ambiental. Não deixa de surpreender também a lentidão e a debilidade das reações políticas e das sociedades em geral à mudança climática. Uma análise matemática das redes de citações mostrou que, em artigos científicos sobre ao assunto, formou-se um consenso desde o início da década de 1990 quanto ao fato de que essa mudança existe. Diante do agravamento da crise, é difícil de entender por que as medidas para reduzir os GEE sejam tão tímidas. Que obstáculos impedem que as negociações internacionais sejam mais efetivas? Para além da intencionalidade de tais obstáculos, não há dúvidas de que a comunicação entre a ciência e a sociedade talvez não está fluindo a contento, ao menos no que diz respeito à questão climática. Para tratar do assunto, o IPCC já adotou uma nova abordagem para o seu sexto relatório de avaliação (AR6), que será voltado para sensibilizar o público em geral, e não apenas os tomadores de decisão.

Superando impasses

Um dos grandes impasses do Antropoceno é que o seu enfrentamento implica lidar com a delicada questão da justiça ambiental. A mudança climática ampliará os riscos existentes e criará outros riscos para os sistemas naturais e humanos, sendo que tais riscos são distribuídos de forma desigual e geralmente são maiores

© Mandy Barker/Greenpeace

WHERE? No one wears a watch (ONDE? Ninguém usa um relógio), *uma interpretação visual das viagens feitas pelos plásticos, o tempo necessário para a sua degradação e o seu impacto no meio ambiente. Apresenta itens de plástico coletados das ilhas na costa ocidental da Escócia (Reino Unido).*

para pessoas e grupos desfavorecidos. Porém, uma solução satisfatória para esse problema não é simples, pois os países apresentam diferentes graus de desenvolvimento, tamanho, população, recursos naturais etc.

Além disso, a pegada ecológica humana já excede em 50% a capacidade de regeneração e absorção do planeta, e 80% de sua população vive em países cuja biocapacidade já está abaixo de sua pegada ecológica. Um país como o Brasil – e outros países das Américas – ainda apresenta um superávit importante em termos de biocapacidade, embora já consuma 1,8 planeta. Contudo, 26% das suas emissões de GEE são devidas ao desmatamento. Uma parte significativa de sua pegada ecológica vem da exportação de produtos primários, que estão na origem de boa parte desse desmatamento. O sistema competitivo e globalizado procura se abastecer com o menor custo, estimulando o extrativismo em muitos países e a apropriação de terras (*landgrabbing*) em outros.

Mesmo se fosse possível parar imediata e completamente as emissões de CO_2 dos países de alta renda, isso não seria o bastante para reduzir a pegada de carbono global de modo a se manter dentro dos limites impostos para a biosfera até 2050. Ou seja, apesar das consideráveis diferenças do tamanho de suas economias e de suas reservas de recursos naturais, todos os países deverão se empenhar no enfrentamento do problema mais urgente do Antropoceno: a redução drástica das emissões de GEE.

Isso é exatamente o que nos leva ao impasse que normalmente ressurge em todas as negociações internacionais: a busca por culpados, o que faz com que os países relutem em assumir compromissos, pelo receio de comprometer o seu crescimento econômico e seus empregos, assim como de contrariar interesses poderosos. A solução para o impasse alcançada no Acordo de Paris, assinado em 22 de abril de 2016, foi pedir para que cada país apresentasse compromissos voluntários, em vez de impor critérios estabelecidos em escala planetária. Isso significa que cada país se compromete a cumprir metas de redução das suas emissões de acordo com o que considera viável.

Essa abordagem ajudou a superar os impasses e tornar possíveis as ações. Porém, também criou um emaranhado de critérios de avaliação que torna difícil uma comparação entre os esforços nacionais. Além disso, apesar de seu caráter universal, o Acordo de Paris não prevê sanções aos países que não cumprirem seus compromissos. Isso reflete a fraca governança da questão climática que, sem uma instituição com mandato para colocar as ações em prática, não é capaz de suplantar os interesses econômicos de países e empresas.

Submersos em contradições, dilemas e ignorância, os gravíssimos problemas ambientais do Antropoceno não constam nas agendas nacionais e sociais com a prioridade que merecem. É como se a humanidade, entorpecida, aguardasse o fim do filme, onde os heróis apareceriam para resolver tudo e, assim, e seríamos todos felizes para sempre.

Liz-Rejane Issberner (Brasil) é economista e pesquisadora sênior do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), e professora do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (IBICT com a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Philippe Léna (França) é geógrafo e sociólogo, e também pesquisador emérito do *Institut de Recherche pour le Développement* (IRD-France) e do *Muséum National d'Histoire Naturelle* (MNHN), em Paris.

Os seres humanos são uma força geológica

Francisca Chagas dos Santos em Rio Branco, Brasil, março de 2015. Foto da série Submerged Portraits (Retratos submersos), *um dos quatro elementos paralelos do projeto* Drowning World (Afogamento do mundo), *iniciado em 2007 pelo fotógrafo sul-africano Gideon Mendel, que destaca a nossa vulnerabilidade em relação ao aquecimento global, por meio das histórias pessoais das vítimas.*

Dipesh Chakrabarty, entrevista por Shiraz Sidhva

Enquanto os avanços tecnológicos modernos nos permitiram prosperar como espécie, podemos ter nos catapultado para fora do cenário evolutivo darwiniano. Os seres humanos adquiriram o papel de uma força geológica, capazes de paralisar uma era glacial – e possivelmente ocasionar outra grande extinção da vida nos próximos 300 a 600 anos. Pode não ser fácil, mas, como argumenta o historiador Dipesh Chakrabarty, não é tarde demais para mudar de rumo.

O sr. disse que explicações antropogênicas da mudança climática significam o colapso da antiga distinção humanista entre história humana e história natural. Poderia se aprofundar no tema?

Até recentemente, pensávamos na história humana meramente em termos de história documentada, o que remonta a alguns mil anos. Uma pré-história adiciona mais alguns mil anos. Contudo, a ciência da mudança climática exigiu que pensássemos sobre o papel dos seres humanos na história do planeta desde que eles apareceram. Foi necessário entender quais eram os processos planetários e como o planeta tem conseguido manter no lugar não apenas o clima, que nos é favorável, mas também o oxigênio a 21% da atmosfera por quase 600 milhões de anos.

Quanto mais eu leio sobre a ciência da mudança climática e, em alguns momentos, sobre geologia e biologia, mais eu percebo o quão tarde nós chegamos na história da evolução. E isso não de forma acidental, uma vez que criaturas complexas como os humanos apenas poderiam surgir tardiamente na história da evolução. O planeta desenvolveu a vida, e suas condições se alteraram para, eventualmente, ajudar a manter formas de vida multicelulares complexas. Essa percepção me sacudiu do meu hábito como um historiador moderno – principalmente do Sul da Ásia moderna e do período colonial. Normalmente, eu costumava lidar com um mundo que não tinha mais de 500 anos – as notícias sobre a mudança climática mudaram isso.

Como muitos historiadores, eu pensava sobre o mundo natural como um pano de fundo, onde os principais atores eram humanos. O pressuposto dentro do qual muitos de nós trabalhávamos – segundo o qual o que importa na história humana é o que os humanos fazem uns aos outros – não parecia falso, mas parecia limitado.

Muito da história contava dois enredos – como os humanos finalmente se libertaram das restrições colocadas sobre eles pela natureza e pelas causas naturais; e como os humanos vieram a pensar em se libertar da opressão de outros humanos.

Como agora me conscientizei a respeito, a história de nossa evolução desempenha um papel muito importante, mesmo em nossas histórias de curto prazo. Por exemplo, os seres humanos nunca poderiam fazer quaisquer objetos que manuseamos sem a premissa de que temos polegares opostos. Essa é uma questão de uma história evolutiva muito lenta, que nós geralmente tomamos como correta. Então, falaríamos sobre os tipos de espadas que os mogóis produziram, ou quais tipos de facas eram usadas em Bagdá – presumindo que sempre há uma mão humana capaz de segurá-las ou empunhá-las. Essa mão também tem uma história muito lenta, que é a história da evolução.

O que o sr. quer dizer quando fala que, atualmente, os seres humanos exercem uma "força geológica"?

Atualmente, as ações humanas estão alterando o clima de todo o planeta. Em conjunto, nós exercemos um tipo de força que é tão grande que pode alterar o ciclo habitual das eras glaciais seguidas por períodos interglaciais – um ciclo de, digamos, 130 mil anos. De alguma forma, adquirimos o papel de uma força geológica – graças à nossa busca de tecnologia, ao crescimento populacional, e à nossa capacidade de nos espalhar por todo o planeta.

Até agora, nós temos pensado nos seres humanos como agentes biológicos, porque fazemos coisas com o nosso ambiente e a nós mesmos, transmitimos doenças etc. Agora, temos de ampliar a nossa imaginação do ser humano – estamos realmente alterando a face do planeta. Não estamos alterando apenas a sua face – um dos lugares do planeta que os seres humanos transformaram, e onde a nossa transformação permanecerá por muito tempo, são os leitos marinhos costeiros – por meio da pesca em alto-mar, da mineração etc. Não é mais possível separar a ação biológica dos seres humanos de sua ação geológica.

Joseph e Endurance Edem com seus filhos, estado de Bayelsa, Nigéria, novembro de 2012.

Diversos historiadores do longo prazo [aqueles que dão prioridade às estruturas históricas antigas em vez de eventos mais recentes] sugeriram que, à medida que desenvolvemos um grande cérebro e desenvolvemos a tecnologia, nós começamos a crescer em um ritmo muito mais rápido do que o evolutivo. O argumento é que, se tivéssemos desenvolvido a tecnologia de pesca em alto-mar no ritmo em que as mudanças evolutivas normalmente acontecem, então, os peixes também teriam tido tempo para aprender a evitar nossas redes de arrasto. Contudo, nós nos desenvolvemos tão mais rápido do que o ritmo evolutivo que o nosso ecossistema não teve tempo de se reajustar. É uma ideia fascinante a de que essa espécie em particular tenha como que se catapultado para fora do cenário evolutivo darwiniano. E está tendo tamanho impacto na história da vida que muitos biólogos dizem que, nos próximos 300 a 600 anos, nós podemos estar ocasionando a sexta grande extinção da vida.

O sr. poderia explicar sua tese de que a história do capital deve ser cruzada com a história da espécie humana?

As pessoas que estudam o capitalismo não estudam biologia evolutiva. Mas, se o fizessem, encontrariam uma espécie denominada *Homo sapiens*, que outrora fora capaz de inventar uma sociedade industrial moderna, o capitalismo, ou como se preferir chamá-la, que essa se tornou sua estratégia para assumir o controle de todo o planeta e dominar a vida sobre ele.

A disseminação dos seres humanos por todo o planeta somente foi possível nos últimos milhares de anos. O capitalismo não é tão antigo quanto nós, mas se observarmos o que aconteceu com a chegada das grandes caravelas, e depois os barcos a vapor, poderemos ver que o próprio continente europeu distribuiu sua população por todo o mundo. Dessa forma, alguém não poderia argumentar que o capitalismo foi a estratégia da espécie para dominar todo o planeta? Agora, isso significa a diferenciação entre pessoas ricas e pobres, eu concordo, mas tanto os ricos quanto os pobres são membros da espécie.

© Gideon Mendel

Anchalee Koyama de pé nas águas de uma inundação no distrito Taweewattana em Bangkok, Tailândia, novembro de 2011.

Sua observação de que "os pobres participam dessa história compartilhada da evolução humana tanto quanto os ricos" tem sido criticada por alguns de seus colegas. Poderia explicá-la melhor?

Eu estou tão perplexo com a reação de Andreas Malm a algumas das minhas proposições, que imaginei serem praticamente irrepreensíveis, quanto ele está com as minhas declarações. Acredito que a forma como ele interpreta a minha citação em seu artigo está um pouco equivocada. Dá a impressão de que eu sugeri que os pobres são diretamente tão responsáveis quanto os ricos pelas emissões de carbono.

Nunca fiz tal afirmação, pois todos sabem que os pobres não emitem tantos gases de efeito estufa quanto os ricos, e que apenas um grupo de nações é responsável pela maior parte das emissões antropogênicas desses gases. Então, esse não é o ponto. O ponto é que os argumentos da Índia e da China em defesa do uso do carvão e de outros combustíveis fósseis – embora isso esteja sendo ligeiramente atenuado pela redução do preço das fontes renováveis de energia –, com o objetivo de tirar as pessoas da pobreza, adquire relevância pelo fato de que estas são nações extremamente populosas e que o número de pessoas pobres em questão é, de fato, muito grande.

Eu sugeri que a história da população pertence a duas histórias ao mesmo tempo: a história da modernização, de programas de saúde pública, medicamentos modernos incluindo antibióticos – sendo que os combustíveis fósseis contribuem em sua produção –, erradicação de pandemias, epidemias e fome etc.; e a história da espécie humana. Como alguém poderia negar que mesmo os seres humanos pobres pertencem à espécie *Homo sapiens*? As pessoas pobres não têm polegares opostos? Elas não são parte da nossa história evolutiva?

Nunca, na história da vida biológica neste planeta, nós tivemos uma espécie que foi capaz de se disseminar por todo o mundo – isso aconteceu há milhares de anos, muito antes de haver pobreza generalizada – como fizeram os humanos, e que também ascendeu ao topo da cadeia alimentar em um período tão curto – em termos de tempo evolutivo). Se conseguirmos melhorar a vida de 7 bilhões, ou em algum momento, de 9 bilhões de pessoas, a pressão sobre a biosfera irá apenas aumentar. Contudo, esse *não* é um argumento contra melhorar a vida dos pobres.

O que eu tentei mostrar em meu trabalho é a implicação do desejo da maioria dos seres humanos de industrializar e modernizar. Tomemos os exemplos de Jawaharlal Nehru (Índia), Gamal Abdel Nasser (Egito), Julius Nyerere (Tanzânia) e de outros líderes do terceiro mundo das décadas de 1950 e 1960. Todos eles queriam modernizar seus países – não como pessoas que apenas estavam fascinadas pela tecnologia, mas porque pensavam ser mais o mais ético a se fazer. O motivo pelo qual Nehru queria construir barragens era principalmente para produzir mais alimentos – por meio da irrigação – e salvar pessoas que estavam morrendo de inanição.

O foco de pensadores políticos desde a década de 1970 tem sido os direitos humanos e a prosperidade de cada indivíduo humano, independentemente dos números. A mudança climática e as respectivas proposições científicas vieram em um momento em que nós estávamos exatamente desfrutando dessas coisas que os cientistas do clima dizem que podem colocar em risco a nossa existência no longo prazo.

Em que medida a globalização é responsável por isso?

Nós nos globalizamos nos últimos 30 ou 40 anos, e isso foi possível graças ao aumento das tecnologias de conectividade. Todos gostamos do fato de que podemos nos comunicar com entes queridos do outro lado do mundo de forma cotidiana, ou que podemos voar pelo mundo em questão de horas para explorar outros países, fazer negócios lá, ou visitar os amigos e a família.

A história da globalização significa que, na verdade, nós passamos a amar o que poderia vir a ser o nosso fim geológico – a capacidade de causar impactos no planeta em grande escala. Contudo, em termos de nossas experiências de vida, vemos isso como uma condição para a prosperidade humana.

Existe uma inércia natural em nós, fruto de vínculos históricos – às instituições, às estruturas familiares, à globalização –, e tudo que somos capazes de pensar é em nosso futuro imediato. Os seres humanos pensam em termos de 70 a 80 anos, de três a quatro gerações, no máximo. Isso torna muito difícil para nós nos unirmos e agirmos de forma sincronizada para combater a mudança climática. Vemos como têm sido difíceis as negociações sobre mudança climática – sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC). Além disso, todos os países também estão dedicados às suas próprias agendas de desenvolvimento.

Agora que estamos cientes de que não somos os mestres e os donos da natureza, que tipo de histórias o sr. sugere que contemos?

Eu acho que devemos deixar de contar histórias sobre a arrogância humana. Creio que a história mais antiga, a de que nós controlamos a natureza, foi uma história errada. A história que devemos contar é que aqui está um planeta, que, por nossa sorte, desenvolveu formas de vida complexas. Nós nos formamos aqui e agora sabemos que existe um sistema climático planetário, que os processos planetários – os processos geobiológicos e químicos – são importantes para a nossa sobrevivência e para a sobrevivência da vida complexa. Por exemplo, se você destruir o solo, serão necessários milhões de anos para que ele se regenere.

Assim sendo, nós definitivamente precisamos ser menos esbanjadores, devemos, de algum modo, encontrar um estilo de vida por meio do qual vivamos de forma racional, inteligente e sem consumir tanto. Precisamos encontrar algumas maneiras racionais, democráticas, não violentas e favoráveis aos pobres para reduzir a população.

Atualmente, como chegar lá é a questão mais difícil. Neste mundo, é muito difícil dizer às pessoas que não viajem, ou que não tirem proveito dos benefícios das novas tecnologias, como os *smartphones*, os quais sabemos que esgotam materiais de terras raras. É importante reconhecer as nossas contradições – entre o que desejamos no momento e o conhecimento que temos sobre a mudança climática.

Precisamos ter um tipo diferente de sociedade – não podemos sustentar a forma atual de capitalismo nos próximos 100 ou 200 anos. Não é errado deslegitimar o consumismo e reeducar os nossos próprios desejos. E é nossa responsabilidade continuar com essa mensagem, nas universidades e nas escolas.

O sr. disse que uma crise é um bom momento para se renovar a criatividade.

À medida que a crise se agrava, o mesmo acontecerá com as respostas criativas a ela. Acredito que haverá líderes carismáticos que irão romper os grilhões do consumismo e nos inspirar, como Mahatma Gandhi fez no passado.

Lucas Williams na área de caça da Fazenda Lawshe na Carolina do Sul, Estados Unidos, outubro de 2015.

Dipesh Chakrabarty (Austrália e Estados Unidos) é um historiador de origem indiana. Ele tem o título de *Lawrence A. Kimpton Distinguished Service Professor in History* na Universidade de Chicago, nos Estados Unidos. Ele é o autor de, entre outras publicações, *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference* (2000; 2008) e "*The Climate of History: Four Theses*", *Critical Inquiry* (2009).

O fardo insuportável da tecnosfera

Jan Zalasiewicz

Em um piscar de olhos geológico, uma nova esfera surgiu e está evoluindo em um ritmo acelerado. Pesando 30 trilhões de toneladas, esta é a *tecnosfera*. Ela inclui uma massa de dióxido de carbono que é emitida industrialmente na atmosfera – o equivalente a 150 mil pirâmides egípcias!

Tecnofóssil (Samsung E570), *a simulação de um telefone celular fossilizado esculpido em pedra de malaquita, pelo artista belga Maarten Vanden Eynde, na República Democrática do Congo.*

A Terra que nos mantém pode ser considerada em termos de diferentes. Há a *litosfera*, composta pelas fundações rochosas do nosso planeta; a *hidrosfera*, que representa a água do nosso planeta; e a *criosfera*, que abrange as partes congeladas das regiões polares e das altas montanhas. A *atmosfera* é o ar que respiramos, e nós também fazemos parte da *biosfera*, dos organismos vivos da Terra. Essas esferas têm existido, de uma forma ou de outra, durante a maior parte dos 4,6 bilhões de anos de existência do nosso planeta. Mais recentemente, uma nova esfera surgiu – a *tecnosfera*.

A tecnosfera, no sentido em que a entendemos, é um conceito desenvolvido pelo geólogo e engenheiro norte-americano Peter Haff, professor emérito na *Duke University*, nos Estados Unidos. Assim como o Antropoceno, essa esfera está rapidamente crescendo em reconhecimento – tendo sido, por exemplo, o foco de uma recente e importante iniciativa da *Haus der Kulturen der Welt* (Casa das Culturas do Mundo), o centro internacional de arte contemporânea em Berlim, na Alemanha.

Assim como o Antropoceno, a tecnosfera é controversa, principalmente devido ao papel – e às restrições – que proporciona aos seres humanos. Ela sugere que nós temos muito menos liberdade, coletivamente, para guiar o sistema terrestre, do que pensamos ter.

A tecnosfera engloba todos os objetos tecnológicos produzidos pelos seres humanos, mas isso é apenas parte dela. É um sistema, e não apenas uma crescente coleção de equipamentos tecnológicos. Essa distinção é crucial e pode ser ilustrada por uma comparação com o conceito mais estabelecido da biosfera. Originalmente criado pelo geólogo austríaco do século XIX, Eduard Suess, o termo *biosfera* foi desenvolvido como conceito pelo cientista russo Vladimir Vernadsky, já no século XX. Ele propôs que não se tratava apenas de uma massa de seres vivos sobre a Terra, mas da combinação disso com o ar, a água e o solo que mantêm a vida orgânica, e a energia do Sol que, em grande parte, fornece-lhe energia. Mais do que a soma de suas partes, a biosfera se interconecta e se sobrepõe às outras esferas da Terra, ao mesmo tempo em que apresenta suas próprias dinâmicas e propriedades emergentes.

Alterando a natureza

A tecnosfera, do mesmo modo, não engloba apenas as nossas máquinas, mas também nós humanos, assim como os sistemas profissionais e sociais por meio dos quais interagimos com a tecnologia: fábricas, escolas, universidades, organizações sindicais, bancos, partidos políticos, a internet. Também inclui os animais domésticos que criamos em grandes quantidades para nos alimentar, as plantações cultivadas para sustentá-los e para nos sustentar, e os solos agrícolas, que são extensivamente modificados a partir de seu estado natural para realizar essa atividade.

A tecnosfera também inclui: estradas, ferrovias, aeroportos, minas e pedreiras, campos de petróleo e gás, cidades, rios e reservatórios projetados. Ela tem produzido quantidades extraordinárias de resíduos que vão desde aterros sanitários até a poluição do ar, do solo e da água. Uma "prototecnosfera" de alguma espécie sempre esteve presente ao longo da história da humanidade, porém, na maior parte do tempo, ela tomou a forma de áreas isoladas e dispersas de pouca significância planetária. Agora, ela se tornou um sistema globalmente interconectado – um novo e importante desenvolvimento em nosso planeta.

Quão grande é a tecnosfera? Uma medição grosseira consiste em realizar uma avaliação da massa de suas partes físicas, a partir de cidades e do solo escavado e modificado que constitui os seus alicerces, até as terras agrícolas, as estradas, ferrovias etc. Uma estimativa de ordem de grandeza chegou a cerca de 30 trilhões de toneladas de materiais que nós usamos, ou que usamos e descartamos, neste planeta.

As partes físicas da tecnosfera também são muito diversas. Ferramentas simples como machados de pedra foram feitos por nossos antepassados há milhões de anos. Contudo, tem ocorrido uma grande proliferação de diferentes tipos de máquinas e objetos manufaturados desde a Revolução Industrial e, especialmente, desde a "grande aceleração" de crescimento populacional, industrialização e globalização, em meados do século XX. A tecnologia também está evoluindo cada vez mais rápido. Nossos antepassados pré-industriais viram pequenas mudanças tecnológicas de uma geração para a outra. Agora, em um espaço de pouco mais do que uma geração humana, os telefones celulares – para citar apenas um exemplo – foram apresentados ao público em massa e passaram por várias gerações.

Plastiglomerats (Plastiglomerados), *cópias de hipotéticos materiais geológicos do futuro, elaboradas para o projeto* Manufacture of Rocks of the Future (Fabricação de rochas do futuro), *criado em 2013 pelo artista francês Jean-Pierre Brazs.*

Formando os fósseis do futuro

Neste ponto, uma analogia pode ajudar a mostrar a natureza impressionante desse recém-chegado planetário. Geologicamente, objetos tecnológicos, incluindo os telefones celulares, podem ser considerados *tecnofósseis*, porque são construções criadas biologicamente que são robustas e resistentes à degradação; eles formarão os fósseis do futuro, para caracterizar os estratos do Antropoceno.

Ninguém sabe quantos tipos diferentes de tecnofósseis existem, mas quase certamente eles superam o número de espécies de fósseis conhecidas, enquanto a tecnodiversidade moderna, considerada dessa maneira, também excede a diversidade biológica moderna. O número de espécies de tecnofósseis também está continuamente aumentando, uma vez que a evolução tecnológica agora supera em muito a evolução biológica.

Enquanto quase toda a energia da biosfera provém do Sol, parte da tecnosfera também é alimentada pela energia solar – e outros recursos renováveis como a energia eólica –, mas a maior parte é alimentada pela queima de hidrocarbonetos, incluindo o petróleo, o carvão e o gás. Essas fontes de energia não renováveis, na prática, representam a luz solar fossilizada que foi acumulada nas profundezas da Terra por centenas de milhões de anos, e que agora está sendo consumida em apenas alguns séculos.

Durante milênios, os seres humanos têm utilizado fontes de energia como moinhos d'água, mas a enorme explosão de energia, que agora é necessária para alimentar a tecnosfera, está em uma escala completamente diferente. Uma estimativa sugere que os seres humanos, coletivamente, consumiram mais energia a partir de meados do século XX do que em todos os 11 milênios anteriores do Holoceno.

Inundados com resíduos

A tecnosfera, no entanto, se diferencia da biosfera em um aspecto fundamental. A biosfera é extremamente hábil em reciclar os materiais dos qual é feita, e essa facilidade permitiu que ela sobrevivesse na Terra por bilhões de anos. A tecnosfera, por outro lado, é fraca em reciclagem. Alguns dos resíduos são muito óbvios, como os plásticos que vêm se acumulando nos oceanos do mundo e nos litorais dos continentes. Outros tipos, sendo incolores ou inodoros, são invisíveis para nós, como o dióxido de carbono proveniente da queima dos combustíveis fósseis. Atualmente, a massa de dióxido de carbono emitido industrialmente na atmosfera é enorme – cerca de 1 trilhão de toneladas, o que equivale a cerca de 150 mil pirâmides egípcias. Esse rápido crescimento de produtos residuais, se não for controlado, é uma ameaça à existência continuada da tecnosfera – e dos serem humanos que dependem dela.

A tecnosfera é uma ramificação da biosfera e, como ela, é um sistema complexo com suas próprias dinâmicas. Fatores importantes em seu surgimento foram a capacidade da nossa espécie de formar estruturas sociais sofisticadas, bem como de desenvolver e trabalhar com ferramentas. Contudo, Haff ressalta que os seres humanos são menos criadores e administradores da tecnosfera, e mais componentes dentro dela e, portanto, limitados a atuar para manter a sua em existência – especialmente porque a tecnosfera mantém a maior parte da população humana viva por meio do fornecimento de alimentos, abrigo e outros recursos que fornece. Seu desenvolvimento permitiu que a população humana aumentasse das poucas dezenas de milhões que podiam ser mantidos vivos pelo modo de vida caçador-coletor pelo qual a nossa espécie evoluiu, chegando aos 7,3 bilhões de indivíduos que habitam o planeta atualmente. Apenas uma inovação tecnológica – os fertilizantes artificiais produzidos com o uso do processo de Haber-Bosch – mantém viva cerca de metade da população humana.

Na atualidade, a tecnosfera não está evoluindo por estar sendo guiada por alguma força humana controladora, mas sim graças à invenção e ao surgimento de novidades tecnológicas úteis. Existe agora um tipo de *coevolução* dos sistemas humanos e tecnológicos.

Alterando as condições planetárias

Atualmente, a tecnosfera pode ser considerada como parasitária na biosfera, por alterar as condições de habitabilidade planetária. As consequências óbvias disso incluem as muito elevadas – e em aceleração – taxas de extinção de espécies de plantas e animais, assim como as mudanças do clima e da química dos oceanos, que são bastante prejudiciais às comunidades biológicas existentes. Essas mudanças podem, por sua vez, prejudicar o funcionamento da biosfera e das populações humanas. Idealmente, por essa razão, os seres humanos devem tentar auxiliar a tecnosfera a evoluir para uma forma que seja mais sustentável no longo prazo. Contudo, os seres humanos coletivamente não têm escolha senão manter a tecnosfera operante – porque agora ela é indispensável para a nossa existência coletiva.

Desenvolver os graus de liberdade, neste contexto, para uma ação política e socioeconômica efetiva, é um dos desafios que a tecnosfera em evolução nos apresenta. Um primeiro passo aqui consiste em compreender de forma mais completa o funcionamento desta extraordinária nova fase na evolução do nosso planeta. Aqui, ainda há muito o que fazer.

Jan Zalasiewicz, um geólogo britânico de origem polonesa, é professor de paleobiologia na Universidade de Leicester, Reino Unido. Ele trabalhou como geólogo e paleontólogo de campo para a *British Geological Survey* e, desde 2009, é presidente do Grupo de Trabalho Antropoceno da Comissão Internacional sobre Estratigrafia.

A pequena rã perdeu seu brilho

Karla Jiménez Comrie

Muitos cientistas veem o desaparecimento maciço de diversas variedades de rãs da América Central como um sinal da sexta extinção. Esse é um dos indícios de que estamos entrando no Antropoceno, que alguns acreditam irá exterminar um quarto de todos os mamíferos, 40% dos anfíbios, corais e muitas outras espécies de todo o mundo. No Panamá, cientistas e líderes nacionais estão em uma corrida contra o tempo para evitar que uma espécie lendária, a rã-dourada-do-panamá, desapareça para sempre. Investigações mostram que os seres humanos são realmente responsáveis, tendo introduzido na América do Sul um fungo invasivo que é altamente tóxico para os anfíbios.

*Uma fêmea de rã-dourada-do-panamá (*Atelopus zeteki*).*

Segundo uma lenda pré-colombiana da região central do Panamá, a rã dourada traz boa sorte. Qualquer um que a veja ou consiga capturá-la terá um futuro feliz. Sua tez amarela brilhante, pintada com manchas cor de café, era uma fonte de alegria para tribos indígenas, pois acreditavam que, quando o anfíbio morria, seu pequeno corpo se transformava em ouro.

Descoberta nos arredores da pequena cidade de El Valle de Antón e no Parque Nacional Altos de Campana, e endêmica à área central do Istmo do Panamá, por muito tempo a rã-dourada-do-panamá (*Atelopus zeteki*) frequentou e decorou os córregos e rios da selva panamenha. O Panamá fez da rã dourada um símbolo ecológico e cultural, dedicando a ela até mesmo um dia nacional – 14 de agosto. A rã é tão popular que adorna objetos de arte e de artesanato, joias, pôsteres de festivais e até bilhetes de loteria. Também empresta seu nome a hotéis, cervejas artesanais e boutiques. Todavia, isso não impediu o seu desaparecimento das florestas do istmo.

De acordo com o herpetologista panamenho Roberto Ibáñez, um pesquisador no *Smithsonian Tropical Research Institute* (STRI) no Panamá, os primeiros sinais de declínio foram percebidos entre 1993 e 1996. Edgardo Griffith, um biólogo panamenho, lembra-se de ver rãs morrendo durante uma expedição em El Valle de Antón, no final de 2005. Não se sabia por que elas estavam morrendo, mas o alerta de Griffith coincidiu com outra pesquisa que questionava o *status* do anfíbio. As rãs foram vistas pela última vez na natureza em 2007 – em uma curta cena filmada pela BBC para um dos documentários, da série *Life in Cold Blood*, sobre répteis e anfíbios.

A causa desse massacre vem a ser o *Batrachochytrium dendrobatidis* (também conhecido como Bd), um fungo do filo Chytridiomycota que está ameaçando a população mundial de anfíbios por transmitir a quitridiomicose, uma doença que, como explica Ibáñez, "infecta a pele da rã, perturbando a maneira como ela funciona". Uma das funções da epiderme da rã consiste em manter o equilíbrio de água e sais minerais entre o corpo do animal e seu ambiente. Em rãs infectadas com Bd, o transporte de eletrólitos é interrompido, o que reduz as concentrações de sódio e de potássio no sangue, levando à parada cardíaca.

Um fungo invasivo

De onde vem o Bd? Provavelmente da África. Pelo menos essa é a hipótese mais amplamente aceita entre os biólogos panamenhos. O Bd quitrídio ocorre naturalmente na epiderme da rã-de-unhas-africana (*Xenopus laevis*), originária do sul da África – essas rãs foram amplamente usadas em testes de gravidez a partir dos anos 1930. Sem saber que o rã-de-unhas era o vetor daquela doença, o teste com anfíbios foi exportado para outras partes do mundo, o que ocasionou a sua propagação.

No Panamá, acredita-se que o fungo foi transmitido pelo contato com esses anfíbios, diz Ibáñez. Ele ressalta que o quitrídio já se espalhou por todo o país e agora está infectando outras espécies de anfíbios. Como resultado, a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) classificou o Bd como uma das 100 piores espécies exóticas invasivas do mundo, devido a seu "impacto desastroso sobre a diversidade biológica".

Griffith o descreve como um "organismo muito eficaz, que reduz a biodiversidade, altera a demografia e as dinâmicas da reprodução, e extermina 100% dos indivíduos de determinadas espécies". Está presente em todos os lugares – no Panamá, bem como em outros países latino-americanos.

Durante o Festival da Rã Dourada, realizado anualmente pelo Centro Natural Punta Culebra (Smithsonian Tropical Research Institute), *na Cidade do Panamá, as crianças conhecem o anfíbio que se tornou o símbolo ecológico e cultural de seu país.*

Uma Arca de Noé para anfíbios

Embora atualmente nenhum tratamento eficaz contra a doença esteja disponível, os cientistas esperam um dia reintroduzir a rã dourada em seu *habitat* natural. Em 2011, o governo lançou o Plano de Ação para a Conservação dos Anfíbios no Panamá. Envolvendo três componentes – pesquisa, conservação e educação –, este é um primeiro passo rumo à solução do problema. O Centro de Conservação de Anfíbios de El Valle (Fundação EVACC), comandado por Griffith, também está trabalhando para a preservação da rã dourada – embora, nesta fase, ela ainda seja mantida em cativeiro. O zoológico do Centro é o lar de cerca de 4,5 mil rãs, das quais mil são da variedade dourada.

No outro extremo do país, em Gamboa – às margens de uma floresta tropical na antiga área do Canal do Panamá – Ibáñez dirige o Projeto de Resgate e Conservação de Anfíbios. Criado *ex situ* em 2009, esse projeto visa a garantir a reprodução de espécies ameaçadas de extinção, especialmente aquelas afetadas pelo fungo quitrídio. É um tipo de Arca de Noé, que usa espécimes cativos em um esforço para reconstituir as populações das espécies mais ameaçadas – até que seja encontrado um tratamento eficaz para o fungo Bd. Situado a 22 quilômetros da Cidade do Panamá, o centro abriga 1,2 mil exemplares de rãs pertencentes a nove espécies – com a exceção da rã dourada. No entanto, Ibáñez diz que espera receber alguns espécimes de *Atelopus zeteki* da Fundação EVACC até o final de 2018.

A rã dourada irá recuperar seu antigo brilho? Os cientistas estão convencidos de que sim. Até lá, devemos esperar que a pequena criatura tenha, ela própria, o futuro feliz que simboliza para o povo do Panamá.

> "Os cientistas esperam um dia reintroduzir a rã-dourada-do-panamá em seu *habitat* natural."

Karla Jiménez Comrie (Panamá) é uma jornalista *freelancer* especializada em cultura e meio ambiente. Ela trabalhou no Sistema das Nações Unidas e foi repórter para o jornal diário *La Prensa*.

A mudança climática traz o receio por conflitos

Caitlin E. Werrell e Francesco Femia

Os efeitos do aquecimento global no cenário natural do mundo com frequência provocam mudanças geopolíticas que ameaçam desestabilizar regiões já vulneráveis, como o Chifre da África. As pressões sobre os recursos naturais enfraquecem a capacidade das nações se governarem e aumentam as chances de ocorrerem conflitos. Quando comparada com outros fatores de risco para a segurança internacional, a mudança climática pode servir de base para modelos com um grau de certeza relativamente alto. Porém, entre a previsão e prevenção, ainda há um longo caminho a ser percorrido.

© UNphoto/Tim McKulka

O ritmo atual da mudança climática – mares mais altos, redução do gelo no Ártico, derretimento de geleiras, variabilidade extrema das chuvas, e maior frequência e intensidade das tempestades – são cenários que as sociedades humanas estabelecidas nunca haviam vivenciado. Essas dinâmicas afetarão os recursos fundamentais dos quais as pessoas e as nações – e a ordem mundial construída nessas nações – dependem para sua sobrevivência, segurança e prosperidade: principalmente alimentos e água. Esses impactos já estão contribuindo para o aumento da fragilidade e dos problemas de segurança dos Estados em regiões estratégicas por todo o mundo – os conflitos no Oriente Médio e na África, as tensões sobre a indústria pesqueira no Mar da China Meridional, e um novo campo de batalha político e econômico em um Oceano Ártico que vem degelando.

A mudança climática, ao transformar o cenário natural do mundo, também altera o seu cenário geopolítico. Se os governos forem incapazes de mitigar esse processo, os riscos de conflito e de instabilidade aumentarão e se tornarão mais difíceis de administrar. Esse é o caso de muitas regiões ao redor do mundo. Contudo, o Chifre da África é particularmente vulnerável, dada uma combinação de fragilidades estruturais e da exposição significativa aos riscos da mudança climática. Isso aumenta a probabilidade de conflitos e a instabilidade na península.

Um epicentro frágil

Ao longo do tempo, as pressões da mudança climática sobre os recursos naturais – combinadas às pressões demográficas, econômicas e políticas sobre esses recursos – podem enfraquecer a capacidade de uma nação se governar. Isso inclui a sua capacidade de atender às demandas de seus cidadãos por recursos básicos – como alimentos, água, energia e emprego –, também conhecida como *legitimidade por resultados*. A ameaça da legitimidade por resultados pode contribuir para a fragilidade estatal, conflitos internos, e até mesmo para o colapso do Estado. Por essa perspectiva, a mudança climática pode representar um grande desafio à estabilidade e à legitimidade dos Estados no Chifre da África – uma região que já lidava com inúmeros desafios antes de a mudança climática se tornar mais um fator.

Esses desafios foram recentemente confirmados pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, em uma Declaração de seu presidente, de janeiro de 2018: "O Conselho de Segurança reconhece os efeitos adversos da mudança climática e

Uma mulher idosa, deslocada de seu lar durante os conflitos no Sudão em 2008, espera por sua ração de auxílio alimentar emergencial.

das mudanças ecológicas, entre outros fatores, na estabilidade da África Ocidental e da região do Sahel, inclusive por meio da seca, da desertificação, da degradação do solo e da insegurança alimentar, e enfatiza a necessidade de avaliações de risco e estratégias de gestão de risco adequadas por parte dos governos e das Nações Unidas relacionadas a esses fatores".

Conforme o Índice de Estados Frágeis do Fundo para a Paz, o Chifre da África inclui alguns dos Estados mais vulneráveis do mundo: Somália, Etiópia, Eritreia, Quênia, Sudão e Sudão do Sul. A região também apresenta alguns dos indícios mais claros de uma conexão entre a mudança climática e os conflitos – especificamente os conflitos entre comunidades agrícolas e pastoris, provocados por secas acentuadas pelo clima e pela variabilidade da água.

Por exemplo, uma seca extrema prolongada exacerbada pelo clima, tal qual ocorreu na Somália em 2011, pode acentuar a pressão em cenários já tensos e com recursos escassos. Essas pressões podem intensificar as tensões e os conflitos entre as comunidades, e ajudam a acelerar a necessidade de as pessoas se mudarem – o que causa impacto nos preços dos animais criados para a pecuária e de outros bens. Isso também pode levar a um aumento na desnutrição e em surtos de doenças, assim como afetar negativamente a segurança alimentar (maiores informações em: *American Journal of Agricultural Economics*, v. 96, n. 4, p. 1157-1182, 1 jul. 2014).

Tensões locais sobre o acesso a recursos alimentícios e hídricos podem se espalhar para países vizinhos, na medida em que as pessoas tentam encontrar recursos e segurança adicionais – colocando mais pressões sobre os recursos daqueles países, o que poderia amplificar as tensões. Nesses casos, a mudança climática não "causa" diretamente os conflitos sobre a redução do acesso à agua, por exemplo, mas multiplica as pressões subjacentes aos recursos naturais, o que aumenta as chances de um conflito. Esses são cenários que, na ausência de uma melhor governança e de uma melhor gestão dos recursos naturais, se tornarão cada vez mais evidentes no futuro.

Cenário geopolítico em transformação

Vários estudos, combinados com modelos e exercícios de previsão, mostram com crescente precisão a forma pela qual as alterações nas condições climáticas podem, se não forem mitigadas, evoluir para situações de segurança de ordem superior, incluindo uma maior probabilidade de conflitos. Contudo, muitas das pesquisas até o momento se concentraram nas relações entre a mudança climática, o aumento na variabilidade das chuvas e os conflitos. Existem vários outros cenários em que os impactos climáticos e a segurança se entrecruzam e se combinam para formar a base de um novo cenário geopolítico. Eles incluem:

• Elevação do nível do mar e cidades costeiras
A urbanização está acontecendo rapidamente no Chifre da África, inclusive ao longo da costa. Cidades costeiras com populações crescentes, como Mogadíscio (Somália), Mombaça (Quênia) e a Cidade de Djibuti são vulneráveis ao aumento do nível do mar. A elevação do nível do mar ameaça inundar infraestruturas essenciais nessas cidades, contaminar as reservas de água potável pela intrusão de água salgada, reduzir a extensão das terras aráveis e potencialmente deslocar um grande número de pessoas.

• Vias marítimas perigosas
O Golfo de Áden é uma importante hidrovia ao longo do Chifre da África. À medida que a mudança climática reduz cada vez mais as oportunidades econômicas na região, é provável que ocorra um aumento ainda maior da pirataria ao longo da costa. De fato, pesquisas têm mostrado que há uma significativa sobreposição entre os países que apresentam uma alta incidência de ataques de piratas (ao largo da costa da Somália e da Eritreia) e a vulnerabilidade climática mais significativa na África. Todos esses elementos mostram uma imagem preocupante dos tipos de riscos sobrepostos que podem perpetuar o fracasso estatal no Chifre.

• Pesca e segurança alimentar
A acidificação e o aquecimento dos oceanos estão contribuindo para a migração e para a redução das populações de peixes em todo o mundo, inclusive ao longo da costa do Chifre da África – embora a ausência de monitoramento extensivo nessa região signifique que há uma lacuna no conhecimento sobre a amplitude dos impactos. As alterações na química e na temperatura dos oceanos podem aumentar a probabilidade de tensões internacionais entre os países e os atores subnacionais do Chifre, que compartilham a linha costeira – incluindo um elevado potencial para conflitos relativos à pesca, uma vez que suas respectivas frotas pesqueiras adentram águas vizinhas, ou competem por recursos minguantes em águas internacionais.

• Migração
As secas, associadas a outros fatores, já estão aumentando a pressão sobre as pessoas, na África e em outros lugares, para que se mudem. Aqueles que não têm meios para a mudança correm ainda o risco de se tornarem "presos", ou incapazes de se deslocar para locais mais seguros. No futuro, as reduções dos níveis de precipitação no Chifre, assim como o aumento da ocorrência de eventos climáticos extremos, provavelmente aumentarão o ritmo e a escala da migração. De acordo com Robert McLeman, da *Wilfrid Laurier University*, no Canadá: "Os Estados que já são politicamente frágeis são os mais prováveis futuros epicentros da violência relacionada ao clima e de eventos de migração forçada"

(*Epicenters of Climate and Security*, jun. 2017). De fato, dos 20 países mais bem classificados que são considerados Estados frágeis, 12 estão situados em regiões do Oriente Médio, Sul da Ásia e África, onde se espera que a mudança climática crie níveis elevados de escassez de água. Isso inclui cinco países do Chifre: Eritreia, Quênia, Somália, Sudão do Sul e Sudão.

• *Conversão da água em arma*
Alterações na disponibilidade hídrica, incluindo o aumento da escassez e do acesso à água, agravadas por um clima em mudança, também abrem caminhos para que os Estados e atores não estatais usem a água como uma arma. Um estudo recente, Marcus King, da *George Washington University*, nos Estados Unidos, discute como a Somália tem sido especialmente suscetível a essa relação entre clima, conflitos e conversão da água em arma (*Epicenters of Climate and Security*, jun. 2017). Em 2011, a Somália foi atingida por secas regionais que foram associadas à mudança climática. Nessa época, como observa King, o grupo fundamentalista *jihadista* Al-Shabaab "mudou suas táticas de guerrilha tradicionais e começou a cortar o acesso das cidades livres às suas fontes de água, para demonstrar ao menos algum tipo de poder e presença. A mudança climática, a falta de alimentos e o conflito continuado envolvendo a conversão da água em arma tiveram um enorme impacto social. O acesso limitado de agências humanitárias, agravado pelas ações do Al-Shabaab, resultou em mais de 250 mil mortes e em centenas de milhares de pessoas deslocadas".

Um pequeno aspecto positivo

Embora as secas e os eventos climáticos extremos não sejam inéditos nesta região, o ritmo das mudanças e a redução no tempo de recuperação entre os eventos extremos colocarão pressões adicionais sobre governos que já estão no limite. Essas dinâmicas podem fazer com que a instabilidade estatal e os conflitos sejam mais prováveis e duradouros. Contudo, existe um pequeno aspecto positivo: a mudança climática, especialmente quando comparada com outros fatores de risco para a segurança internacional, pode servir de base para modelos com um grau de certeza relativamente alto.

Embora persistam incertezas significativas quanto à previsão de mudança climática em escala local, as projeções existentes dos modelos climáticos mostram uma imagem bastante clara do que o futuro reserva. Isso oferece pontos de partida para que os governos e as sociedades se planejem de forma adequada. Contudo, essa elevada capacidade de previsão não conduz, por si só, à prevenção. A combinação de "risco sem precedentes" e "previsão sem precedentes" evidencia a necessidade de uma *Responsabilidade de preparar* (*Responsibility to Prepare*, *briefing* ao Conselho de Segurança da ONU, dez. 2017) – uma responsabilidade de instituições subnacionais, nacionais e intergovernamentais de construir a resiliência climática na ordem regional do Chifre da África. A incapacidade de cumprir essa responsabilidade pode tensionar significativamente a estabilidade regional, no Chifre e em todo o mundo.

Caitlin E. Werrell e **Francesco Femia** são norte-americanos, cofundadores e presidentes do *Center for Climate and Security*. Esse centro político não partidário, com sede em Washington, DC, que tem uma equipe e um Conselho Consultivo de ilustres especialistas militares e de segurança, é a única instituição dedicada exclusivamente aos riscos da mudança climática para a segurança.

Mudar as mentes, não o clima

A UNESCO tem mais de 30 programas para nos ajudar a entender e a enfrentar os desafios impostos pela mudança climática, assim como para promover a conscientização sobre as implicações éticas levantadas por esse importante tema dos nossos tempos.

Ao definir os princípios éticos mundiais em torno da mudança climática, a Organização fornece diretrizes para a tomada de decisões e escolhas de políticas para ajudar a combater os danos e as injustiças, moralmente inaceitáveis, provocados pela mudança climática. Os pilares da *Declaration of Ethical Principles*, aprovada em novembro de 2017, incluem a prevenção de danos, uma abordagem de precaução, igualdade e justiça, desenvolvimento sustentável, solidariedade, conhecimento científico e integridade na tomada de decisões.

A UNESCO também ajuda os Estados-membros a se adaptarem à mudança climática, para mitigar seus impactos, educar as sociedades sobre o desenvolvimento sustentável (EDS) e avaliar os riscos de desastres naturais. Por meio de seu Programa Hidrológico Internacional (PHI), a UNESCO fomenta a cooperação científica para a avaliar e monitorar as mudanças que afetam os recursos hídricos. Seu Programa O Homem e a Biosfera (*Man and the Biosphere* – MAB) visa a melhorar os meios de subsistência das pessoas ao mesmo tempo em que preserva os ecossistemas. As Reservas da Biosfera administradas pelo MAB, juntamente com os Sítios do Patrimônio Mundial e com a rede global de Geoparques, atuam como observatórios da mudança climática.

A Organização confere atenção especial à saúde dos oceanos, que regulam o clima e absorvem cerca de um terço das emissões de carbono. Como resultado do aumento das emissões de gases de efeito estufa (GEE), da poluição costeira, da sobrepesca e das pressões populacionais, as costas e os ecossistemas marinhos estão passando por grandes mudanças. Estas afetam, particularmente, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento (*small island developing States* – SIDS), para os quais a UNESCO elaborou um plano de ação.

A estratégia da UNESCO faz parte de uma abordagem abrangente definida pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC). Desde a Conferência de Paris sobre a Mudança Climática (COP 21), realizada em 2015, a UNESCO tem apresentado suas várias iniciativas em cada uma das conferências anuais. Seus estandes de exposição se tornaram pontos de encontro para promover debates e discussões com o público e com a sociedade civil. A necessidade de mudar as mentalidades não é mais contestada. O que é necessário é uma compreensão profunda sobre as questões inerentes a esse desafio mundial. Isso envolve conscientizar e educar as pessoas sobre o desenvolvimento sustentável. "Mudar as mentes, não o clima" (*Changing minds, not the climate*) é a principal mensagem da UNESCO sobre o assunto.

A perspectiva da Dominica: Antropoceno ou Capitaloceno?

Andreas Malm

A mudança climática não decorre da mera existência de bilhões de seres humanos que habitam o planeta, mas é causada pelos poucos que controlam os meios de produção e tomam as principais decisões sobre o uso da energia, afirma Andreas Malm. No que pode ser considerado mais Capitaloceno do que Antropoceno, um confronto direto com o capital proveniente dos combustíveis fósseis é indispensável para evitar eventos climáticos extremos, como os furacões que devastaram a Dominica*.

The Rising Tide (A maré crescente), *uma instalação de esculturas do artista britânico Jason DeCaires Taylor, no Rio Tâmisa, Londres, 2015.*

A Dominica costumava ser uma cadeia de colinas cor verde esmeralda, emergindo diretamente do Mar do Caribe. Quando visitei a nação insular em agosto de 2017, ela continuava coberta por verdes matas, cada cume e ravina cobertos com vegetação. A ilha mais montanhosa da região, com a maior cobertura florestal preservada, era uma maravilha de esplendor natural, mas também pobre. A maior parte de seus 70 mil habitantes – em sua maioria descendentes de africanos – subsistia da agricultura de pequena escala. A banana, a banana-da-terra e o inhame eram complementados com alguma pesca e um pouco de turismo.

A ilha já havia sofrido um golpe antes. Em 2015, a tempestade tropical Erika derramou torrentes de água sobre as colinas, até que algumas delas cederam e desabaram. Na época da minha visita, o país ainda estava se recuperando do desastre, claramente visível na sua parte sudeste, onde as encostas foram cortadas por deslizamentos que levaram o solo superior, árvores e casas. As estradas estavam sendo reconstruídas, e novos assentamentos foram erguidos para abrigar os sobreviventes.

Seis semanas após a minha partida, em 18 de setembro de 2017, o furacão Maria acelerou subitamente para um sistema de categoria 5 – uma das intensificações mais explosivas de um furacão já registrada – e bateu diretamente na Dominica. Em uma noite, a ilha verde se tornou marrom. Os ventos extraordinariamente ferozes simplesmente varreram a cobertura florestal.

Sentimento de perda incalculável

Folhas e galhos foram espalhados pelo mar, troncos desfolhados permaneceram em pé no que pareciam ser áreas desmatadas – se a tempestade tropical Erika havia arranhado a ilha, o furacão Maria a esfolou. Dessa vez, toda a infraestrutura – casas, estradas, pontes, hospitais, escolas – foi pulverizada, e o setor agrícola foi destruído. O custo financeiro foi estimado em duas vezes o Produto Interno Bruto (PIB) do país, mas, como informou a agência de notícias IRIN, "o sentimento mais profundo de perda está fora de alcance".

* A Dominica é um Estado insular situado no Caribe, na região das Pequenas Antilhas. Não confundir com a República Dominicana

Sigue a los Líderes (Siga os líderes), *uma instalação do artista espanhol Isaac Cordal na exposição Fragil (Frágil, Bruxelas, 2015). As pequenas esculturas representam homens de negócios quase se afogando em uma mistura de água e petróleo.*

No primeiro mês após o furacão Maria, um quinto dos habitantes pegaram os poucos bens que puderam ser recuperados e partiram. Aqueles que ficaram falavam de si mesmos como soldados em um campo de batalha: o discurso bélico varreu o país. Cinco dias após o furacão, o primeiro-ministro Roosevelt Skerrit, ele próprio desabrigado, dirigiu-se à Assembleia Geral das Nações Unidas: "Venho até vocês diretamente da linha de frente da guerra. [...] À medida que os dominiquenses sofrem com o peso da mudança climática, nós estamos arcando com as consequências das ações de outros, ações que colocam em risco a nossa própria existência, e tudo para o enriquecimento de alguns poucos em outros lugares".

Os descendentes de escravos que habitam a Dominica não fizeram nada para aquecer este planeta, nem tampouco a pequena população indígena sobrevivente. Os agricultores de subsistência, que recorriam à condução de táxis ou à venda ambulante para complementar sua renda, tinham pegadas de carbono insignificantes e nenhum poder sobre o abastecimento de energia mundial. Ainda assim, no ataque do hiperfuracão, as principais vítimas foram exatamente esses agricultores: eles foram mortos, suas vidas foram devastadas, e a própria terra em que se encontravam foi destruída.

Somos todos responsáveis?

No discurso sobre a mudança climática, tal como se desenvolveu no meio acadêmico ocidental, na mídia e nos grupos que formulam as políticas ao longo da última década, uma outra narrativa se instalou. Ela diz que o problema foi criado por todos nós. O aquecimento global é culpa da espécie humana como um todo. Vivemos no Antropoceno, a época em que nossa própria espécie superou as forças naturais na determinação da trajetória deste planeta, de forma mais óbvia no campo do clima – portanto, os seres humanos em geral são responsáveis pelas catástrofes subsequentes.

Uma afirmação explícita dessa lógica pode ser encontrada em um dos mais célebres livros sobre o tema nos últimos anos: *The Great Derangement: Climate Change and the Unthinkable*, Amitay Ghosh, no qual aprendemos que o aquecimento global "é a consequência indesejada da própria existência dos seres humanos como espécie". Mais do que isso, é "o produto da totalidade das ações humanas ao longo do tempo. Todos os seres humanos que já viveram desempenharam um papel em nos tornar a espécie dominante neste planeta e, nesse sentido, todos os seres humanos, passados e presentes, contribuíram para o atual ciclo da mudança climática". Por essa perspectiva, o produtor de café comum na Dominica contribuiu para o furacão Maria simplesmente por pertencer à espécie *Homo sapiens*. Assim como seus antepassados escravos trazidos para a ilha. Assim como o povo kalinago, que lá vivia em paz antes de os europeus chegarem à ilha em 1492.

Narrativa falha

É extremamente difícil enxergar os fundamentos científicos que podem existir em tal perspectiva; contudo, inúmeros intelectuais que abordaram o Antropoceno fizeram afirmações semelhantes. Para escolher apenas um outro caso, o historiador Dipesh Chakrabarty, talvez o mais influente intérprete do conceito nas ciências humanas e sociais, argumenta que, quando se trata da produção da mudança climática, "os pobres participam daquela história compartilhada da evolução humana, tanto quanto os ricos". (CHAKRABARTY; D. Climate and Capital: on Conjoined Histories, *Critical Inquiry: the University of Chicago Press Journals*, 41, n. 1, 2014).

Nessa visão, o furacão Maria foi mais um suicídio do que uma guerra-relâmpago (*blitzkrieg*). Foi um caso de "aqui se faz, aqui se paga", sem nenhuma injustiça flagrante envolvida de forma especial. Das encostas desnudas da Dominica, a realidade, é claro, parece muito diferente. A narrativa do Antropoceno é falha porque distorce e ofusca aquela realidade – não por dizer que as ações humanas causaram a mudança climática, o que é um fato incontestável, mas por se deslocar daquela observação para a representação da espécie humana como protagonista unificado. É tudo menos isso.

Nos últimos milhares de anos, desde que as sociedades de classes existem, o *Homo sapiens* tem sido uma entidade profundamente fragmentada, e nunca mais do que neste planeta que vem se aquecendo rapidamente – onde os oito homens mais ricos do mundo têm tanta riqueza (US$ 426 bilhões) quanto a metade mais pobre da população mundial somada (US$ 409 bilhões), segundo a Oxfam (janeiro de 2017). Sabe-se que a riqueza está estreitamente

© Isaac Cordal (cementeclipses.com)

correlacionada com as emissões de CO_2. É o sinal dos lucros da forma habitual de se fazer negócios e a melhor prova contra as suas consequências. Embebido em combustíveis fósseis, é o motor da tempestade.

Epidemia de plástico

Somos informados que a mudança climática é criada por uma massa anônima de milhões e bilhões de seres humanos, quando, como recentemente argumentou o geógrafo norte-americano Matt Huber, na realidade, é um segmento muito limitado da espécie que controla os meios de produção e toma as decisões mais importantes sobre o uso da energia. Esse segmento opera com um objetivo em vista – expandir ainda mais as suas riquezas. O processo é conhecido como *acúmulo de capital* e segue de forma implacável, sem considerar o destino dos dominiquenses ou os alarmes cada vez mais desesperados da ciência do clima.

Para citar apenas um exemplo, em dezembro de 2017, o jornal *The Guardian* noticiou que a produção de plástico nos Estados Unidos deverá aumentar em 40% na próxima década, uma vez que a ExxonMobil, a Shell e outras empresas de combustíveis fósseis têm usado a contínua expansão do gás de xisto para investir massivamente em novas fábricas de plástico. Elas prenderão a economia norte-americana e, por conseguinte, a economia global, ainda mais em sua dependência por produtos plásticos. Em algum momento, estes acabarão alcançando as praias de todo o mundo e, no que diz respeito aos combustíveis fósseis, seu calor encontrará novas ilhas para destruir. Da perspectiva do capital, esta é exatamente a coisa certa a se fazer: investir na produção e no consumo de combustíveis fósseis para gerar lucros. Esse é o processo que tem alimentado o aquecimento global desde o início. A população da Dominica e seus muitos companheiros de infortúnio em todo o mundo, que devem se multiplicar a cada ano – a menos que comece agora mesmo um confronto direto com o capital proveniente dos combustíveis fósseis – nunca viveram no que se denomina Antropoceno, e suas ações não podem ser culpadas por causar danos ao planeta. Eles sofrem os golpes de uma era rotulada de forma mais apropriada como Capitaloceno. É uma forma de guerra estrutural e sistemática, mas nós podemos esperar que os eventos naturais súbitos de choque e temor se tornem mais frequentes nos próximos anos. Uma questão mais aberta é quando, ou se, uma reação começará. Culpar a espécie humana não fará isso acontecer.

Andreas Malm (Suécia) leciona ecologia humana na Universidade Lund, na Suécia. Ele é autor de vários livros, incluindo, mais recentemente, *The Progress of This Storm: Nature and Society in a Warming World* (2018).

Parem com o discurso catastrofista!

Francis Chateauraynaud, entrevista por Régis Meyran

Os debates desencadeados pelo Antropoceno têm interesses científicos reais, uma vez que poderão desempenhar um papel na criação de um modelo global de evolução do equilíbrio planetário. Contudo, as interpretações podem ser distorcidas por aqueles que usam o termo para profetizar o fim do mundo – uma abordagem que é contraproducente, como argumenta Francis Chateauraynaud.

O sr. tem estudado controvérsias científicas há muito tempo. O que acha dos debates a respeito do Antropoceno?

Esse é um debate importante – os cientistas estão buscando um modelo global para o planeta, que, por enquanto, não foi consolidado. É uma questão de estabelecer um sistema formal que defina as leis que regulam o funcionamento do Planeta Terra, pensando em uma escala global e integrando muitas variáveis que anteriormente estavam desconectadas. Com a capacidade computacional que nós temos disponível na atualidade, é possível construir um modelo da biosfera e realizar simulações para estudar as variações que ocorrem quando parâmetros – como a temperatura e a acidez do oceano – se alteram.

Como uma hipótese, o Antropoceno é de interesse tanto de geólogos quanto de arqueólogos, que lidam com resíduos radioativos ou químicos no solo. A dúvida permanece se é realmente necessário falar sobre uma nova época geológica que se seguiria ao Holoceno. A relevância do termo Antropoceno certamente se tornará mais clara ao longo do tempo, e é normal que seja debatida. Alguns autores, como o acadêmico norte-americano Jason W. Moore e o autor sueco Andreas Malm, preferem falar de Capitaloceno.

No entanto, essa reclassificação é questionável, dada a expressiva pegada ecológica da antiga União de Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) no século XX.

Na verdade, não é tanto o termo Antropoceno que representa um problema, mas a previsibilidade do modelo, por um lado, e a tentação de se adotar o catastrofismo ou o determinismo, por outro.

O sr. poderia nos contar mais sobre essa tendência em direção ao catastrofismo?

Um problema decorre da maneira como muitos especialistas falam em nome de toda a humanidade, utilizando o pronome *nós*. O historiador Dipesh Chakrabarty questionou a função que esse "nós" pode desempenhar. Atribuir fenômenos à humanidade como um todo significa esquecer, ou esconder, o fato de que muitas pessoas que vivem na pobreza ou que pertencem a minorias praticamente não contribuem para o advento do Antropoceno.

O outro problema é a ideia de que "nós" já embarcamos nessa trajetória fatal. Para lhe dar um exemplo, em novembro de 2017, o jornal francês *Le Monde* publicou uma carta aberta "à humanidade" assinada por 15 mil cientistas, intitulada *Em breve será tarde demais*. Embora o advérbio "em breve" contenha implicitamente uma medida de reversibilidade, um marcador como "tarde demais", e a repetição de frases prontas como "nós falhamos" ou "não conseguimos", nos coloca no caminho perigoso do catastrofismo.

O pensador global – o intelectual que pensa sobre o mundo em sua dimensão global – encontra aqui uma forma de legitimidade para suas fantasias e pode revelar uma grande narrativa, que abrange toda a complexidade do mundo em algumas frases prontas. Até mesmo o sociólogo francês Bruno Latour entrou no campo, com seu livro *Face à Gaïa* (2015). A tentação de se profetizar alimenta escritos sobre a "colapsologia", como o livro dos pesquisadores franceses Pablo Servigne e Raphaël Stevens, *Comment tout peut s'effondrer* (2015). Embora esses autores fundamentem seus argumentos em dados que poucos contestariam, a forma como são agrupados, em uma narrativa de fim de mundo, é problemática.

A principal crítica ao argumento catastrofista é que ele não funciona. A teoria da "heurística do medo", apresentada anos atrás pelo filósofo alemão Hans Jonas (1903-1993) – que acreditava que apenas o temor pelo pior seria suficiente para a conscientização – não é mais relevante no contexto contemporâneo. Não há problema no fato de grandes mentes assinarem cartas abertas ameaçadoras, mas isso não nos aproxima das soluções. A tarefa dos cientistas não consiste em anunciar a inevitabilidade da catástrofe, mas sim enfrentar os problemas em diferentes níveis de ação.

Os argumentos dos catastrofistas podem ser fúteis, mas são bem-sucedidos...

Eles não apenas são bem-sucedidos, como também provocam reações hostis. A ecologia acaba se confundindo com o catastrofismo. Grupos como a Associação Francesa de Informação Científica (*Association française pour l'information scientifique* – AFIS) chegaram a voltar atrás, declarando que nunca fomos tão felizes neste planeta. Nessas polêmicas, os argumentos de grupos como a AFIS são ainda mais bem-sucedidos, porque não apelam ao público para não fazer o que quer que seja.

Concretamente, no entanto, nós podemos evitar uma catástrofe?

Primeiramente, existem muitos tipos de catástrofes. Anunciar uma catástrofe global final significa ignorar os fatos reais. É importante que se evite endossar uma visão fechada do futuro, mesmo que seja apoiada por instituições, e desbloquear futuros possíveis. Sempre há indivíduos, grupos, cidades ou regiões que estão inventando alternativas e novas possibilidades. O meu livro em coautoria com Josquin Debaz, *Aux bords de l'irréversible* (2017) traça o surgimento de uma multiplicidade de "contra-Antropocenos" – outros mundos possíveis que são criados nos interstícios. Embora muitas vezes apareçam como formas de "resistência", eles criam outros modos de ação e de percepção do mundo.

Tomemos, por exemplo, o plano de construção de um novo aeroporto internacional em Notre-Dame-des-Landes, na França. Lançado na década de 1960, o projeto foi relançado no início dos anos 2000. Considerado incompatível com as declarações da COP21 (Paris, 2015) sobre o combate à mudança climática, o plano foi finalmente abandonado em janeiro de 2018 sob pressão de ativistas. Fundamental para a resistência cívica organizada por parte dos cidadãos de Notre-Dame-des-Landes foi a sua capacidade coletiva de reverter a ordem das prioridades.

Os movimentos em torno dos sistemas de semeação e permacultura dos agricultores são inspirados pelo funcionamento e pelo conhecimento dos ecossistemas tradicionais, ao mesmo tempo em que visam à autossuficiência. Tal como ocorre com as cidades em transição, inúmeras experiências coletivas trabalham juntas para redefinir e administrar bens comuns, alimentando novas ideias para moldar as políticas.

O futuro permanece aberto. Todos os humanistas têm o dever de provar que os profetas do catastrofismo estão errados. Existem inúmeros lugares neste planeta onde as pessoas já estão lutando para superar os efeitos devastadores da arrogância tecnoindustrial.

Spéculation, passion et anxiété (Especulação, paixão e ansiedade), *pintura acrílica em tela, 2001, de autoria do artista e filósofo franco-canadense Hervé Fischer.*

Francis Chateauraynaud (França) é sociólogo e diretor de pesquisa na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS), em Paris. Seu livro mais recente, em coautoria com Josquin Debaz, é *Aux bords de l'irréversible. Sociologie pragmatique des transformations* (2017).

Um glossário para o Antropoceno

Com o objetivo de entender os debates em curso sobre o Antropoceno, não basta apenas conhecer a palavra, criada pelo biólogo norte-americano Eugene F. Stoermer, em 1980, e popularizada pelo cientista atmosférico holandês Paul Crutzen no início dos anos 2000. Apresentamos aqui uma visão geral de alguns termos técnicos fundamentais.

Biocapacidade (capacidade biológica): Este conceito foi inicialmente apresentado no início da década de 1990 pelo defensor da sustentabilidade, o suíço Mathis Wackernagel, e pelo ecologista canadense William Rees. Sua pesquisa sobre a capacidade biológica do planeta, necessária para determinada atividade humana, levou ambos a definir dois indicadores: a *biocapacidade* e a *pegada ecológica* (ver abaixo). Desde 2003, esses dois indicadores são calculados e desenvolvidos pela *Global Footprint Network*, que define biocapacidade como "a capacidade dos ecossistemas de produzir materiais biológicos utilizados pelas pessoas e de absorver os resíduos gerados pelos seres humanos, nos atuais regimes de gestão e com as atuais tecnologias de extração".

Capitaloceno: Esse termo foi apresentado pelo historiador ambiental e geógrafo histórico, o norte-americano Jason W. Moore, que preferia usar o termo Capitaloceno em vez de Antropoceno. Segundo ele, foi o capitalismo que criou a crise ecológica global que está nos levando a uma mudança de era geológica. Uma variante do Capitaloceno, a noção de Ocidentaloceno, declarada particularmente pelo historiador francês Christophe Bonneuil, afirma que a responsabilidade pela mudança climática recai sobre as nações ocidentais industrializadas, não sobre os países mais pobres.

Coevolução dos genes e da cultura: Segundo o sociobiologista norte-americano Edward O. Wilson, os genes tornaram possível o surgimento da mente e da cultura humanas (linguagem, parentesco, religião etc.) e, no sentido inverso, os traços culturais podem favorecer a evolução genética em contrapartida. Isso ocorre por meio da estabilização de determinados genes, que conferem uma vantagem seletiva aos membros do grupo em que o comportamento cultural é observado. Vários antropólogos e biólogos criticaram essa ideia de "coevolução" entre genes e cultura, argumentando que a transmissão de traços culturais é um fenômeno volátil que não obedece às leis da evolução darwiniana. Esses estudiosos também argumentam que, nos últimos 50 mil anos, a humanidade passou por transformações culturais significativas, enquanto o banco genético humano permaneceu inalterado – com apenas algumas exceções.

Pegada ecológica: De acordo com a *Global Footprint Network*, esta expressão é "uma medida de quanta área de terra biologicamente produtiva e quanta água um indivíduo, uma população ou uma atividade requer para produzir todos os recursos que consome e para absorver os resíduos que gera, utilizando a tecnologia e as práticas de gestão de recursos predominantes".

Época geológica: A escala de tempo geológico é caracterizada por diferentes tipos de unidades, éons (períodos de tempo indefinidos, divididos em muitas eras), eras, períodos, épocas e idades (que dividem as épocas em partes menores). Para ser reconhecida como tal, cada subdivisão deve ter condições paleoambientais (características climáticas), paleontológicas (tipos de fósseis) e sedimentológicas (resultantes da erosão por seres vivos, solos, rochas, aluvião etc.), que sejam similares e homogêneas. A Comissão Internacional sobre Estratigrafia e a União Internacional de Ciências Geológicas (IUGS) estabelecem os padrões globais para as escalas de tempo geológico. Atualmente, nós vivemos na época do Holoceno, que é associada à sedentarização humana e à agricultura. Se todas as condições acima forem atendidas, o Antropoceno poderá,

Vertigo (Vertigem), *litografia do artista francês Antonin Malchiodi (2018).*

em breve, ser definido como uma nova época geológica.

A grande aceleração: Os cientistas concordam que, desde a década de 1950, os ecossistemas foram modificados de forma mais rápida e profunda do que jamais ocorreu – sob os efeitos combinados do aumento sem precedentes do consumo em massa – em países pertencentes à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) –, do expressivo aumento populacional, do crescimento econômico e da urbanização. O químico norte-americano Will Steffen denominou esse fenômeno de "a grande aceleração".

A grande divergência: A expressão "grande divergência", criada pelo historiador norte-americano Kenneth Pomeranz, designa a expansão industrial que separou a Europa da China desde o século XIX. Segundo Pomeranz, a distribuição geográfica desigual de recursos carboníferos e a conquista do Novo Mundo deram o impulso determinante para a economia europeia.

Planeta (como unidade de medida): A pegada ecológica tem um "equivalente planetário", ou o número de planetas necessários para sustentar as necessidades da humanidade em determinado momento. Com o objetivo de determinar a pegada ecológica de um país, medimos o número de planetas que seriam necessários pela população mundial se ela consumisse tanto quanto a população daquele país. De acordo com o *World Wildlife Fund* (WWF), "todos os anos, a humanidade consome o equivalente a 1,7 planeta para atender a suas necessidades".

Sexta extinção: A "grande extinção" é a expressão dada a um breve evento em tempo geológico (vários milhões de anos) durante o qual pelo menos 75% das espécies de plantas e animais desaparecem da superfície terrestre e dos oceanos. Das cinco grandes extinções já registradas, a mais conhecida é a do Cretáceo-Terciário, há 66 milhões de anos, que incluiu a extinção dos dinossauros. O biólogo norte-americano Paul Ehrlich sugeriu que entramos agora na sexta grande extinção – embora, por enquanto, sua destruição em termos de números de espécies seja consideravelmente menor do que das outras cinco: 40% dos mamíferos do planeta terão visto a extensão de seus *habitats* serem reduzidos em 80% entre 1900 e 2015.

Esferas: Para o mineralogista e geólogo russo Vladimir Vernadsky, que em 1926 desenvolveu o conceito de *biosfera*, o Planeta Terra é constituído pelo entrelaçamento de cinco esferas distintas – a *litosfera*, camada externa de rocha rígida; a *biosfera*, constituída por todos os seres vivos; a *atmosfera*, o invólucro de gases conhecido como *ar*; a *tecnosfera*, que resulta das atividades humanas; e a *noosfera*, a parte da biosfera ocupada pelo pensamento humano, incluindo todos os pensamentos e ideias. Desde então, outros autores adicionaram a essa lista as noções de *hidrosfera* (toda a água presente no planeta) e a *criosfera* (gelo).

Tecnodiversidade: O termo biodiversidade se refere à diversidade de ecossistemas, espécies e genes, e a interação desses três níveis, em determinado ambiente. Por analogia, a tecnodiversidade se refere à diversidade de objetos tecnológicos e de materiais utilizados para fazê-los.

Tecnofósseis: Fósseis são os vestígios mineralizados de indivíduos que viveram no passado. Por analogia, os tecnofósseis são os vestígios de objetos tecnológicos.

Tecnosfera: A *tecnosfera* se refere à parte física do ambiente que é modificada pelas atividades humanas. É um sistema globalmente interligado, que abrange: seres humanos, animais domesticados, terras agrícolas, máquinas, cidades, fábricas, estradas e redes, aeroportos etc

Zoom

Ao amanhecer, Qello, que tem 13 anos de idade, apanha lenha da floresta no vilarejo de Dodota Denbel. A segunda de quatro filhos em uma família de agricultores, ela é responsável pela maioria das tarefas domésticas, sobretudo porque sua irmã mais velha, de 19 anos, se casou e teve um bebê.

© Ignacio Marín

Um dia comum na vida de Qello

Qello prepara o café logo que volta para casa com a lenha.

Texto: Katerina Markelova

Fotos: Ignacio Marín

Se Qello, a heroína deste ensaio fotográfico (produzido em novembro de 2017) vai à escola hoje, é porque ela tem sorte. Apenas 30,4% das meninas etíopes em idade escolar secundária conseguem frequentar a escola (Instituto de Estatísticas da UNESCO, 2015).

Qello, que tem 13 anos de idade, já deu o primeiro passo rumo à compreensão de seu direito fundamental à educação – ela não abandonou o ensino primário, tal como 61% das jovens de seu país (IUS, 2014). Contudo, será ela capaz de ingressar no ensino secundário? Em 2015, apenas 17% das meninas (taxa bruta de matrícula*) ultrapassaram esse nível.

Na Etiópia, apesar de uma relativamente alta taxa de matrículas de meninas na educação primária (82% em 2015), apenas uma entre duas meninas (47%), com idade de 15 a 24 anos, sabe ler, escrever e compreender um texto curto e simples sobre suas vidas cotidianas. Essa é a consequência lógica de uma grave escassez de professores – em 2011, havia um professor para 55 estudantes no nível primário.

Durante sua educação, o irmão mais novo de Qello enfrentará tantos obstáculos quanto ela? Ele terá uma chance ligeiramente melhor de frequentar a escola primária (em 2015, a taxa de

matrículas para meninos era de 88,5%) e a escola secundária (31,4% em 2015). Ele provavelmente também passará um ano a mais na escola – em 2012, a expectativa de vida escolar** para os meninos era de 8,9 anos, comparada a 7,9 anos para as meninas.

Embora meninos e meninas tenham acesso praticamente igual à educação obrigatória (dos 7 aos 14 anos), a situação na Etiópia não é muito animadora. Cerca de 2,2 milhões de crianças e 4,6 milhões de adolescentes (2015) não têm instrução nesse país da África Subsaariana, com uma população de 102 milhões.

Atualmente, em todo o mundo, 59 milhões de crianças, ou 9% da população em idade escolar primária, não frequentam a escola. Pouco mais da metade dessas crianças vive na África Subsaariana, uma região com as mais altas taxas de exclusão da educação. Cerca de 17 milhões delas são meninas – 9 milhões de meninas com idades entre 6 e 11 anos nunca frequentarão a escola, contra 6 milhões de meninos (IUS).

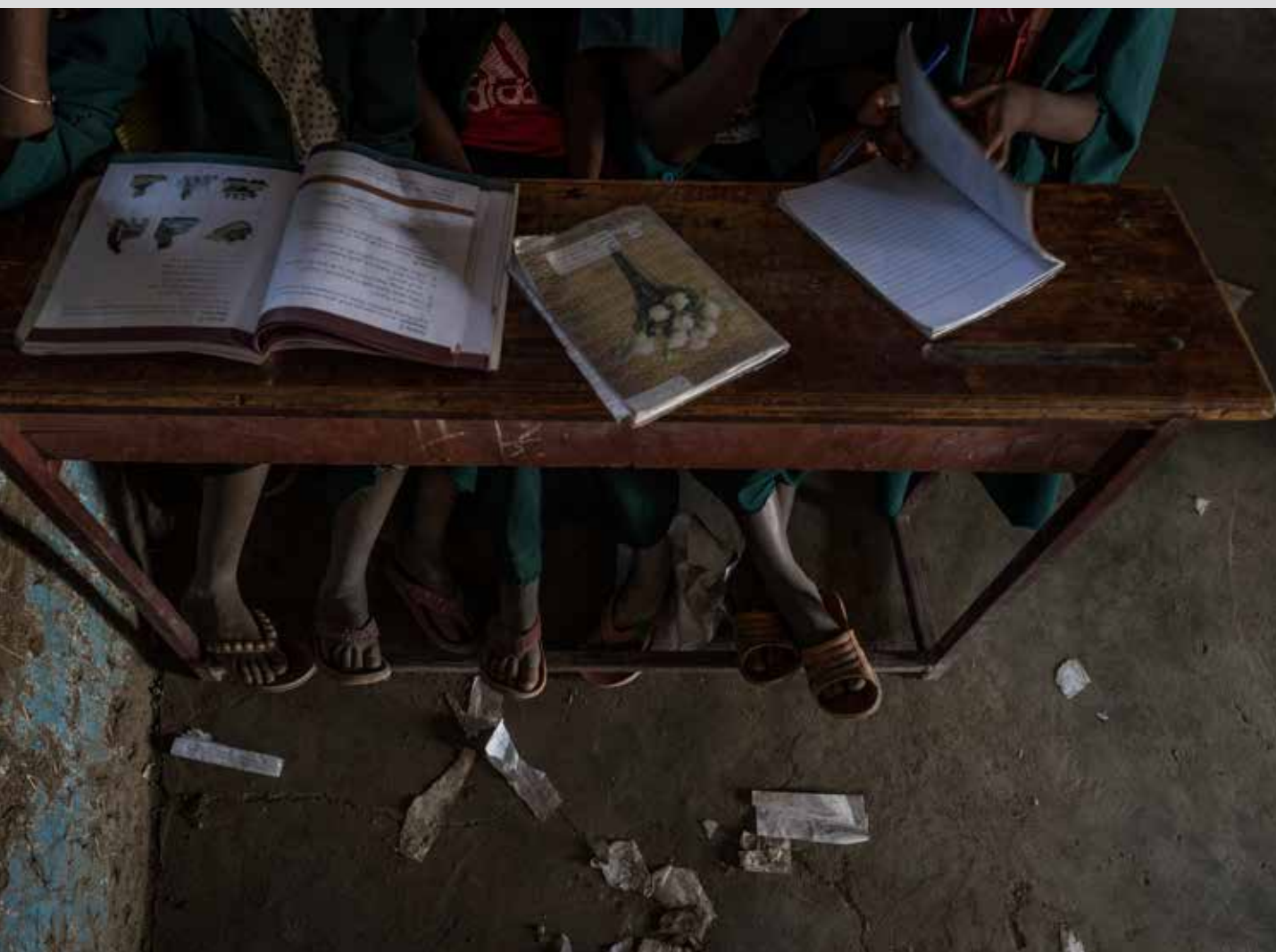
A igualdade de gênero é a Meta 1 do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4), que visa a garantir educação igualitária e de qualidade para todos, bem como promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida até 2030. A UNESCO, como agência especializada das Nações Unidas para a educação, foi encarregada de liderar o Marco de Ação da Educação 2030, aprovado em novembro de 2015. A principal responsabilidade pela implementação dessa agenda cabe aos governos, com a UNESCO e seus parceiros fornecendo apoio por meio de orientações sobre a formulação de políticas, assistência técnica, capacitação e acompanhamento de progresso coordenados nos âmbitos mundial, regional e nacional.

* *Taxa bruta de matrícula*: quantidade de alunos matriculados em determinado nível de educação, independentemente da idade, expresso como uma porcentagem da população em idade escolar oficial correspondente ao mesmo nível de educação.

** *Expectativa de vida escolar*: quantidade de anos que uma pessoa provavelmente passará nos sistemas de ensino escolar e universitário.

Qello dedica alguns minutos a ela própria, ao se limpar pela manhã.

Antes de poder ir à escola, Qello já preparou o café da manhã e limpou a casa. Às vezes ela se atrasa, ou tem de perder uma aula, porque as tarefas domésticas são uma prioridade.

Cinco meninas dividem uma mesa na turma de Qello, na escola pública do vilarejo.

"Dois terços das amigas de Qello serão forçadas a se casar ainda jovens. A grande maioria delas abandonará os estudos logo após o seu casamento", explica Ana Sendagorta, diretora da Fundação Pablo Horstmann.

Ao retornar da escola, Qello prepara uma refeição para a família. Tradicionalmente, atividades domésticas são vistas como um "treinamento" essencial para as meninas, preparando-as para sua vida futura, como esposas e mães.

Qello aguarda seu pai terminar a refeição antes de lavar a louça.

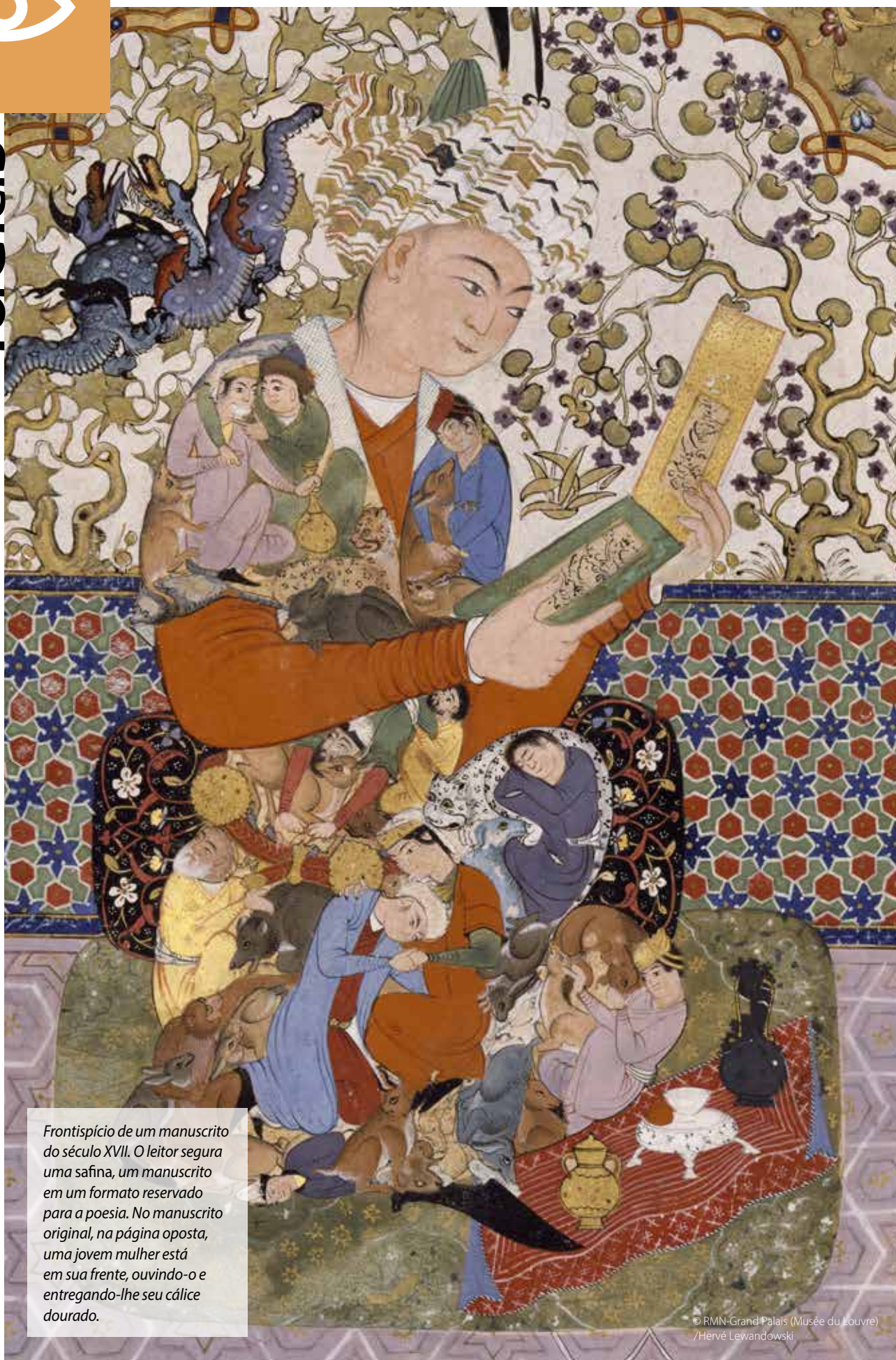
Qello busca água do poço comunitário. Apenas um poço atende a todo o vilarejo; desse modo, muitas vezes ela tem de esperar sua vez por horas na fila

A viagem de volta para casa leva ainda mais tempo, uma vez que a carroça de burro está carregada com água. As longas distâncias expõem muitas meninas à violência física ou sexual, mas elas não têm escolha. Suas famílias dependem da água.

De volta em casa, é hora de lavar as roupas.

No final do dia, quando todas as tarefas estão concluídas, Qello encontra tempo para fazer seu dever de casa, à luz de uma pequena lamparina.

A noite envolve a casa de Qello na escuridão, embora as estrelas iluminem o céu. Amanhã é outro dia.

Ideias

Frontispício de um manuscrito do século XVII. O leitor segura uma safina, um manuscrito em um formato reservado para a poesia. No manuscrito original, na página oposta, uma jovem mulher está em sua frente, ouvindo-o e entregando-lhe seu cálice dourado.

Nós, os servos e os guardiões da Terra

Souleymane Bachir Diagne

Para enfrentar o desafio que a crise ecológica global representa na atualidade, há uma necessidade urgente de se recorrer ao repertório filosófico e espiritual da humanidade, pois este nos ensina lições valiosas sobre a importância de cuidar da vida em todas as suas formas. Souleymane Bachir Diagne recorre a essa fonte aqui, misturando o romance filosófico de um acadêmico andaluz do século XII, palavras de sabedoria africana e reflexões de filósofos ocidentais. Nós não somos os mestres e os donos da natureza, adverte-nos o filósofo senegalês.

Com este artigo, *O Correio da UNESCO* celebra o Dia Mundial da Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento, 21 de maio, e o Dia Internacional da Diversidade Biológica, 22 de maio.

Minha intenção é pensar sobre uma grande crise – a crise ecológica, a qual, como concordamos, define a era em que vivemos –, mostrando como a história da filosofia pode esclarecer e nos oferecer orientação sobre as ações que devemos tomar para lidar com ela. Mais precisamente, eu gostaria de mostrar como há continuidade entre a forma como a filosofia nos ajuda a considerar uma política da humanidade e como ela ilumina uma política de "humanização da Terra", nas palavras do filósofo e teólogo francês Pierre Teilhard de Chardin (1881-1955). Eu uso essa expressão como significado do dever e da responsabilidade segundo a qual os seres humanos devem agir, a partir do momento em que compreendem que a natureza é confiada a eles e à humanidade no futuro. Ela me proíbe de me considerar "mestre e dono da natureza", para citar a conhecida frase do filósofo francês do século XVII, René Descartes.

Sobre essa questão, em relação a uma filosofia que é simultaneamente espiritual e ecológica, eu gostaria de evocar as ideias do acadêmico andaluz Abu Bakr ibn Tufail (1105-1185). Elas são magistralmente expressadas em sua principal obra, o romance filosófico *Hayy ibn Yaqzan*. Ele apresenta a ideia de que os seres humanos percebem inteiramente sua humanidade apenas quando alcançam a consciência ecológica – o que lhes permite entender, ao mesmo tempo, a sua própria evolução e a responsabilidade imposta a eles para proteger a vida na Terra.

Homo perfectus (homem perfeito)

A fábula filosófica árabe, após sua tradução para o latim em 1671 sob o título *Philosophus autodidactus* (*O filósofo autodidata*), e mais tarde para o inglês, foi uma fonte de inspiração para muitos escritores, incluindo o inglês Daniel Defoe, autor de *Robinson Crusoé*. De fato, o romance do filósofo andaluz é a história da sobrevivência de Hayy, uma criança abandonada em uma ilha que nunca conheceu a presença humana, e que é resgatada, protegida e alimentada por uma corça. Quando o animal morre, Hayy aprende a usar suas mãos, sua inteligência prática e então a teórica, em uma ontogenia (a origem e o desenvolvimento do organismo individual, da concepção até a morte) que recapitula a filogenia (evolução das espécies ao longo dos tempos): a criança se desenvolve como *homo perfectus*, o *insan kamil* do misticismo islâmico. Em outras palavras, ele se torna um ser humano completo que redescobre não apenas a essência da civilização – especialmente o fogo –, mas também o sentido de transcendência que o leva à noção e, depois, à experiência, do divino.

Encontramos um eco de *O filósofo autodidata* no debate filosófico sobre a *tabula rasa*, a "folha em branco", que representa a nossa capacidade de aprender antes que a experiência comece a registrar nela o nosso conhecimento. Dessa forma, evidenciamos a continuidade

entre a ideia ilustrada pelo romance sobre Hayy e o *Ensaio acerca do entendimento humano*, do filósofo inglês do século XVII, John Locke.

Devemos notar, brevemente, que o ensino da história da filosofia, tal como é apresentado na maioria dos livros didáticos, deixa pouco espaço para uma obra tão importante quanto a de Ibn Tufail, ou para a tradição intelectual a que pertence – isso exige outra forma de ensino da história da filosofia, que não a considere uma questão puramente europeia.

O califa de Deus na Terra

O primeiro choque que desencadeia a inteligência prática e teórica da criança é a dúvida que a confronta, mergulhando-a em sofrimento e incompreensão, no momento em que sua mãe, a corça, morre – o que é essa coisa, a vida, que deixou o corpo da mãe e a tornou para sempre surda aos chamados de seu filho? Para responder essa dúvida, Hayy se dedica à prática de dissecar animais mortos, e então tenta surpreender o princípio vital em animais vivos, realizando vivissecções neles – não percebendo, em sua ignorância e inocência, a crueldade de suas ações. Ele abandona essa pesquisa, novamente devido ao fracasso. Mais tarde, quando obtém plena consciência de si mesmo, de Deus, da Criação, de seu próprio lugar nela e de sua responsabilidade para com ela, Hayy entenderá sua responsabilidade de ser o guardião da vida, em todas as suas formas. Ele irá retirar da natureza apenas o que for necessário para seu sustento, garantindo que a capacidade de renovação da vida seja perfeitamente preservada e que a natureza reconstitua o que dá a ele.

A insistência de Tufail sobre a consciência ecológica de Hayy é uma ilustração filosófica da antropologia corânica, que define o ser humano como "o califa de Deus na Terra". A palavra *califa* significa "substituto", mas sua melhor tradução é, sem dúvidas, "tenente" – ou mais precisamente *lieu-tenant*, "guardião do lugar", quando se observa a etimologia francesa – ensina aos seres humanos o que eles devem ser e define sua responsabilidade de proteger seu meio ambiente, ou seja, a Terra. Além disso, essa palavra *califa*, apesar do que ouvimos atualmente, tem no Alcorão apenas esse significado, que denota a destinação do ser humano. Uma mensagem importante do livro de Ibn Tufail é, portanto, a de que o ser humano é o guardião da Terra para si mesmo e para as gerações vindouras, porque o ser humano é originalmente o depositário do que o torna o *guardião do lugar* de Deus na Terra. Atualmente, nós precisamos mais do que nunca ter atenção quanto a essa responsabilidade, sem que esteja necessariamente ligada a um significado religioso.

Fotografia do homem de Careto, do fotógrafo francês Charles Fréger, tirada durante o Carnaval em Lazarim, Portugal. Faz parte da série Wilder Mann *(2010-2011), que levou Fréger por 18 países europeus em busca de imagens do "homem selvagem".*

Homme nature (Homem natureza), *aquarela em papel, do artista angolano--francês Franck Lundangi.*

Construir a humanidade juntos

Vou resumir minha posição em uma palavra: *ubuntu*. Essa palavra da língua banto, que ganhou fama mundial graças aos sul-africanos Desmond Tutu e Nelson Mandela, é traduzida literalmente como "construir a humanidade juntos" – para criar, graças a outras pessoas, o ser humano que eu devo me tornar e, ao mesmo tempo, criar com outros "uma humanidade".

Ser o receptáculo do que me torna um *guardião do lugar* de Deus na Terra me faz entender que "construir a humanidade juntos" é o oposto da depredação. Tal fato me confere o dever de cuidar da vida em geral – pensar que, embora os animais, por exemplo, não formulem eles próprios direitos que devem ser reconhecidos como declarados, estes não são menos reais para mim, porque a minha humanidade me obriga a eles.

Eu não sou uma daquelas pessoas que, na minha opinião, se excedem em seus esforços para derrubar o antropocentrismo – e para quem os diferentes reinos devem ser autorrepresentados em uma espécie de "contrato natural", que substitua o contrato social. Não significa necessariamente *dissolver* a humanidade para proibi-la de se comportar, como Baruch Spinoza, outro filósofo do século XVII, escreveu, "como um império dentro de um império" – fazer com que os seres humanos entendam que não são livres nem estão separados das necessidades naturais. Pelo contrário, nós devemos afirmar a nossa humanidade, mas afirmá--la como *ubuntu. Ubuntu* é um conceito filosófico com alcance universal, e me parece que abrange em si o significado e o papel das humanidades – particularmente, das humanidades filosóficas. Ao mostrar como estas podem nos iluminar, quero enfatizar a sua contribuição, até mesmo a sua "utilidade". Todavia, não se trata de exagerar o que a filosofia pode fazer, nem de ceder ao imperativo da rentabilidade do conhecimento, considerado somente do ponto de vista de sua implementação técnica, insistindo no *uso* a ser feito dele.

Em vez disso, quando se trata do pensamento e da ação exigidos pelas maiores crises do nosso tempo, eu quero mostrar que nós podemos, que *devemos* tomar como base tanto o romance filosófico escrito no século XII na Espanha muçulmana, quanto o pensamento filosófico ocidental ou as palavras de sabedoria africana. Para enfrentar os desafios de épocas de mudança, nós precisamos nos revitalizar, analisando o que os seres humanos pensaram em todo o mundo e em diferentes momentos.

Em outras palavras, quero lembrar que a filosofia, e as ciências humanas no geral, são o que dão sentido a uma educação voltada para o total, para o humano completo – o *homo perfectus* –, que é capaz de usar o conhecimento da história para inventar um futuro que devemos construir todos juntos.

Souleymane Bachir Diagne (Senegal) é um filósofo especializado na história da lógica e da matemática. Ele é professor na Universidade Columbia (Nova York) e autor de vários livros sobre a história da lógica e da filosofia, e sobre sociedades e culturas islâmicas e africanas. Em 2011, ele recebeu o Prêmio Édouard Glissant pelo trabalho de sua vida.

Crioulizando a noção de humanidade

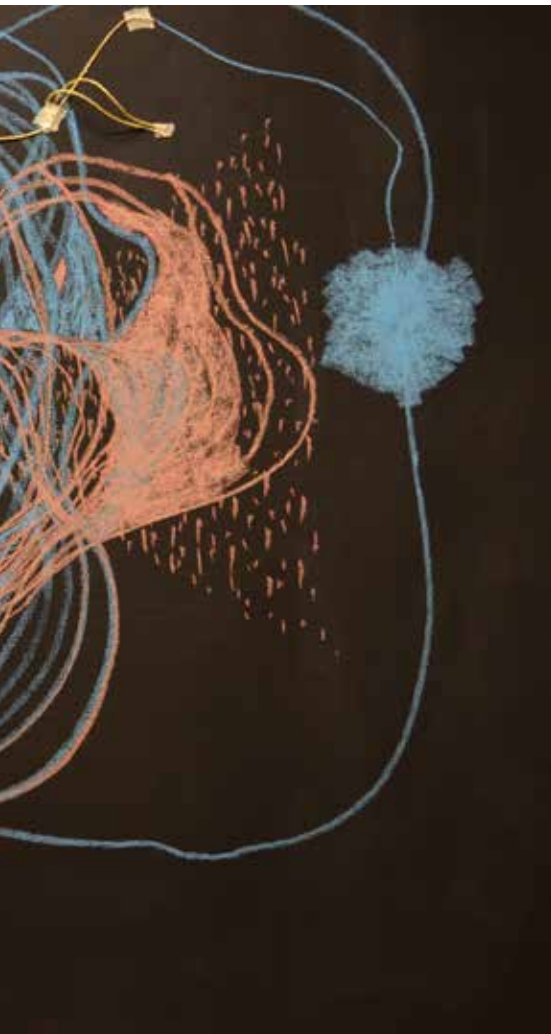
Mireille Delmas-Marty

Como podemos proteger e promover a diversidade das expressões culturais, enquanto resistimos ao relativismo e ao imperialismo, e reconciliamos o universalismo dos direitos humanos com o pluralismo das culturas? Mireille Delmas-Marty, membro do *Institut de France* e jurista especializada no estudo da internacionalização do direito, compartilha sua perspectiva sobre a questão. Ela defende a "crioulização recíproca", um processo dinâmico e em evolução para a coordenação, a harmonização e, por vezes, a unificação das diferenças.

Imagem do vídeo Blue Spelling a change of perspective is a change of temporality (Grafia azul, uma mudança de perspectiva é uma mudança de temporalidade), *da artista de Guadalupe, Minia Biabiany.*

Proteger e promover a diversidade das expressões culturais é uma das prioridades que os Estados-membros da UNESCO estabeleceram para si mesmos no início do terceiro milênio. Ao assinar a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais de 2005, eles definiram a diversidade cultural como um *patrimônio comum da humanidade* que deve ser não apenas *protegido* – como um tesouro consagrado e permanente –, mas também *promovido*, porque é um tesouro vivo e, portanto, renovável e em evolução.

A diversidade cultural já havia sido elevada ao patamar de *patrimônio comum da humanidade* na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural de 2001, aprovada por unanimidade pela Conferência Geral da UNESCO em novembro daquele ano. O texto afirma que a diversidade cultural é, para a humanidade, "tão necessária quanto a biodiversidade é para a natureza". Foi a primeira importante reunião intergovernamental realizada logo após os atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, e a UNESCO queria proclamar, em alto e bom som, sua rejeição à teoria do choque de civilizações e sua recusa em santificar as diferenças.

Evocar esse contexto me parece absolutamente necessário porque, desde 2001, nós estamos envolvidos em uma espécie de guerra civil mundial permanente, que mantém o furor religioso genuíno e aterroriza populações inteiras. Isso resultou, em especial, no êxodo em massa de populações que vivenciamos atualmente, assim como em tensões identitárias dos países da imigração – que estão se fechando em suas diferenças, em nome de uma identidade nacional supostamente ameaçada. Todos esses eventos atuais nos obrigam a desenvolver ferramentas cada vez mais eficazes para o pluralismo cultural.

O pluralismo e o universalismo são incompatíveis?

Deve ser reconhecido, no entanto, que o texto da Convenção de 2005 contém uma contradição subjacente, que não é de fácil resolução, entre o *pluralismo* – que a Declaração de 2001 descreve como atribuir "expressão política à realidade da diversidade cultural" – e o *universalismo*, que está consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e, de forma mais ampla, na legislação sobre direitos humanos.

O risco de contradição tem duas faces, pois, com o estabelecimento do princípio da "igual dignidade de todas as culturas" (Artigo 2 da Convenção de 2005), o pluralismo cultural, se limitado à justaposição de diferenças lado a lado, poderia levar a um certo relativismo de valores e, consequentemente, a uma espécie de negação do universalismo.

Por outro lado, o universalismo dos direitos humanos poderia levar à negação do pluralismo, caso forçasse a fusão de todas as culturas e o desaparecimento de todas as diferenças. Nesse caso, tal universalismo seria a nova roupagem de um imperialismo que não fala seu nome.

Os redatores da Convenção de 2005 viram essa dificuldade de forma clara. Eles estabeleceram a regra fundamental no Artigo 2: "Ninguém poderá invocar as disposições da presente Convenção para atentar contra os direitos do homem e as liberdades fundamentais consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e garantidos pelo direito internacional, ou para limitar o âmbito de sua aplicação".

Em outras palavras, as diferenças são permitidas apenas se forem compatíveis com os direitos humanos. A dificuldade é que a garantia não é a mesma para todos os direitos. Para os "direitos não derrogáveis", como é o caso da igual dignidade humana (proibição de tortura e outros tratamentos desumanos ou degradantes), a proteção é absoluta e se aplica mesmo em situações de guerra ou terrorismo, definindo, em princípio, um limite comum à diversidade de culturas. Outros direitos (privacidade, liberdade de religião) estão sujeitos a restrições, quando o propósito é legítimo e as restrições são proporcionais.

É justo dizer que os redatores da Convenção de 2005 estabeleceram um objetivo, mas não forneceram um "manual do usuário" para evitar que pluralismo rimasse com relativismo, e universalismo com imperialismo.

Como jurista, a minha contribuição para a reflexão sobre os mecanismos de pluralismo cultural seria propor, se não um conjunto de instruções, pelo menos algumas maneiras para tentar conciliar o pluralismo e o universalismo, bem como alguns meios para tentar aproximar as culturas.

Sabemos que muitos conflitos são o resultado da ignorância em relação ao Outro, mas, muitas vezes, nós nos esquecemos de procurar suas origens na ignorância de nossa própria cultura, o que é um fator determinante. Dispor de formas para ampliar o nosso conhecimento sobre diferentes culturas, incluindo a nossa, é essencial, acredito eu, porque permite que todos evitem conceber o universal como uma extensão de sua própria cultura. Em outras palavras, é necessário *pluralizar o universal*.

Porém, para onde devem conduzir esses caminhos, que se abrem para a ampliação do nosso conhecimento sobre diferentes culturas? Minha resposta é: à aproximação das culturas. Esse é um passo adiante, não apenas para misturar as culturas, mas torná-las mais compatíveis umas com as outras. Eu chamaria isso de *ordenar o pluralismo*.

Pluralizando o universal

As percepções sensoriais – audição, visão, olfato, paladar e tato – constituem a primeira ferramenta para um verdadeiro conhecimento sobre diferentes culturas. Sabemos até que ponto concertos ou festivais, por exemplo, contribuem para expandir o nosso conhecimento por meio das percepções sensoriais.

A segunda ferramenta abrange as *representações cognitivas* – a aquisição de conhecimento por meio da razão, e não necessariamente por meio dos sentidos. Fazem parte dessa categoria os discursos educacional, filosófico, econômico, sociológico, ético e jurídico. Por exemplo, o papel das bibliotecas, das instituições culturais ou das Universidades Populares do Movimento Internacional ATD Quarto Mundo (*ATD Fourth World*).

Estas são fundamentadas na convergência do conhecimento, uma noção sobre a qual eu gostaria de me aprofundar brevemente. Desde 1972, as Universidades Populares do Quarto Mundo têm investido no compartilhamento do conhecimento entre *os eruditos* e *aqueles que sabem* – isto é, entre o conhecimento de acadêmicos e o conhecimento da experiência. A cooperação entre instituições culturais também tem como base a ideia de combinar vários caminhos cognitivos. No campo da arte, nós temos um grande número de exemplos desse tipo de convergência. Por exemplo, o compositor francês Pierre Boulez, que, no final da década de 1980, esclareceu o processo de composição musical ao evocar as lições do artista suíço Paul Klee, da Escola de Design Bauhaus, em Weimar, Alemanha (de 1921 a 1931).

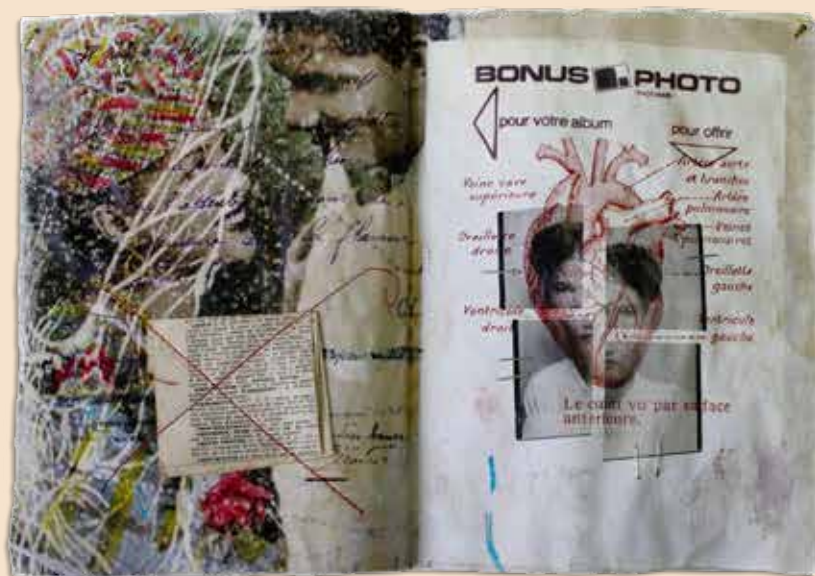
A combinação do sensorial com o racional – e sabemos que essas duas capacidades são conectadas – é, sem dúvidas, a que abre as mais amplas perspectivas para o nosso conhecimento sobre diferentes culturas. Atualmente, essa combinação é facilitada por novas tecnologias, como foi ilustrado de forma admirável pelo Museu da Cultura Mundial, em Gotemburgo, Suécia, inaugurado em 2004, ou pelo *Musée des Civilisations de l'Europe et de la Méditerranée* (MuCEM), em Marseille, França, criado em 2013.

Seja qual for o caminho que tomemos – sensorial, cognitivo ou combinado –, nós temos várias maneiras de ordenar o pluralismo, sem o suprimir.

Indo além das metáforas fixas

Para evitar o relativismo e o imperialismo dos valores, é necessária uma dinâmica interativa e adaptável. A aproximação das culturas deve ser compreendida como um processo, um movimento que nos estimula a ir além das metáforas fixas – os direitos humanos vistos como as fundações, os pedestais, os pilares ou as raízes de diversas culturas – e dar preferência à metáfora que apresenta os direitos humanos como a *linguagem comum da humanidade*. Ela sugere três processos, cujo efeito dinâmico está crescendo: o intercâmbio intercultural (diálogo), a busca por equivalências (tradução), e a transformação recíproca (crioulização).

O diálogo, ou intercâmbio intercultural, melhora a compreensão e o conhecimento do Outro e, assim, facilita a aproximação, embora não a garanta. Como um exemplo, eu resumo aqui o debate de juízes sobre a pena de morte, motivado por uma interpretação ousada do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH), em 1989. O tribunal decidiu que a extradição para os Estados Unidos de um homem sentenciado à morte violava a proibição de tratamento ou punição desumana ou degradante. Por suas aplicações em potencial a vários países terceiros, essa jurisprudência teria uma influência em todo o mundo. Em 2001, ela parece ter favorecido uma reviravolta pela Suprema Corte do Canadá, que se baseia amplamente nas decisões do TEDH. Também foi utilizada em 1995 pela Suprema Corte de Apelação da África do Sul, para respaldar a decisão sobre a pena de morte como contrária à proibição de tratamento cruel, desumano ou degradante.

Lambeaux *é um diário íntimo reconstruído a partir de elementos díspares. É uma "memória crioula, crioula no sentido geográfico e espiritual", segundo seu autor, o artista e cineasta da Martinica, Gilles Elie-Dit-Cosaque. Uma memória nascida "a partir dos dados do mundo que são absolutamente heterogêneos uns em relação aos outros,*

encontrando-se em determinado lugar e momento e que, em uma determinada velocidade, criam uma nova e incrível experiência cultural, complexa e múltipla", nas palavras de Édouard Glissant. Lambeaux *é também um diário fantasioso, onde o individual e o coletivo se entrelaçam em páginas fragmentadas.*

Contudo, o *diálogo* continua sujeito à boa vontade dos atores e, nesse sentido, sua contribuição para a aproximação das culturas é limitada a *coordenar as diferenças*.

A segunda maneira, que vai além no reconhecimento de valores comuns, é a tradução. Um verdadeiro "milagre", segundo o filósofo francês Paul Ricœur (1913-2005), ela "cria uma semelhança onde parecia haver apenas a pluralidade". Eu acrescentaria que a tradução é "miraculosa" na medida em que respeita as diferenças, ao mesmo tempo em que busca equivalências que possam tornar essas diferenças compatíveis. A tradução é um meio de *harmonização das diferenças*, uma abordagem que contribui para a aproximação com base no princípio da harmonia musical, como definido por Platão em *O Banquete* (também conhecido como *Simpósio*): "De elementos contrários, como sustenidos e bemóis, a arte da música, ao fazê-los concordar um com o outro, produz harmonia".

Dito isso, muitas vezes encontramos conceitos intraduzíveis e os equívocos que eles causam. Por exemplo, no Artigo 1 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, lemos que "todos os seres humanos [...] são dotados de razão e consciência". Inicialmente, apenas a "razão" é mencionada. Contudo, um dos redatores da Declaração, Zhang Pengchun, da China, observou que, se o propósito da Declaração era ser universal, a noção de razão por si só não seria suficiente. Ele propôs adicionar o termo chinês *liangxin*, que se traduziu como *consciência*. Na realidade, a equivalência entre *liangxin* e consciência é fraca, porque o termo chinês, que provém dos caracteres *lian* e *gxin*, evoca consciência moral no sentido confuciano, ou seja, uma consciência que favorece a alteridade.

Para resolver esse tipo de dificuldade, nós precisaríamos ir ainda mais longe, implementando o terceiro meio mencionado acima: a *hibridação* ou, para evitar possíveis equívocos, a *crioulização*. Eu uso a palavra *crioulização* da forma como foi utilizada pelo poeta francês Édouard Glissant (1928-2011), quando sugeriu abrir a nossa poética particular uma *com* a outra. Em outras palavras, a *crioulização* torna possível *unificar as diferenças*, ao integrá-las em uma definição comum.

Em seu livro, *La Cohée du Lamentin* (2004), Édouard Glissant escreveu: "A crioulização não é um simples mecanismo de intercruzamento. É uma mistura que produz algo inesperado". Produzir o inesperado é encontrar – além do diálogo e da tradução,

mas graças a estes – um significado novo e verdadeiramente comum. É uma forma de superar as diferenças.

Uma mudança do domínio poético para o jurídico me permitirá analisar o exemplo de um conceito com vocação universal, cujo alcance jurídico está em evolução: o crime contra a humanidade.

Rumo a uma transformação mútua

A noção de crime contra a humanidade apresenta uma dimensão coletiva – "um ataque generalizado ou sistemático sobre uma população civil" – e implica a despersonalização da vítima. Utilizado pela primeira vez na carta do Tribunal Militar Internacional em Nuremberg, em 1945, esse conceito é implicitamente parte da percepção ocidental de humanidade, que se fundamenta na ideia de que cada ser humano é um indivíduo e, igualmente, um membro da comunidade humana.

Contudo, o conceito foi gradualmente ampliado para a destruição de bens culturais. No ano de 2001, os juízes do Tribunal Penal Internacional para a Antiga Iugoslávia (TPII) decidiram que, quando a destruição e a degradação de construções dedicadas à religião ou educação forem praticadas com propósito discriminatório, isso equivale a "um ataque à própria identidade religiosa de um povo. Como tal, quase exemplifica a noção de crime contra a humanidade porque, na verdade, a humanidade como um todo é afetada pela destruição de uma cultura religiosa específica e de objetos culturais relacionados a ela" (ICTY, *Prosecutor v. Dario Kordic and Mario Cerkez*, IT-95-14/2, *Judgement*, February 26, 2001).

A questão também surge em relação ao Iraque. "A destruição de objetos que traçam a história de um povo é uma forma eloquente de desarraigá-lo, privando-o de suas origens e destruindo-o em sua alma", diz o jurista franco-italiano Pejman Pourzand (*Radio Notre Dame*, 6 de março de 2015). Outros comentaristas se referiram a esse tipo de destruição como um "crime contra a história da humanidade".

Para garantir a crioulização genuína por meio de uma transformação recíproca, seria necessário integrar culturas que valorizam os vínculos entre indivíduos da mesma comunidade nacional – como sugerem a palavra *ubuntu* (que, traduzida livremente, significa "humanidade comum") da língua zulu da África do Sul, o termo japonês *uchi-soto* (a "distinção entre os membros de um grupo e os outros"), ou o já mencionado termo confuciano *liangxin* ("consciência").

Errance (Errância, 2012), *de autoria da artista haitiana Sergine André (coleção particular de Maurice Depestre).*

Também seria necessário associar as culturas que impõem deveres aos seres humanos para com a natureza, como aquelas que protegem a *Pachamama* (Mãe Terra), por exemplo, como dizem as constituições do Equador e da Bolívia. Talvez essa seja a forma como deveríamos entender a proposta atualmente em circulação, para ampliar as noções de crime contra a humanidade e genocídio para o *ecocídio* – ou seja, o dano irreversível e grave causado ao equilíbrio do ecossistema.

A fim de atribuir à noção de crimes contra a humanidade uma vocação verdadeiramente universal, outras tradições devem enriquecer a visão ocidental da própria humanidade.

A aproximação das culturas, o tema da Década Internacional em curso (2013-2022), envolve muitos caminhos que tornam possível resistir tanto ao relativismo quanto ao imperialismo, assim como conciliar o universalismo dos direitos humanos com o pluralismo das culturas. Estes são os caminhos que levam à humanização recíproca.

Mireille Delmas-Marty (França) é membro do *Institut de France* e professora honorária do *Collège de France*. É uma das fundadoras da *Association de Recherches Pénales Européennes* (ARPE), presidente honorária do *Pharos Observatory of Cultural and Religious Pluralism*, membro do *Haut Conseil de la Science et de la Technologie*, e administradora da Biblioteca Nacional da França.

Delmas-Marty publicou vários livros sobre direito penal, direitos humanos e a globalização do direito, incluindo: *Les forces imaginantes du droit*, em quatro volumes (2004-2011); *Vers un droit commun de l'humanité* (2005, 2ª ed.); *Résister, responsabiliser, anticiper* (2013); *Aux quatre vents du monde. Petit guide de navigation sur l'océan de la mondialisation* (2016); e *De la grande Accélération à la grande Métamorphose* (2017).

Uma carta para a juventude

© Magule Wango

Aquele que não sabe de onde veio, não saberá para onde ir, *do pintor moçambicano Magule Wango.*

Abdourahman A. Waberi

"Um velho professor africano costumava dizer: Existem a *minha* verdade e a *sua* verdade, mas a verdade está no meio. Para se chegar perto dela, todos devem se mover levemente para fora da sua verdade e dar um passo em direção à do outro". Essa é uma das lições que Amadou Hampâté Bâ queria transmitir aos jovens, em seu continente e em outros lugares, em uma carta escrita nos anos 1980. Hoje, essa carta adquiriu uma qualidade profética.

De um extremo do Saara ao outro, uma grande parte dos jovens africanos conheceram apenas vidas precárias. Abandonados e desorientados, esses jovens se lançam de corpo e alma em uma aventura perigosa. Para eles, enfrentar o deserto, os contrabandistas, cercas de arame farpado e as ondas do Mediterrâneo parece mais suportável do que a sensação de ficar pelo caminho, definhando. O que mais eles podem fazer? Mudar, fugir, optar pela migração e perecer no mar se for necessário. Quando questionados, os sobreviventes dos naufrágios enfatizam a falta de meios de subsistência. Atravessar o Saara para ser vendido como escravo na Líbia ou se juntar ao Boko Haram não são opções ou planos de vida.

Criados em favelas, esses jovens não tiveram a oportunidade de apreciar o legado dos mais velhos, que eram generosos com conselhos e outras lições da vida. Entre eles está uma figura emblemática para todo o continente africano – o malinês Amadou Hampâté Bâ (1901-1991), o homem a quem é atribuída a agora famosa máxima: "Na África, quando um ancião morre, uma biblioteca se queima".

O que ele realmente disse foi: "Eu considero a morte de cada um desses tradicionalistas como a incineração de um fundo cultural não explorado". Era o dia 1º de dezembro de 1960, e Hampâté Bâ era, então, o chefe da delegação

> "Assim como a beleza de um tapete é a variedade de suas cores, a diversidade de pessoas, culturas e civilizações compõe a beleza e a riqueza do mundo. Como seria entediante e monótono um mundo uniforme, no qual todos os seres humanos, formados a partir do mesmo modelo, pensassem e vivessem da mesma forma! Sem ter mais nada a descobrir nos outros, como seria possível enriquecer-se a si mesmo?"

do Mali na Conferência Geral da UNESCO. Mali havia recentemente aderido à Organização como um país independente. Em seu discurso, ele pediu que "o gigantesco monumento oral fosse salvo da destruição pelas mortes dos tradicionalistas, que são seus únicos depositários e que, infelizmente, estão no final de seus dias".

Eu costumava dizer para mim mesmo que, quando adolescente, gostaria de ter tido Hampâté Bâ como meu avô. A honestidade me obriga a reconhecer que, provavelmente, eu não teria ouvido os seus conselhos. As velhas *boubous* [túnicas bordadas, folgadas e compridas], as cabeças grisalhas e seus valores tradicionais não me atraíam. Eu condenava de antemão este mundo que me parecia passivo e obsoleto. Rejeitava suas regras sobre princípios. Eu estava terrivelmente enganado.

Se o mundo de hoje, na África e em outros lugares, precisa desesperadamente de figuras tutelares como o autor de *L'étrange destin de Wangrin*, é porque a ruptura entre as gerações parece estar completa. O círculo familiar encolheu consideravelmente. Pior, ele não é mais a base sólida de conscientização e transmissão que foi no passado.

"Meus queridos jovens…"

Seis anos antes de sua morte em 1991, Hampâté Bâ escreveu uma carta dedicada à juventude e que se lê como um testamento. "O homem que fala a vocês é um dos primogênitos do século XX", diz ele. Então, emite um alerta: "Jovens, os últimos nascidos do século XX, vocês vivem em uma época que é ao mesmo tempo assustadora, pelas ameaças que impõe à humanidade, e fascinante, pelas possibilidades que abre no campo do conhecimento e da comunicação entre as pessoas. As gerações do século XXI conhecerão um encontro fantástico de raças e ideias. Dependendo de como assimilarão esse fenômeno, elas terão sua sobrevivência garantida ou causarão sua destruição por conflitos mortais. Neste mundo moderno, ninguém pode mais se refugiar em suas torres de marfim. Todos os Estados, fortes ou fracos, ricos ou pobres, agora são interdependentes, seja apenas economicamente ou perante os perigos da guerra mundial. Quer goste ou não, toda a humanidade está navegando no mesmo barco: quando surge um furacão, todos serão ameaçados ao mesmo tempo. Não é melhor tentar entender e ajudar uns aos outros antes que seja tarde demais?"

Então, o sábio homem de Bandiagara encoraja esses jovens – que estão crescendo e se desenvolvendo em um mundo bipolar, onde grupos de interesse entram em conflito e destroem uns aos outros – a "produzir gradualmente uma nova mentalidade, mais orientada à complementaridade e à solidariedade, tanto individual quanto internacional". Porque nós não podemos salientar o bastante que "no nosso tempo, tão cheio de ameaças de todas as espécies, os indivíduos devem enfatizar não o que os separa, mas o que eles têm em comum, no que diz respeito à identidade de cada um. Reunir-se e ouvir os outros são ações sempre mais enriquecedoras, mesmo para o florescimento da própria identidade, do que conflitos e discussões estéreis para

Macho Nne / Pavão caribenho, *2014, da série* C-Stunners, *do artista queniano Cyrus Kabiru.*

impor o próprio ponto de vista”.

Eloquente e preciso, o escritor utiliza imagens impressionantes para ilustrar seu argumento: “A vida humana é como uma grande árvore, e cada geração é como um jardineiro. O bom jardineiro não é aquele que desenraiza, mas aquele que, quando chega a hora, sabe como podar os galhos mortos e, se necessário, prosseguir criteriosamente com enxertos benéficos. Cortar o tronco seria cometer suicídio, renunciar à própria personalidade e artificialmente assumir a de outras pessoas, sem nunca conseguir isso de forma completa. Mais uma vez, vamos nos lembrar do velho ditado: A tora de madeira passou muito tempo na água – ela pode flutuar, mas nunca se transformará em um crocodilo!”

“Jovens, sejam esse bom jardineiro”, exorta Hampâté Bâ. “Então, bem enraizados em si mesmos, vocês serão capazes de se abrir para o mundo exterior, sem medo e sem dano, tanto para dar quanto para receber”.

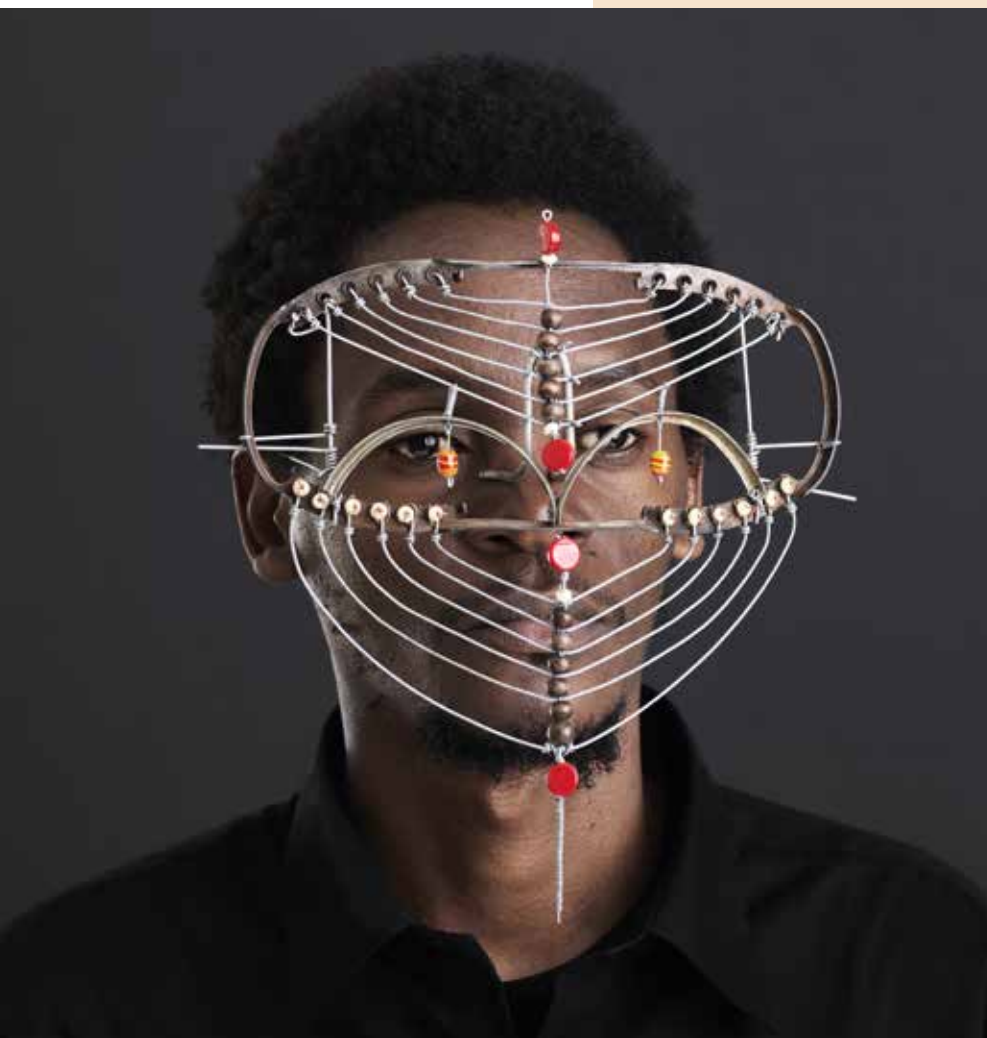
> “Sejamos indivíduos, nações, raças ou culturas, nós somos todos diferentes uns dos outros; porém, todos nós também temos algo de semelhante, e é isso que devemos procurar, a fim de que sejamos capazes de nos reconhecer no outro e conversar com ele. Então, as nossas diferenças, em vez de nos separar, irão se tornar complementares, bem como uma fonte de enriquecimento mútuo.”

Um defensor da sociedade tradicional africana, e reconhecendo que ela tinha “suas falhas, seus excessos e suas fraquezas”, ele chama nossa atenção para o fato que ela era, “acima de tudo, uma civilização de responsabilidade e solidariedade em todos os níveis”, incluindo o meio ambiente. “A humanidade também foi considerada responsável pelo equilíbrio do mundo natural circundante. Era proibido cortar uma árvore sem razão, matar um animal sem um motivo legítimo. A terra não era propriedade dos seres humanos, mas um dever sagrado confiado a eles pelo Criador e da qual eram apenas os administradores”. Na era do Antropoceno – o resultado do divórcio entre a humanidade e a natureza –, essa lição de nossos antepassados nos convida a questionar seriamente o estilo de vida que adotamos, que é destrutivo tanto para as tradições quanto para o meio ambiente.

Mente aberta, diversidade, diálogo e compreensão mútua – esses são os quatro pilares que sustentam a mensagem dessa carta preciosa de Hampâté Bâ. Chegou o momento de colocá-la nas mãos de todos, jovens e idosos, na África e em outros lugares.

Contador de histórias, escritor, poeta, etnólogo, líder espiritual, numerólogo, diplomata, Amadou Hampâté Bâ definia a si mesmo como “um graduado pela grande universidade da Palavra, instruído na sombra dos baobás”. Tendo trilhado alguns caminhos pouco comuns para atingir as esferas mais altas do conhecimento, ele fez sua a missão de passar o bastão para nós – independentemente das nossas crenças, da nossa cor de pele ou da nossa idade.

Mali Ya Mfalme, Macho Nne / Núbia Antiga, *2016. Obra do artista plástico autodidata pluridisciplinar Cyrus Kabiru (Quênia).*

Abdourahman A. Waberi é um romancista, ensaísta e poeta, nascido onde hoje é a República do Djibuti. Ele agora vive entre a França e os Estados Unidos, onde é professor na Universidade George Washington, em Washington, DC. Autor de vários romances, incluindo *Aux États-Unis d'Afrique* (*In the United States of Africa*, 2005) e *La Chanson Divine* (*The Divine Song*, 2015), ele escreve uma coluna bimestral para o jornal francês *Le Monde*. Traduzida para mais de 12 línguas, sua obra busca respostas do mundo com raiva, ternura e compaixão.

Nossa convidada

A estilista bengalesa Bibi Russell devotou sua vida à Moda para o Desenvolvimento. Retrato da série Les Mains pour la Paix (Mãos para a paz), *da fotógrafa francesa Séverine Desmarest.*

Bibi Russell:
Encontrando a magia nos dedos

Entrevista por Krista Pikkat e Jasmina Šopova

A Artista para a Paz da UNESCO e conceituada designer Bibi Russell conseguiu uma façanha: graças a ela, as humildes *gamuchas* – tradicionais toalhas de algodão que no sul da Ásia as pessoas usam para limpar suas mãos e seus rostos – rivalizam com as peças mais prestigiadas em passarelas por todo o mundo. Contudo, seu verdadeiro sucesso está longe das passarelas, mas em centenas de oficinas de tecelagem em seu país, Bangladesh, mas também no Uzbequistão, na Colômbia e na Índia.

Em dezembro de 2017, ela participou da Semana do Patrimônio do Rajastão, Índia, exibindo sua coleção *khadi*. O espetáculo foi sua homenagem a Mahatma Gandhi e às tecelãs tradicionais do Rajastão, que criaram o singelo tecido.

Russell também participou do evento *Commonwealth Fashion Exchange*, em fevereiro de 2018, com uma exposição que mostrou a moda sustentável dos países da *Commonwealth*. Foi lançado no Palácio de Buckingham com o apoio da rainha e da duquesa de Cambridge.

A *designer* diferenciada agora está trabalhando no que chama de "um projeto difícil e emocionalmente muito envolvente". Com o apoio direto de Mamata Banerjee, ministra-chefe do estado indiano de Bengala Ocidental, desde setembro de 2017 ela tem trabalhado no *Liluah Home*, o maior abrigo para meninas do estado. Aqui, ela ensina e motiva as meninas, algumas das quais são vítimas do tráfico de crianças, a desenvolver habilidades para gerar renda. "Não posso acreditar que, no século XXI, quando todos estão falando sobre empoderamento das mulheres e direitos iguais, ainda estejamos vendendo nossas meninas!", ela diz, ressaltando que garotas carentes no estado são vendidas por menos de $ 100. "Se eu tiver força para finalizar este difícil trabalho, espero que ele abra portas para essas meninas, para começarem uma nova vida com dignidade e amor".

Os esforços de Russell estão dando frutos. Em 7 de março de 2018, 33 meninas do abrigo, incluindo seis crianças refugiadas *rohingya*, desfilaram em um evento de moda concebido por Russell e organizado pelo governo em Calcutá. Elas usaram roupas criadas por suas amigas no *Liluah Home*, as quais foram treinadas pela designer mais conhecida de Bangladesh.

Desde o final da década de 1990, Russell tem trabalhado para desenvolver tecidos e artesanatos tradicionais, oferecendo uma oportunidade para que milhares de pessoas saiam da pobreza graças aos seus "dedos mágicos".

Com esta entrevista, *O Correio da UNESCO* marca a celebração do Dia Mundial da Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento, 21 de maio.

O* design *de moda era sua verdadeira paixão e vocação, embora primeiramente a sra. tenha se tornado famosa como supermodelo. Como uma jovem garota de Bangladesh decidiu ir para uma escola de moda em Londres?

Em casa, minha mãe costumava fazer roupas para nós. Minhas irmãs nunca se queixaram, mas eu nunca fiquei muito feliz com essas roupas. Então, quando eu tinha 10 anos de idade, meu pai comprou uma máquina de costura para mim. Aos 10 anos, você mal consegue segurar adequadamente uma tesoura , mas eu comecei a fazer experiências.

Uma jovem garota, treinada por Bibi Russell no Uzbequistão, fazendo bordado tradicional.

Quando eu tinha 15 ou 16 anos, meu pai me deu um livro sobre a casa de moda de Chanel. Eu descobri a alta costura francesa, e percebi que existe uma gramática da moda sobre a qual eu queria estudar. Entre os 6 e 12 anos de idade, eu havia recebido diferentes prêmios de arte, mas eu não queria estudar arte. Queria fazer algo diferente. Queria ir para Londres. Ao longo de seis meses, a *London College of Fashion* negou a minha inscrição, mas finalmente me aceitaram, com muitas condições.

Após 20 anos no Ocidente, onde construiu uma carreira bem-sucedida como supermodelo, a sra. retornou a Bangladesh em 1994. Por que a sra. fez isso?

Desde jovem, eu tinha um sonho. Não conseguia entender por que o povo bengalês era considerado pobre. Para mim, o país era rico em cores e música! Quando fui para a Europa, meu sonho foi comigo. Um dia, eu soube que estava física e mentalmente pronta para voltar para casa.

Eu acreditava que o povo de Bangladesh precisava de mim tanto quanto eu precisava dele. Você precisa de duas mãos para bater palmas. Hoje, depois de mais de 20 anos de experiência, eu sei que estava certa. Eles sabem que eu os respeito e que os ajudo a recuperar sua dignidade humana. Esse é o fator mais importante. Por outro lado, eles me dão tanto amor e carinho! Isso me dá forças para seguir adiante. Nada no mundo pode me afastar deste trabalho.

Nunca dei as costas ao meu país. Meus pais sempre moraram em Bangladesh, por isso eu voltava para casa regularmente, mesmo quando morava no exterior. Nasci em Bangladesh e passei minha infância lá. Acredito que a infância tem um grande impacto na sua vida.

Eu tenho uma família maravilhosa. Meus pais me ensinaram a apreciar nossa cultura, bem como a cultura de outros países. Bangladesh era parte da Índia, que era governada pelo Império Mogol e pelos britânicos. Graças à educação que recebi dos meus pais, aprendi tudo sobre a Grande Índia e também sobre a cultura de outros países. Acredito que os pais devem ensinar seus filhos sobre sua cultura e suas tradições para que elas não morram.

Quando retornou a Bangladesh, a sra. abriu uma pequena oficina de costura, que em 1995 se transformou na Bibi Productions. A maioria das tecelãs tradicionais vivem em vilarejos. Por que a sra. decidiu sediar sua empresa em Daca, a capital?

Eu tenho apenas um escritório em Daca. Eu preciso de um escritório, de onde podemos nos conectar com o resto do mundo. Contudo, gasto 99,9% do meu tempo nos vilarejos. Trabalhamos com artesãos de diferentes partes de Bangladesh. Eles não são de famílias privilegiadas, e cada um deles – a começar pela pessoa que prepara o chá no meu escritório – sente que a Bibi Productions é deles.

Eu fiz isso para o povo de Bangladesh, e a Bibi Productions pertence ao país.

Como a sra. definiria a filosofia por trás da Bibi Productions?

Não podemos dizer que a Bibi Productions não tem fins lucrativos, mas temos uma margem de lucro bem pequena. Nosso foco é salvar e reavivar o artesanato, assim como apoiar os artesãos, conscientizando--os sobre a importância da educação e da saúde.

Percebo diferenças desde que criei a Bibi Productions, em 1994. Todas as pessoas, quer trabalhem no escritório ou nos vilarejos, não têm mais de dois ou três filhos. Elas sabem como administrar melhor o dinheiro que recebem, e seu padrão de vida melhorou. Tendo saído da pobreza, elas entendem a importância de seus filhos irem para a escola. A educação e a saúde são o alicerce de qualquer economia, em qualquer país.

Bibi Russell junto às artesãs com quem trabalhou no Rajastão, Índia.

Quantas pessoas a Bibi Productions emprega?

Temos cerca de 30 pessoas de diferentes partes de Bangladesh trabalhando no escritório. Há pessoas que, a princípio, pensaram não ter as habilidades e o conhecimento para trabalhar no escritório. Contudo, sou capaz de reconhecer pessoas com uma atitude positiva.

Além disso, trabalhamos com milhares de artesãos. Não saberia dizer o número exato, mas são cerca de 100 mil. Você acha que isso é muito? Pois não representa sequer 1% das tecelãs no país! Queria poder sentir que alcancei o primeiro degrau da escada antes de morrer – há muito mais a ser feito.

Em países como Índia e Bangladesh, e na Ásia Central, a agricultura é o setor mais importante da economia. Os agricultores e os artesãos vivem lado a lado. Eu trabalho com pessoas que fazem coisas à mão: Moda para o Desenvolvimento é o que sou.

Como teve início a ideia de Moda para o Desenvolvimento?

Começou quando realizei meu primeiro evento na UNESCO, em 1996. Os *designers* raramente recebem reconhecimento das agências das Nações Unidas, mas a Organização reconheceu o vínculo entre moda e desenvolvimento, educação e saúde. O evento da UNESCO *Weavers of Bangladesh* [Tecelãs de Bangladesh] foi coberto por 29 canais de televisão de todo o mundo. Foi apoiado por Federico Mayor, o então diretor-geral da UNESCO, e pela rainha Sofia da Espanha. Se a mídia me fez Bibi, a modelo, essas duas pessoas, que acreditaram em mim desde o início, me deram um apoio inestimável em minha carreira como *designer*. Também recebi muito apoio internacional. Desde então, fui convidada para ir às melhores universidades do mundo, que agora trabalham na moda para o desenvolvimento, e ao Fórum Econômico Mundial, porque a importância da economia criativa e da economia social passou a ser percebida.

© Bibi Productions

Bibi Russell prestou homenagem às artesãs de Barmer, Rajastão, cujo trabalho foi apresentado em um desfile de moda durante a celebração do Dia do Rajastão no estado indiano, em março de 2017.

Em 1999, a UNESCO nomeou a sra. como Designer para o Desenvolvimento. Então, em 2001, foi nomeada Artista para a Paz. O que os reconhecimentos da UNESCO significam para a sra.?

O que sou hoje é graças à UNESCO. Mas também, graças ao meu trabalho, as pessoas entendem que Bangladesh não tem apenas problemas, que é também um país maravilhoso.

Quando fui nomeada Designer para o Desenvolvimento, voltei para casa e mostrei o certificado às tecelãs. Disse a elas que aquele certificado era para elas, não apenas para mim. Você pode mudar a mente das pessoas quando respeita a sua dignidade humana.

Qualquer reconhecimento lhe dá forças. Eu sou membro da *University of the Arts*, em Londres. Esse reconhecimento me foi dado por minha contribuição na promoção do tear manual. Recebi o mais alto prêmio da *Bangla Academy*, o órgão linguístico nacional de Bangladesh, criada em 1955 com base no modelo da Academia Francesa. E os maiores *designers* do mundo também reconheceram o trabalho que faço pelo desenvolvimento. O reconhecimento internacional me ajuda muito em meu trabalho de promoção da Moda para o Desenvolvimento.

O que define o seu trabalho como* designer *de moda?

Tudo o que fazemos na Bibi Productions é natural e feito à mão. Nunca usei tecidos sintéticos ou cores artificiais. Não espero que as pessoas usem roupas naturais e artesanais o tempo todo, mas mesmo que você tenha quatro ou cinco peças, use-as de vez em quando!

Meus modelos são inspirados pelo *design* tradicional. Naturalmente eu modifico cores, simplifico o *design*, mas nunca altero a maneira tradicional de tecer o algodão ou a seda.

Entre meus itens mais vendidos estão meus acessórios e echarpes. Minhas pulseiras são feitas de jacintos-de-água, uma planta que cresce abundantemente em Bangladesh. No momento, tenho mulheres em seis vilarejos fazendo essas pulseiras. E minhas *gamuchas* são promovidas pelo ator espanhol Antonio Banderas e, por isso, não preciso gastar dinheiro em publicidade. De todo modo, eu nunca faria isso, uma vez que a Bibi Productions é um projeto autofinanciado e centenas de pessoas dependem de mim para sua subsistência.

De que forma o seu trabalho evoluiu?

Quando comecei a trabalhar no Camboja, comecei a reciclar e, hoje, eu me tornei uma especialista em reciclagem! Em Bangladesh, eu faço coisas do que as pessoas descartam.

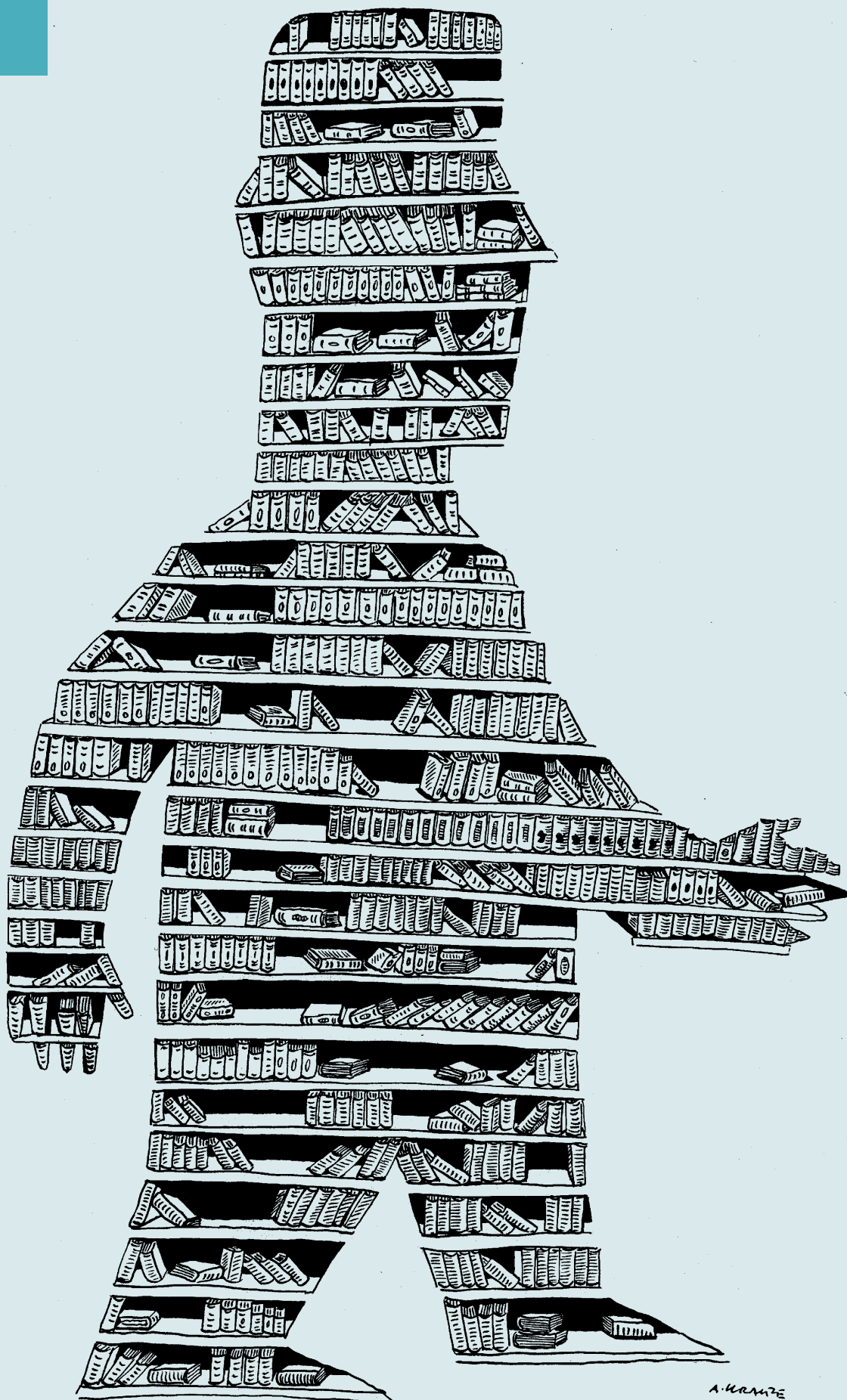
Também fui inspirada pela "arte do riquixá" bengalesa para fazer armações para óculos que, pessoalmente, uso com muita frequência.

Mas a verdadeira "revolução" foi provocada com nossos *designs* para os jovens. Produzimos *jeans* em cores diferentes, sáris de uma forma diferente, blusas modernas etc.

Como a sra. equilibra sua vida familiar com suas atividades profissionais?

Conheço a vida conjugal, tenho dois filhos. Quando meus filhos tinham cerca de 9 ou 10 anos de idade, tive de fazê-los entender que eu tenho um sonho e que, se não o seguir, isso me frustraria. Hoje, os meus pais faleceram, meus filhos vivem no exterior, mas os artesãos com quem trabalho nunca permitem que eu me sinta sozinha. São pessoas comuns, que precisam de seus salários no primeiro dia do mês porque precisam pagar o aluguel. Eles não são a minha família, mas significam mais do que tudo para mim.

Desde que voltei a Bangladesh, comecei a ajudar crianças de rua. Eu lhes dei algum dinheiro sob a condição de que frequentassem a escola. Me tornei sua fiadora para escolas de organizações não governamentais (ONGs), onde crianças de rua geralmente não são aceitas. Primeiro foi uma criança, depois outra – agora são mais de cem! Elas são a minha fonte de alegria quando estou em Daca.

Assuntos atuais

Atenas: livros em todos os lugares

© Jean-Claude Beaujouan

Le refuge (O refúgio), *uma instalação coletiva na exposição* Ivresse Livresque, *em Amboise, França, 2015.*

Anna Routsi

Em 23 de abril, Atenas, a capital grega, dá início a uma celebração da leitura, da cultura e do conhecimento ao longo de todo o ano, como a Capital Mundial do Livro da UNESCO 2018. "Livros em todos os lugares" é o lema deste ano, o que significa que os livros e várias atividades relacionadas estarão abertos a todos, para serem encontrados em todos os cantos da histórica cidade e no seu entorno.

Os amantes dos livros em Atenas, assim como as pessoas que visitam a cidade, terão uma surpresa. Orgulhosa por ter sido nomeada Capital Mundial do Livro 2018, a antiga capital dá início a seu evento cultural mundial para celebrar os livros de inúmeras formas, em abril de 2018.

Em preparação para o evento, a cidade de Atenas trabalhou duro para transformar em realidade a visão de seu prefeito Giorgos Kaminis,. O objetivo do prefeito – e de sua equipe de sete pessoas que está trabalhando no evento – tem sido envolver cidadãos de diferentes grupos sociais, étnicos e etários, assim como difundir a cultura do livro e da leitura em todos os bairros de Atenas, por meio de atividades menores e localizadas. Espera-se que isso aumente a autoestima das pessoas e contribua para a integração social e a coerência. Além disso, as forças criativas da cidade seriam combinadas com um objetivo cultural comum: deixar um legado sólido, em termos de evidências físicas e na mentalidade de seus cidadãos, encorajando-os a amar e ler livros, para muito além deste ano.

Para tornar isso possível, a cidade se uniu a mais de 150 instituições onde a aprendizagem ocorre, bem como com escritores e com o setor editorial. Esses parceiros incluem instituições culturais, museus, grupos da sociedade civil, *startups*, organizações não governamentais (ONGs), embaixadas e organizações internacionais. Não chega a surpreender o fato de que cerca de 150 bibliotecas em toda a Grécia implementarão vários programas especiais na campanha de leitura de verão, liderada pela Biblioteca Nacional da Grécia.

Os programas e as organizações municipais também participarão das atividades deste ano – incluindo a *Athens Culture Net* e a *Open Schools*, ambas financias pela Fundação Stavros Niarchos; *Technopolis*, o museu industrial e o complexo cultural; Opanda, a Organização para a Juventude, a Cultura e o Esporte; a plataforma da sociedade civil SynAthina e programas de refugiados.

Um milhão de visitantes esperados

O programa apresenta um mosaico vívido de mais de 250 eventos e atividades, todos girando em torno do mundo dos livros, da aprendizagem e do conhecimento. Com um milhão de visitantes esperados, a cidade aspira a fornecer um cenário literário para atender a todos os gostos e a todas as idades. Além de disseminar o amor pelos livros e pelo conhecimento, a cidade espera promover o diálogo aberto – não apenas para os criadores, as partes interessadas e a elite intelectual, mas, sobretudo, para todos os seus cidadãos.

Os livros e a leitura estão sendo combinados com a arte e a criatividade, com foco na aprendizagem, mas também para demonstrar que os livros podem trazer alegria e prazer aos leitores.

Em um momento em que o país atravessa dificuldades financeiras, e a indústria do livro enfrenta uma crise, o financiamento do evento apresentou seus desafios. Mesmo assim, a cidade de Atenas alocou um orçamento de € 500 mil para comunicações em apoio ao evento e contou com a colaboração das atividades de publicação da Opanda. As doações de instituições, patrocinadores e embaixadas que apoiarão diretamente o programa totalizaram outros € 500 mil (ao final de fevereiro de 2018), e espera--se que esse valor aumente. O que nos surpreendeu e motivou foi o interesse e a disposição da maioria dos participantes em se comprometerem a realizar ações, utilizando seus próprios recursos, para fazer parte desse evento muito especial para a cidade.

Anna Routsi (Grécia) é assessora do prefeito de Atenas para o programa e a comunicação do evento Atenas Capital Mundial do Livro 2018.

Preenchendo o vazio cultural

Lucy Mushita

Os jovens do Sul da África são tão talentosos quanto os jovens de qualquer outro lugar. Contudo, com o desaparecimento das tradições locais e com a falta de caminhos para direcionar sua criatividade, eles vivem em um vácuo cultural. Consumir o conteúdo que é bombardeado pela internet não é suficiente – esses jovens precisam ter acesso às ferramentas e às oportunidades certas, além de serem orientados e encorajados a criar suas próprias histórias.

O continente africano está transbordando de talento: músicos, escritores, poetas, filósofos, dançarinos e outros artistas. Esses artistas e seu trabalho criativo são os veículos por meio dos quais as culturas são transmitidas de uma geração a outra. Contudo, muitos deles viveram no exílio: o escritor queniano Ngugi wa Thiong'o, o dramaturgo nigeriano Wole Soyinka, o escritor e químico congolês Emmanuel Dongala, o autor franco-congolês Alain Mabanckou, e o músico zimbabuano Thomas Mapfumo. A lista continua. Alguns desses africanos exilados estão lecionando em universidades de prestígio no exterior, onde seu real valor é apreciado – enquanto os estudantes em seus países de origem são privados de sua sabedoria.

Ao mesmo tempo, a literatura oral tradicional está desaparecendo de nossa cena cultural. Quando eu era jovem – eu cresci em uma pequena vila durante o *apartheid* na Rodésia do Sul (atual Zimbábue) –, minha identidade e necessidades culturais foram alimentadas por essa literatura que os mais velhos transmitiam por meio de histórias contadas à noite. Essas "lições" envolviam encenações, cantos e danças na comunidade, e complementavam a educação formal que recebíamos.

Foi na escola que eu li os clássicos de inúmeros ícones das literaturas inglesa, francesa e norte-americana. Esses livros não refletiam a nossa realidade e eram desprovidos de pensamentos que poderiam ter nos oferecido quaisquer ideias sobre a igualdade com os brancos. Contudo, independentemente da censura, a leitura abriu um mundo inteiramente novo para mim – ela me apresentou a outras culturas e ao pensamento e ao raciocínio filosóficos, o que me levou a questionar o *status quo*.

We Live in Silence VIII (Nós vivemos em silêncio VIII), *de autoria do artista plástico zimbabuano Kudzanai Chiurai, 2017.*

Atualmente, os jovens africanos sabem muito pouco sobre a nossa herança tradicional, e preferem passar seu tempo descobrindo filmes de Hollywood ou jogando na internet. Em vez de transmitir nossa própria cultura aos nossos filhos e netos, e fazer com que eles criem sua própria arte com base nessa cultura, eles estão pagando por entretenimento estrangeiro. O resultado disso é que os nossos jovens estão desconectados da nossa tradição e do trabalho de autores e pensadores africanos contemporâneos.

Ainda assim, nossos jovens são tão talentosos quanto os de qualquer outro lugar no mundo. Testemunhei meninas e meninos tocarem as mais belas músicas com os mais rudimentares

instrumentos, ou produzirem alguns dos melhores curtas-metragens usando seus *smartphones* – tudo sem qualquer treinamento formal. Os jovens se beneficiariam muito de recursos eletrônicos na forma de livros para *download*. O mesmo se aplica aos artistas plásticos, cujo trabalho precisa de galerias para exibir sua genialidade. Também é essencial desenvolver políticas aplicáveis à propriedade intelectual, para proteger seu trabalho.

Falta de recursos?

Como o Sul da África pode moldar políticas públicas para preencher esse vácuo cultural com conteúdos relevantes? Como os jovens africanos podem aprender a refletir antes de regurgitar o que quer que encontrem em seu caminho? Como a região pode rejeitar o que é tóxico e incorporar o que é puro em seu próprio trabalho criativo?

O argumento comum sobre a falta de recursos pode ser válido em muitos casos. Contudo, é interessante observar que quase todos os países do Sul da África gastam milhões em estádios de futebol e em salários excessivamente elevados para jogadores de futebol. É verdade que o esporte deve ser promovido e que os estádios geralmente são rentáveis. Uma solução poderia ser criar uma estratégia que combine o esporte e a cultura. A receita derivada dos estádios poderia, por exemplo, ser destinada a custear bibliotecas, cinemas, teatros e centros musicais.

Outro argumento político frequente diz respeito ao fato de que qualquer investimento deveria criar empregos. Tomemos como exemplo Hollywood, que emprega, direta ou indiretamente, milhares, senão milhões de pessoas – o que beneficia economicamente os Estados Unidos, além de permitir que o país utilize o seu *soft power*. Agora que a tecnologia está disponível para nós, também estamos na posição de criar as nossas próprias histórias – por meio da literatura, do cinema e da arte.

Sucesso local

Ser criativo não tem de significar ser proibitivamente caro. Em 2016, a editora italiana 66thand2nd publicou *La Felicità degli Uomini Semplici* (*A felicidade dos homens simples*, em tradução livre), um livro de contos sobre o futebol na África, escrito por autores africanos.

Escrito em italiano e custando € 18 o exemplar, muitos africanos não podem pagar por ele. Em contraste, *Neria*, o filme de arte produzido localmente em 1993, roteirizado pelo autor e cineasta zimbabuano, Tsitsi Dangarembga, e dirigido pelo também zimbabuano, Godwin Mawuru – que explora questões de gênero – era mais acessível e permanece como o filme de maior bilheteria da história do Zimbábue.

Embora fosse quase impossível para alguém da minha geração escrever suas próprias histórias enquanto crescia, os jovens africanos de hoje têm à sua disposição a possibilidade e as ferramentas para fazê-lo. Escritoras e filósofas – como Ken Bugul (Senegal), Kidi Bebey (França-Camarões), Nadia Yala Kisukidi (nascida na Bélgica, de pai congolês e mãe franco-italiana), Virginia Phiri (Zimbábue) e Chimamanda Ngozi Adichie (Nigéria) – estão todas escrevendo suas histórias, e a África precisa ouvir e se envolver com elas. A maior parte das visões de mundo sobre a África continuam a ser manchadas por pontos de vista coloniais – as vozes africanas, se tiverem acesso às plataformas certas, poderiam mudar isso.

Lucy Mushita (Zimbábue) é romancista e ensaísta. Nascida na Rodésia do Sul, ela cresceu em uma pequena vila durante o *apartheid*. Seu romance *Chinongwa* (publicado na África do Sul em 2008, e pela Actes Sud, na França, em 2012) explora esse período de sua vida, antes de ela deixar seu país em 1986, para a França, os Estados Unidos e a Austrália – finalmente fazendo de Paris sua casa.

Com este artigo, *O Correio* marca a celebração da Semana da África da UNESCO, no mês de maio.

A receita derivada dos estádios poderia, por exemplo, ser destinada a custear bibliotecas, cinemas, teatros e centros musicais. ”

Jovens africanos: reinventando a política

Hamidou Anne

Muitos jovens na África estão se posicionando contra a política atual em seus países. Como defensores da sociedade civil que atuam nas redes sociais, eles estão desafiando as autoridades estabelecidas – usando o *rap* e a arte do grafite, assim como atualizando códigos culturais tradicionais. Apoiadores da democracia direta, estão preparando o caminho para uma sociedade menos hierárquica e, finalmente, "descolonizada".

As classes políticas africanas falharam em sua missão de construir nações caracterizadas pela justiça e pelo progresso, apesar de vários avanços significativos e muito bem-vindos. Adicionando a inexistência de alternativas factíveis entre os partidos de oposição, somos obrigados a admitir que a política em geral atingiu um ponto baixo. Esse impasse está levando um grande número de jovens a adotar em massa uma posição de rebeldia – que pode ser resumida pela frase "eles são todos iguais".

Os jovens estão se envolvendo politicamente de novas maneiras – criando *startups*, usando formas digitais de ativismo e compondo grupos de cidadãos. Contudo, nenhuma dessas iniciativas pode substituir a política, que é a única maneira de alterar o curso da história de um país, impedir a perpetuação das desigualdades e restaurar um senso de dignidade para milhões de pessoas. Muito precisa ser feito de forma urgente na África, mas, acima de tudo, existe uma necessidade de fomentar o surgimento de um novo tipo de diálogo entre os jovens – usando outros métodos e outros atores, se necessário, e com o objetivo final de tomar o poder democraticamente.

Uma alternativa está gradualmente tomando forma e merece atenção especial. Novos movimentos políticos juvenis estão surgindo, a partir de culturas urbanas e de bairros periféricos. Exemplos incluem *Y'en a Marre* (Já Tivemos o Suficiente), um grupo de *rappers* no Senegal, *Le Balai Citoyen* (A Vassoura do Povo), em Burkina Faso, e *Filimbi e Lucha* (*Lutte pour le Changement*, ou Lute pela Mudança) na República Democrática do Congo (RDC).

Esses movimentos da sociedade civil são um sopro de ar fresco quando comparados às classes políticas monótonas e em essência intercambiáveis. A mensagem dessas novas elites rompe com o discurso político clássico – é pura, direta e transmitida em uma linguagem que pode ser compreendida por aqueles a quem é dirigida, o que explica o seu sucesso. Dessa forma, quando o *Y'en a Marre* fez campanha para que as pessoas se registrassem para votar em 2011, a participação nas eleições foi sem precedentes. O mesmo ocorreu na operação simbólica de limpeza de ruas em Uagadugu, após a revolta popular de outubro de 2014 contra uma proposta de emenda à Constituição, que permitiria que o ex-presidente de Burkina Faso, Blaise Compaoré, no poder desde 1987, se candidatasse novamente nas eleições presidenciais.

Política de descolonização

Esses novos ícones africanos são desconcertantes – tanto pelo que dizem e pela forma como dizem, quanto pela maneira que se vestem, que rompe com o tradicional terno e gravata dos políticos. A dimensão *descolonial* de seus projetos representa um verdadeiro desafio às classes políticas e até mesmo para o público em geral, em grande parte devido a seu alcance horizontal – e não hierárquico –, combinando ação política real com uma visão social. Esses movimentos juvenis são profundamente políticos, mesmo que de modo

inconsciente ou tático se escondam por trás de um rótulo “social”. Eles também não demonstram ter interesse em participar diretamente das eleições.

Todos esses movimentos são tentativas de descolonizar a política. Eles têm como objetivo devolver a política ao povo – para as mãos de cidadãos que, até então, foram excluídos do processo democrático e consultados apenas para manifestar sua aprovação por meio do voto. Curiosamente, a forma como esses grupos são organizados é um tipo de democracia direta. Por meio de uma rede de filiais, o *Le Balai Citoyen* possibilita que pessoas de toda a nação participem da tomada de decisões. Com uma dimensão horizontal ligeiramente mais limitada – devido à notoriedade e à enorme popularidade de seus líderes – o *Y'en a Marre* também permite que todos participem do processo de consulta. Esse tipo de conexão transversal não existe na política convencional. A combinação entre os métodos oriundos de grupos contemporâneos de cidadãos e as estratégias tradicionais de negociação africanas oferece um modelo de como uma estrutura organizacional política poderia funcionar na África.

Esses grupos já provaram sua eficácia. No Senegal, durante a mobilização de 23 de junho de 2011, e apesar da repressão policial e da vigilância por agências de inteligência, o *Y'en a Marre* desencadeou um movimento maciço. Isso ajudou a extinguir emendas à Constituição propostas pelo parlamento, as quais teriam permitido a reeleição de Abdoulaye Wade – provavelmente assegurando que seu filho o substituiria quando ele se afastasse.

Multidão saudando a caravana do Balai Citoyen *durante a manifestação contra o projeto de revisão constitucional em Uagadugu, Burkina Faso, outubro de 2014*

A arte a serviço da política

Por meio da música, da dança, do grafite e de referências emprestadas da poesia de rua, esses movimentos estão conseguindo unir os jovens que entendem a linguagem e os códigos de seus bairros. Nas ruas e pela internet, eles exigem um diálogo alternativo e projetos que deem asas aos seus sonhos. Esses novos atores na política africana estão empregando várias referências culturais para apoiar suas ações. O *rap*, por exemplo, tem sido um poderoso meio para disseminar a mensagem da oposição. Outras declarações incluem o uso de línguas nacionais (uolofe pelo *Y'en a Marre* e more pelo *Le Balai Citoyen*) ou o uso de um chapéu de Amílcar Cabral (que tem o nome do emblemático líder da luta contra a colonização portuguesa da Guiné-Bissau).

Como faróis de esperança, a responsabilidade desses movimentos é enorme. Eles representam forças políticas desinibidas, livres e desprovidas da carga colonial. É graças a eles que o continente já não evoca apenas imagens de pena, geradas pela pobreza, pela fome, pela Aids e pela guerra. Estamos no limiar de um projeto radicalmente emancipador. Muito como o movimento contra austeridade, o Indignados, na Espanha, que em 2014 deu origem ao partido político de extrema-esquerda Podemos, cedo ou tarde, esses grupos serão convocados a participar das eleições gerais. Poderemos então testemunhar uma reviravolta *descolonial* frente aos países ocidentais – com a possibilidade de termos sociedades fundadas em nossas próprias realidades sociais e culturais.

Hamidou Anne (Senegal), graduado pela *École Nationale d'Administration* (ENA) e pela Universidade Sorbonne, ambas na França, ocupou vários cargos em organizações governamentais senegalesas e contribuiu com artigos para a mídia internacional. Atualmente, está trabalhando em um doutorado em ciências políticas na Universidade Gaston Berger, em Saint-Louis (Senegal).

Com este artigo, *O Correio* marca a celebração da Semana da África da UNESCO, no mês de maio.

Escute a voz do lago

Chen Xiaorong

O povo do Grande Lago do Urso, nos Territórios do Noroeste do Canadá, tomou o seu destino em suas próprias mãos. Após décadas de esforços, ganhou o direito ao autogoverno em 2016. Naquele mesmo ano, também conseguiu inscrever seu território, Tsá Tué, na Rede Mundial de Reservas da Biosfera da UNESCO. Essa comunidade está no caminho certo para manter vivo o coração da água, do qual depende sua própria sobrevivência.

> Com este artigo, *O Correio da UNESCO* celebra o Dia Internacional da Diversidade Biológica (22 de maio).

© Tsá Tué Biosphere Reserve

"Eu saio de barco seis horas por dia, para bastante longe – de um lado ao outro do lago, dependendo do clima. Não vejo nada além de uma terra sem fim... é onde se encontravam os meus antepassados. Continuo alertando meus filhos: 'Apenas olhem para a terra e ela contará a vocês a história que tem para lhes contar. Vocês não querem ouvi-la? No entanto, podem falar de cor'". Quem é esse homem que pede a seus filhos que escutem a voz de sua terra e escolhe atravessar uma área congelada de mais de 30 mil quilômetros quadrados? Seu nome é Raymond Tutcho. Ele mora perto do Grande Lago do Urso, o último grande lago ártico preservado.

O respeito à natureza e aos mais velhos está profundamente enraizado na mente dos integrantes de sua comunidade – não mais de 600 almas, das quais quase todas são *sahtuto'ine dene*. O povo *dene* é um grupo aborígene das Primeiras Nações a habitarem os Territórios do Noroeste do Canadá. Eles vivem em Deline, um pequeno assentamento na costa ocidental do lago. *Sahtuto'ine* significa "o povo do Lago do Urso", e *deline* é "onde a água flui". Tutcho é o chefe do novo governo Deline Got'ine (DGG), o primeiro autogoverno público indígena do Canadá, constituído em setembro de 2016.

Relações únicas

Os *sahtuto'ine* acreditam que o lago tem um *tudze*. Este "coração da água" bate no fundo do lago, bombeando suas águas vivificantes através dos rios e oceanos do mundo. A natureza intocada do Grande Lago do Urso constitui a base de sua cosmologia, de sua história, de sua lei tradicional e da economia dos recursos renováveis de Deline.

O povo do Grande Lago do Urso vive essencialmente dos recursos renováveis fornecidos pelo lago.

A espiritualidade dos *dene* inclui apreciar todos os elementos do mundo. Animais, aves, peixes, trovões, raios, água e pedras – todos possuem uma força vital e devem ser respeitados. Toda a natureza está viva, e tudo tem seu próprio espírito. Desse modo, obedecendo às leis e sendo guardiões eficazes da terra, a essência de ser *sahtuto'ine* é mantida por eles.

Uma mensagem recorrente dos anciãos à sua comunidade é que seus integrantes devem ser guardiões responsáveis das coisas que a Terra lhes deu. Enquanto forem cuidadas e mantidas em boas condições, tais coisas, por sua vez, continuarão a conceder sua generosidade ao povo.

"Nós temos relações únicas com o lago e seus arredores, que remontam a milhares e milhares de anos", explica Charlie Neyelle, representante dos anciãos do Conselho Principal do governo. Alguns profetizaram que o Grande Lago do Urso será o último lugar onde a água estará viva, porque "o coração da água ainda está batendo", ele diz, acrescentando: "Contudo, se o matarmos e se ele morrer, tudo vai morrer. Para evitar que isso aconteça, precisamos educar as pessoas sobre a importância da água".

"Não damos valor ao dinheiro", explica o ancião Leon Modeste. O que preocupa a comunidade é que a modernização trará mais projetos de desenvolvimento para a reserva, perturbando o equilíbrio natural.

Administrando suas próprias terras

Embora há tempos os anciãos de Deline estimulem todos a viver em harmonia com os ambientes à sua volta, a mudança climática e as crescentes pressões pelo desenvolvimento significam que se tornaram indispensáveis ações como valer-se das tradições e tomar outras medidas para preservar o seu modo de vida.

A comunidade conta com a pesca e a vida selvagem para atender a grande parte de suas necessidades. Sua economia de recursos renováveis inclui o turismo e o desenvolvimento de infraestrutura – de forma limitada, mas crescente.

O estabelecimento do autogoverno público indígena DGG ajudou enormemente a economia. Uma conquista árdua após décadas de ativismo político, essa autonomia significa que a comunidade de Deline agora tem um governo, com um conjunto de regras – o que facilita a preservação da sua cultura, da sua língua, das suas práticas espirituais e do modo de vida com base na terra.

Por exemplo, quando se percebeu que o número de caribus (renas) caiu de 500 mil, 15 anos atrás, para 60 mil devido à mudança climática, o DGG implementou limites para a caça dos animais. "Todos nós respeitamos essas regras", explica Leonard Kenny, dirigente de Desenvolvimento Econômico Comunitário do DGG. No entanto, outros animais, como os alces, continuam sendo caçados "em certa medida", ele acrescenta.

Em 2013, os anciãos e as principais agências comunitárias de Deline discutiram sobre a criação de uma reserva da biosfera. O Comitê Diretor da Reserva da Biosfera Tsá Tué foi instituído no ano seguinte. A parceria entre organizações governamentais e não governamentais ampliou o consenso sobre o papel crucial que os povos indígenas desempenham na gestão de suas próprias terras.

Em março de 2016, Tsá Tué passou a integrar a Rede Mundial de Reservas da Biosfera da UNESCO. O evento foi unanimemente aclamado e celebrado pela comunidade. "O lago não é capaz de falar por si só – nós seremos a voz do lago", entusiasmou-se Gina Bayha, uma coordenadora da Reserva da Biosfera.

O Conselho de Administração da Reserva da Biosfera Tsá Tué, composto por residentes de Deline, é responsável pela implementação da biosfera. Ele inclui representantes do Conselho de Recursos Renováveis de Deline, outras agências-chave de Deline, a agência *Parks Canada*, anciãos e jovens. As decisões do Conselho são fundamentadas no consenso.

Estendendo-se por uma área de 93,3 mil quilômetros quadrados, Tsá Tué é a maior reserva da biosfera da América do Norte. Ela inclui o Grande Lago do Urso no Ártico, o maior lago situado inteiramente dentro do Canadá, e parte de sua bacia hidrográfica dentro do Distrito de Deline, na Região do Assentamento Sahtu.

Vastas extensões de florestas boreal e taiga preservadas, rios e montanhas cobrem grande parte da bacia hidrográfica, que é dividida em três zonas ecológicas: as Planícies de Taiga a oeste; o Escudo de Taiga a sudeste, que inclui a área de drenagem do Rio Camsell; e a zona ecológica do Ártico Sul na orla nordeste do lago. Dentro dessas zonas ecológicas, as terras são classificadas ainda em nove regiões ecológicas e em um total de 22 distritos ecológicos. Cada uma dessas áreas menores tem uma combinação distinta de formas de relevo, gelo permanente do subsolo (*permafrost*), solos, clima e comunidades biológicas, o que as torna únicas.

As águas de Tsá Tué são, em grande parte, puras, sua pesca apresenta boas condições, e existe uma abundância de vida selvagem. Os animais aqui encontrados em grandes números incluem o caribu-da-tundra, o urso-cinzento, o alce, o boi-almiscarado e uma variedade de aves migratórias, o que demonstra o alto grau de integridade ecológica na Reserva.

Não permita que a modernidade mate o coração

Muitas vezes é difícil conciliar as tradições com a vida moderna, ao mesmo tempo assegurando que os povos indígenas possam proteger seu bem-estar econômico e social – e isso não é diferente com a população originária das Primeiras Nações do Canadá. A vida moderna está intrinsicamente ligada às tecnologias modernas, cujo uso depende do conhecimento sobre as línguas modernas. Os jovens aprendem inglês e, gradualmente, perdem as conexões com sua língua tribal.

Segundo o Atlas UNESCO das Línguas do Mundo em Perigo, existem 88 línguas em risco de extinção no Canadá. Entre elas, a *sahtúot'įnę yatį*, falada pelo povo do Lago do Urso e difundida por quatro comunidades no Canadá (1,1 mil falantes em 2006), é considerada "definitivamente ameaçada", o que significa que as crianças não mais a aprendem como língua materna em seus lares. Ela está a apenas dois passos de se tornar "extinta". Como, então, será transmitido às gerações mais jovens o conhecimento e a sabedoria dos anciãos? À medida que suas línguas desaparecem, o conhecimento indígena também está desaparecendo.

Em 6 de dezembro de 2016, o primeiro-ministro canadense, Justin Trudeau, anunciou seu compromisso de "promulgar uma Lei das Línguas Indígenas, desenvolvida com a participação dos povos indígenas, com o objetivo de assegurar a preservação, a proteção e a revitalização das línguas das Primeiras Nações, *métis* e *inuítes*" no país.

O DGG está trabalhando no fortalecimento do sistema educacional e planeja aprovar suas próprias leis para garantir que as pessoas de Deline sejam ensinadas e encorajadas a usar sua língua aborígene em seus locais de trabalho.

Esses esforços refletem tanto o espírito de mente aberta do Canadá quanto o retorno à soberania tradicional dentro das estruturas de governança modernas. Oferecem lições importantes para outras iniciativas da biosfera, visando a estabelecer novas relações de respeito, harmonia e solidariedade entre a humanidade e o planeta.

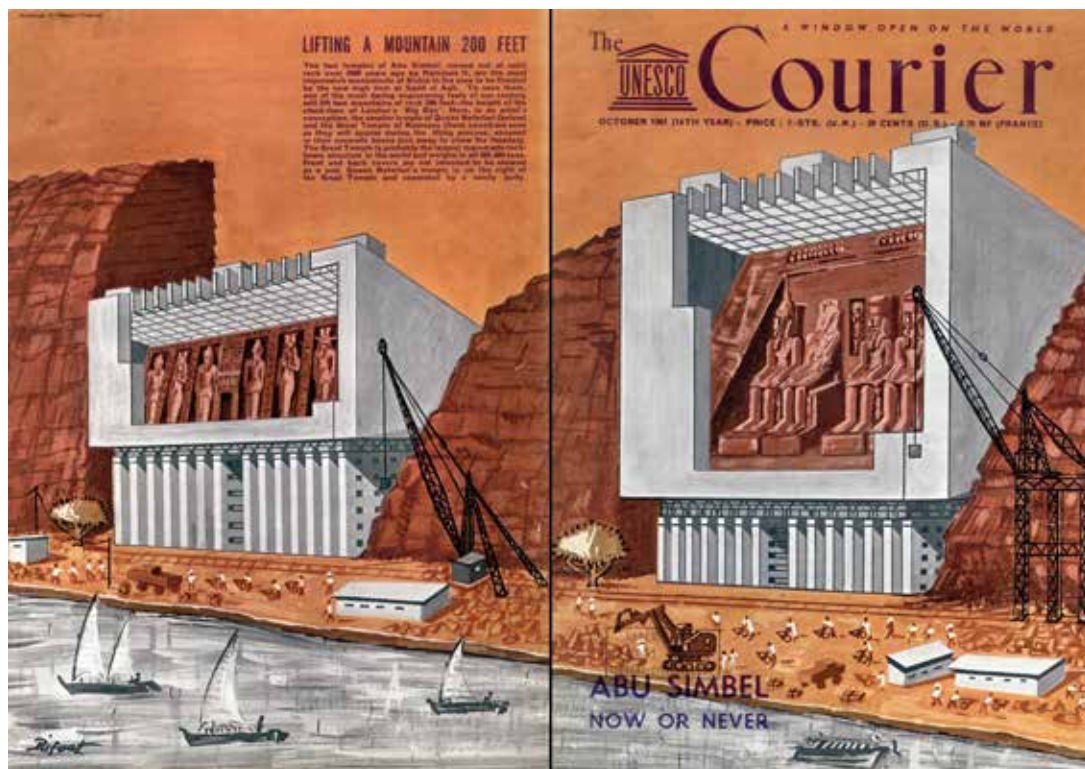
Espera-se que a experiência de Tsá Tué incentive mais comunidades indígenas a administrar suas próprias reservas da biosfera.

Reservas da Biosfera

A Rede Mundial de Reservas da Biosfera da UNESCO é o núcleo do Programa O Homem e a Biosfera da UNESCO (MAB), lançado em 1971. Esse programa visa a promover soluções que conciliem a conservação da biodiversidade com seu uso sustentável. Abrangendo ecossistemas terrestres, marinhos e costeiros, as Reservas da Biosfera são locais especiais para testar abordagens interdisciplinares para entender e administrar as mudanças e as interações de sistemas sociais e ecológicos, incluindo a prevenção de conflitos e a gestão da biodiversidade. Elas são designadas por governos nacionais e permanecem sob a jurisdição soberana dos Estados onde estão localizadas.

Entardecer no Grande Lago do Urso. Os nativos acreditam que um tudze, *ou "coração da água", vive e respira nas profundezas deste grande lago ártico, o último ainda preservado.*

O Correio da UNESCO completa 70 anos!

Frequentando a escola do livre-pensamento

© UNESCO

O Correio da UNESCO, *outubro de 1961*. Abu Simbel, now or never (Abu Simbel, agora ou nunca).

Roberto Markarian

Nos anos 1960, um adolescente sonhava em fugir do espaço limitado de sua casa em um bairro pobre de Montevidéu, onde vivia com seus pais, que eram semianalfabetos. Ele queria ir longe e conseguiu trilhar uma carreira brilhante em matemática pura e aplicada no Brasil. Afinal, em 2014, ele foi eleito reitor da Universidade da República, no Uruguai. Porém, antes disso, Roberto Markarian frequentou outro tipo de escola – a do livre--pensamento – que ele descobriu nas páginas de *O Correio da UNESCO*.

Minhas origens são modestas – meus avós eram analfabetos, e meus pais mal sabiam ler e escrever. Meu conhecimento veio dos meus estudos no sistema de escolas públicas do meu país, o Uruguai, e das minhas leituras. Entre os 12 e os 17 anos de idade, eu lia regularmente *O Correio da UNESCO*, e foi assim que absorvia cultura. Ainda consigo ver as imagens nas capas da revista, e tantas perguntas que abalaram o mundo – das ciências, da cultura, da educação no século passado – me vêm de novo à mente. Muitas dessas questões ainda estão nas manchetes e permanecem relevantes: os desafios impostos pelo analfabetismo, o acesso à água, a preservação do patrimônio histórico mundial etc.

Desde seu lançamento em 1948, o periódico logo conquistou enorme prestígio por conta de seu caráter aberto e abrangente, o que fez dele uma fonte de referência para assuntos prementes e questões polêmicas. Eu sabia que encontraria uma variedade de opiniões em suas páginas, assim como uma visão que não era apolítica – não é esse o ponto –, mas sim objetiva; uma análise dos temas que era, ao mesmo tempo, equilibrada e minuciosa.

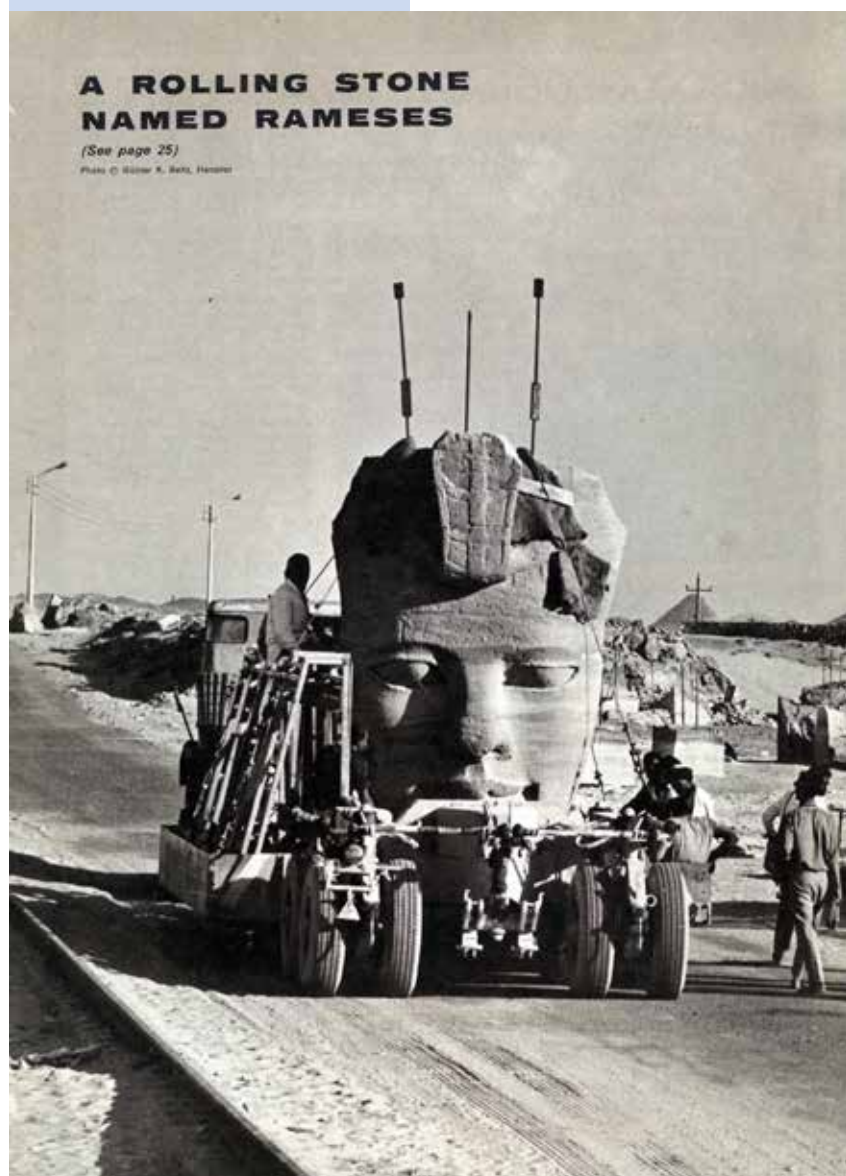
Ainda tenho uma lembrança particularmente vívida dos números dedicados à Campanha da Núbia. Eu era aluno secundarista na época e não sabia nada sobre o Templo de Abu Simbel. Com a edição de fevereiro de 1960 de *O Correio*, *Save the Treasures of Nubia*, eu aprendi que a construção da Barragem de Assuã no Rio Nilo, no Egito, inundaria monumentos de 3 mil anos. Isso foi no final dos anos 1950, e a UNESCO mobilizou o mundo inteiro para salvá-los. A Organização obteve imenso apoio internacional para empreender o esforço monumental de desmontar completamente o majestoso Templo de Abu Simbel e reconstruí-lo em

outro local, vários metros acima – para que, duas vezes por ano, os raios do sol penetrassem no santuário interno do templo, exatamente como ocorria em seu local de origem.

Um periódico formativo

Impressionado pelos quatro colossos de Ramsés II, eu li, em um número intitulado *Abu Simbel, Now or Never* (*O Correio da UNESCO*, out. 1961), esta explicação detalhada dada por Peter Ritchie-Calder, o famoso escritor científico inglês: "Uma passagem estreita leva ao santuário interno onde estão as estátuas dos três deuses a quem o templo é dedicado, e do próprio Ramsés. E aqui se vê a engenhosidade proposital dos arquitetos e engenheiros. Como hábeis iluminadores de palco, eles projetaram o espaço de forma que o sol nascente penetrasse por 60 metros no interior da montanha para iluminar os rostos de somente três dos imortais. O quarto, o deus das profundezas, Ptah, na extrema esquerda, permanece eternamente na escuridão. Essa característica essencial de Abu Simbel foi um dos aspectos que foi considerado na decisão de como o templo deveria ser finalmente preservado da elevação das águas da barragem".

Ano após ano, *O Correio* noticiou cada passo desse empreendimento internacional inédito – *The Nubian Campaign is Launched* (maio 1960), *An Account of Excavation in Nubia during 1961-1962* (nov. 1962), *Victory in Nubia* (dez. 1964), *Dismantling Abu Simbel* (nov. 1965), *Rameses finds a New Home* (fev. 1967), *The Greatest Archaeological Rescue Operation of all Time* (fev./mar. 1980) – ecoando assim uma das maiores vitórias da solidariedade internacional, como sugere o título de um artigo do número de agosto-setembro de 1971.

Contracapa de O Correio*, fevereiro de 1967.* A rolling stone named Rameses (Uma pedra rolante chamada Ramsés).

Na época, os colaboradores de *O Correio* incluíam Albert Einstein, Claude Lévi-Strauss, Jorge Amado, Bertrand Russell, Robert Capa… Eu descobri quem eles eram, o que faziam e o que pensavam lendo o periódico. Eles me permitiram, como dizia o lema de *O Correio da UNESCO* na época, enxergar através de "uma janela aberta para o mundo".

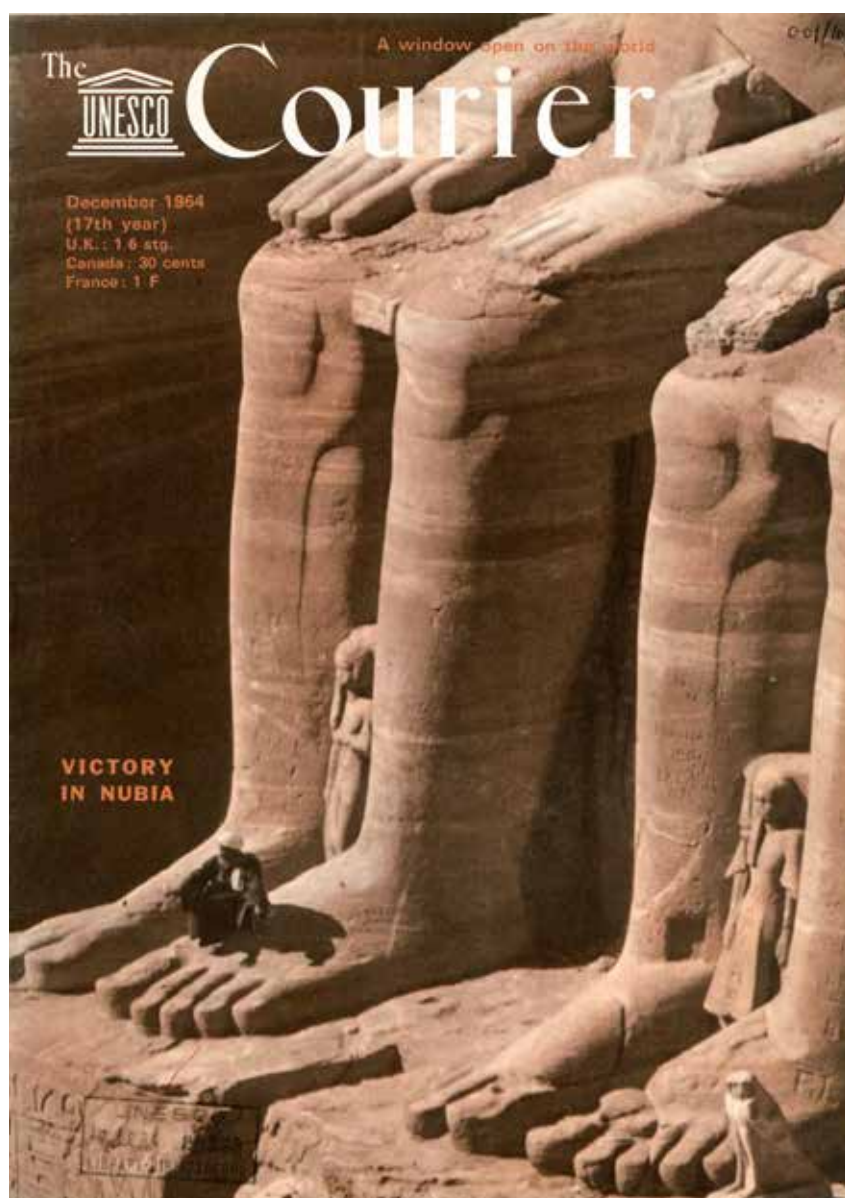
Quando, na metade dos anos 1960, comecei a vida universitária estudando engenharia e matemática, dediquei boa parte do meu tempo a atividades sindicais e à administração da universidade, e parei de ler *O Correio* com regularidade. Porém, felizmente, apesar dos caprichos da história do meu país, consegui guardar quase todas as edições que tinha – em bloco, todas juntas, presas com um sistema de arames de metal, que hoje em dia pareceria ligeiramente ultrapassado.

Quanto ao *Correio*, ele continuou a existir até 2001, quando parou de ser publicado mensalmente. Uma falta de financiamento e de apoio forçou seu fechamento em 2011. Pensamos que aquele fosse o seu fim.

Um chamado à humanidade

Porém, cinco anos depois, a revista reapareceu. O primeiro número do *Correio* revivido foi publicado em abril de 2017 com o lema "Muitas vozes, um mundo". Agora com tiragem trimestral, ele continua a enriquecer a coleção, que está disponível, na íntegra, de 1948 até agora, nos arquivos digitais. A maioria dos arquivos está disponível em inglês, espanhol e francês, mas edições dos últimos anos podem ser encontradas em muitas outras línguas no *site* da revista (www.unesco.org/courier). Vale a pena fazer essa volta. Eu recomendo. Ao ler *O Correio*, você vai descobrir uma perspectiva séria sobre as principais questões atuais da humanidade. Sua grande ambição – é um dos maiores méritos do passado e do presente da UNESCO – consiste em promover conexões entre várias formas de pensamento, maneiras diferentes de enxergar problemas, e um chamado à humanidade.

Para reiterar o que eu já disse, a maior contribuição da revista é a promoção de uma cultura que abrange tanto a diversidade de opiniões quanto o respeito. Essa é a cultura – e digo isso com a máxima sinceridade, tendo em vista meu passado familiar – que adquiri com a leitura apaixonada e entusiasmada de *O Correio*. Eu era um menino com sede de aprendizado, e, por meio de suas páginas, encontrei uma fonte. É por isso que escrevo estas linhas.

O Correio da UNESCO*, dezembro de 1964.* Victory in Nubia (Vitória na Núbia).

A importância da UNESCO e de seu *Correio*, no mundo de hoje e no de amanhã, é ainda mais relevante, uma vez que os princípios fundamentais da Constituição da Organização estão sendo testados por aqueles que promovem "a incompreensão mútua entre os povos" e contrariam esses princípios "por meio da propagação da ignorância e do preconceito". Não nos esqueçamos disso.

Roberto Markarian (Uruguai) é reitor da Universidade da República e professor emérito do Instituto Rafael Laguardia de Matemática e Estatística (IMERL) da Faculdade de Engenharia da mesma universidade. Tem ampla experiência em sindicalismo trabalhista, primeiro como estudante e depois como professor. Foi preso político de 1976 a 1982, durante a ditadura militar no Uruguai. Por ocasião da celebração de aniversário de 70 anos da UNESCO, em 2015, Markarian falou em Montevidéu sobre o tema "70 anos da UNESCO e seu impacto na América Latina" – e destacou o papel de *O Correio da UNESCO*.

Em 8 de março de 1960, a UNESCO inaugurou sua campanha internacional para salvaguardar os monumentos de Núbia. O escritor francês e ministro de Estado para Assuntos Culturais, André Malraux, presidiu a cerimônia de abertura da campanha na UNESCO. Leia a seguir os excertos de seu texto *See, old river, the men who will carry these giants far away from your waters*.

O ano de 2018 marca o 50º aniversário da conclusão da campanha de salvaguarda ao sítio de Abu Simbel.

> "A UNESCO mobilizou o mundo inteiro para salvaguardar os monumentos da Núbia."

Dignidade humana: a bússola que orienta sua viagem pelas paisagens culturais do mundo

Hoje, não existem mais continentes inexplorados, mares desconhecidos ou ilhas misteriosas. Porém, enquanto somos capazes de superar as barreiras físicas por meio da exploração, as barreiras da ignorância mútua entre diferentes povos e culturas, em muitos casos, ainda não foram destruídas. Um Ulisses moderno pode viajar para os confins da Terra. Porém, um novo tipo de Odisseia se mostra – uma exploração das muitas paisagens culturais do mundo, das formas de vida de seus diferentes povos e sua visão sobre o mundo em que vivem. É essa Odisseia que *O Correio da UNESCO* propõe agora para você, leitor. Todos os meses, colaboradores de diferentes nacionalidades e com diversos pontos de vista culturais e profissionais irão fornecer uma abordagem qualificada de um tema de interesse universal. A bússola que orienta essa viagem pelas paisagens culturais do mundo será o respeito pela dignidade humana em toda parte.

Junho de 1989. Primeiro editorial de Bahgat Elnadi e Adel Rifaat, diretor e editor-chefe de *O Correio da UNESCO* (1988-1998).

Veja, velho rio, os homens que levarão esses gigantes para longe de suas águas

Em 8 de março de 1960, a UNESCO lançou sua campanha internacional para salvaguardar os monumentos da Núbia. André Malraux, então ministro de Estado para Assuntos Culturais da França, presidiu a cerimônia na Sede da UNESCO. Seu discurso foi publicado em *O Correio* de maio de 1960. A seguir, alguns trechos.

Em sua máxima expressão, as convenções egípcias foram concebidas para realizar a mediação entre homens efêmeros e as estrelas controladoras. É uma arte que consagra a noite.

Isso é o que todos devemos sentir perante a Esfinge em Gizé, como me recordo ter feito na última vez em que a vi ao entardecer. Pensei, então, como a segunda e mais distante pirâmide envolve a vista, e como faz com que essa máscara mortuária colossal pareça ser a guardiã de alguma armadilha criada para atrair o deserto e a escuridão. Essa é a hora em que as formas mais antigas retomam o suave murmúrio com o qual o deserto ecoa as devoções atemporais do Oriente; a hora em que restituem a Ufe esses locais onde os deuses eram ouvidos; quando expulsam a imensidão do caos e ordenam as estrelas, que aparentemente emergem da noite simplesmente para gravitar em torno deles.

Das páginas de O Correio*, fevereiro-março de 1980:* Victory in Nubia: the greatest archaeological rescue operation of all time (Vitória na Núbia: a maior operação de resgate arqueológico de todos os tempos).

De tal maneira, durante 3 mil anos, a arte egípcia transformou o transitório em eterno.

Que não haja mal-entendido sobre isso hoje: não é como testemunha do passado que ela nos comove, tampouco com o que costumava ser chamado de beleza. A "beleza" se tornou um dos mais poderosos mistérios do nosso tempo, a qualidade inexplicável que promove a comunhão das obras-primas egípcias com as estátuas de nossas próprias catedrais, ou os templos astecas, ou as grutas indianas e chinesas; com as pinturas de Cézanne e Van Gogh, com os maiores artistas mortos e os maiores artistas vivos; com, em suma, todo o tesouro da primeira civilização mundial.

Este é um imenso renascimento, do qual a nossa própria Renascença logo parecerá uma prefigura tímida. Pela primeira vez, os homens descobriram uma linguagem universal da arte. Sentimos sua influência de forma acentuada, mesmo que entendamos apenas parcialmente a sua natureza. Este fantástico armazém de arte, do qual agora estamos tomando consciência, sem dúvida, retira sua força de ser o maior sinal da vitória do esforço humano sobre a morte. [...]

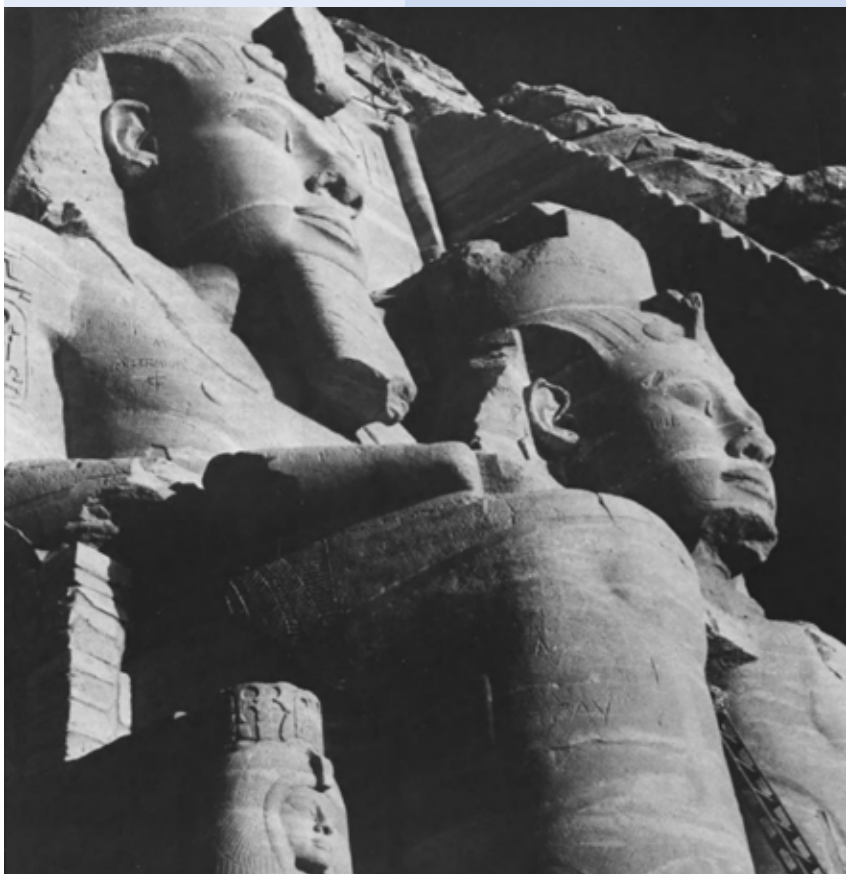
A emoção que compartilhamos com os criadores dessas estátuas de granito sequer é uma de amor, tampouco um sentimento comum pela morte, nem mesmo, talvez, uma maneira semelhante de analisar seu trabalho; contudo, antes de seu trabalho, a significância de escultores anônimos esquecidos por 2 mil anos nos parece tão intocada pela sucessão de impérios quanto a importância do amor materno. [...]

Ninguém poderia elogiá-lo o suficiente [sr. diretor-geral da UNESCO] por ter concebido um plano tão magnífico e tão meticuloso em sua audácia, por assim dizer, uma espécie de Autoridade do Vale do Tennessee da arqueologia. [...]

Seu apelo é histórico, não porque se propõe a salvar os templos da Núbia, mas porque, por meio dele, a primeira civilização mundial proclama publicamente a arte do mundo como seu patrimônio indivisível. Nos dias em que o Ocidente acreditava que seu patrimônio cultural tinha sua origem em Atenas, poder-se-ia, mesmo assim, observar com serenidade enquanto a Acrópole desmoronava.

A lenta inundação do Nilo refletiu as caravanas melancólicas da Bíblia, os exércitos de Cambises e Alexandre, os cavaleiros de Bizâncio e do Islã, os soldados de Napoleão. Sem dúvida, quando a tempestade de areia sopra através dele, sua memória antiga não mais distingue os escritos geniais sobre o triunfo de Ramsés da poeira patética que novamente se assenta na esteira de exércitos derrotados. E quando a areia está novamente espalhada, o Nilo está mais uma vez sozinho, com suas montanhas esculpidas e efígies colossais, cujo reflexo imóvel tem sido, há tanto tempo, parte do seu eco de eternidade.

Mas veja, antigo rio, cujas inundações permitiram que os astrólogos ajustassem a data mais antiga da história, agora, estão vindo homens de todas as partes do mundo, que levarão esses gigantes para longe de suas águas destrutivas e que dão a vida. Deixe a noite cair, e mais uma vez você refletirá as estrelas sob as quais Ísis realizou seus ritos funerários, a estrela de Ramsés. Contudo, o mais humilde trabalhador que vem resgatar as estátuas de Ísis e Ramsés lhe contará algo que você sempre soube, mas que nunca antes ouviu dos homens: que existe apenas uma ação sobre a qual estrelas indiferentes e rios imutáveis e murmurantes não têm influência: é a ação de um homem que arrebata algo da morte.

André Malraux

Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Edições UNESCO

www.unesco.org/publishing
publishing.promotion@unesco.org

Re|pensar as políticas culturais: relatório global de 2018: resumo

Brasília: UNESCO, 2018. 38 p.
Título original: ***Re|shaping cultural policies: global report 2018; summary***

O Relatório Global de 2018 analisa os novos avanços alcançados na implementação da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da UNESCO (de 2005), desde a publicação do primeiro relatório deste tipo, em 2015. Ele fornece evidências sobre como o processo de implementação contribui para atingir os Objetivos e Metas de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas até 2030.
A série Relatório Global produz dados novos e valiosos para informar sobre a elaboração de políticas culturais e sobre o avanço da criatividade para o desenvolvimento.

Desigualdades de aprendizado entre alunos das escolas públicas brasileiras: evidências da Prova Brasil (2007 a 2013)

Autores: Maria Teresa Gonzaga Alves, Flavia Pereira Xavier, Laura Engler Barbosa e Bruna de Figueiredo Caldeira
(Serie Debates ED: educação; 5)
Brasília: UNESCO, 2017. 118 p.

Este trabalho apresenta os resultados de pesquisa cujo principal objetivo foi analisar o fenômeno da exclusão intraescolar em escolas públicas brasileiras. Exclusão intraescolar é um conceito empírico que propomos para caracterizar a situação do aluno que, mesmo matriculado em uma escola, não aprendeu as competências de leitura e matemática de maneira compatível com a etapa de ensino cursada (SOARES et al., 2012).

Ao contrário de ser uma questão meramente individual, o não aprendizado desse aluno pode refletir um problema social, sobretudo quando está associado, com mais frequência, a determinados grupos de alunos com determinadas características sociodemográficas, como região onde moram, origem social, sexo e cor da pele, por exemplo.

Currículo do ensino médio: textos de apoio

Organizadoras: Marilza Machado Gomes Regattieri e Jane Margareth Castro

Brasília: UNESCO, 2018. 143 p.

ISBN: 978-85-7652-224-9

Um dos eixos de ação para a melhoria de educação se concentra em torno do desenvolvimento curricular do ensino médio brasileiro. Nesse âmbito, destacam-se os *Protótipos curriculares de ensino médio e ensino médio integrado: resumo executivo* (2011) e o *Currículo integrado para o ensino médio: das normas à prática transformadora* (2013). Ambos apresentam uma proposta de currículo organizada em torno do "Núcleo de preparação básica para o trabalho e demais práticas sociais". Agora, novas contribuições são apresentadas nessa coletânea de textos direcionados a gestores e professores que trabalham com o ensino médio, no caminho para a implementação de uma abordagem holística, ou seja, uma abordagem mais integral do ambiente educacional e do aluno, o que implica em ações coletivas e colaborativas na e pela comunidade escolar, a fim de desenvolver cidadãos mais sensíveis, que respeitem o outro e o meio ambiente, o que está diretamente ligado aos objetivos do PNE e da Agenda Internacional da Educação 2030.

O Correio chega aos 70!